

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Bate-boca constrangedor

As respostas do ministro Joaquim Barbosa às críticas que lhe foram feitas pelo ministro Cezar Peluso, um dia antes de deixar a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), lançaram mais luz sobre um cenário que o grande público supunha preservado de lavagens públicas de roupa suja.

A história do STF, que acumula as competências de corte constitucional e de tribunal de última instância, sempre registrou as mais variadas desavenças entre seus integrantes, mas elas eram travadas a portas fechadas ou por floreios retóricos nas sessões plenárias – e não sob a forma de trocas de insultos através da mídia. As críticas de Peluso foram feitas em entrevista concedida ao site *Consultor Jurídico*, e as respostas de Barbosa, que é o relator do processo do mensalão e assumirá a direção do Supremo em novembro, sucedendo ao ministro Ayres Britto, foram dadas em entrevista ao jornal *O Globo* de sexta-feira.

Na saravada de críticas que disparou contra a presidente da República, a corregedora Nacional de Justiça, o senador Dornelles e colegas de corte, Peluso afirmou que Barbosa tem ambições eleitorais, razão pela qual julgaria os processos mais com base em motivações políticas do que jurídicas. Na mesma entrevista, o ex-presidente do Supremo também disse que Barbosa “é dono de temperamento difícil” e o classificou como “inseguro”, motivo pelo qual se ofenderia

com “qualquer coisa”.

Em resposta, Barbosa chamou Peluso de “ridículo”, “brega”, “caipira”, “corporativo”, “desleal”, “tirano”, “desastroso” e “pequeno”. “Uma universidade francesa me convidou a participar de uma banca de doutorado em que se defendera uma excelente tese sobre o STF e seu papel na democracia brasileira. Peluso vetou que me fossem pagas diárias durante os três dias de afastamento, ao passo que me parecia evidente o interesse da Corte em se projetar internacionalmente, pois, afinal, sua obra estava em discussão. Inseguro, eu?”, retrucou

Dessa troca de insultos a única coisa que pode ficar é a mancha na dignidade do Supremo

Barbosa.

Além de comparar seu currículo acadêmico com o de Peluso, o ministro Joaquim Barbosa o acusou de praticar “*supreme bullying*” contra ele, por conta dos problemas de saúde que o levaram a sofrer uma cirurgia no quadril e a se afastar para tratamento médico, e de plantar fofocas na imprensa sobre suas condições físicas. Afirmou, ainda, que nas sessões plenárias o ex-presidente do Supremo manipulava regras e violava dispositivos regimentais de acordo com seus interesses, com o objetivo de impor sua vontade aos demais ministros nos julgamentos mais importantes.

“As pessoas guardarão na lembrança a imagem de um presidente do STF conservador, im-

perial, tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força sua vontade. Dou exemplos. Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais simplesmente para tumultuar e não proclamar o resultado que era contrário ao seu pensamento. Lembre-se do impasse nos primeiros julgamentos da Lei da Ficha Limpa, que levou o tribunal a horas de discussões inúteis. Peluso também não hesitou em votar duas vezes num mesmo caso, o que é inconstitucional, ilegal e inaceitável”, disse Barbosa, referindo-se ao julgamento que livrou Jader Barbalho da Lei da Ficha Limpa.

Na entrevista ao *Consultor Jurídico*, Peluso afirmou que uma de suas realizações, em dois anos de gestão, foi ter apaziguado o Supremo e acabado com as tensões e discussões entre os ministros. Barbosa refutou-o, acusando-o de ter “incendiado” não apenas a mais importante Corte do País, mas “o Poder Judiciário inteiro, com sua obsessão corporativista”. Barbosa, evidentemente, referia-se ao embaite de Peluso contra a corregedora Nacional de Justiça, Eliana Calmon, e ao recurso impetrado pela Associação dos Magistrados Brasileiros com o objetivo de esvaziar as prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça. A entidade é chefiada por um desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, onde Peluso atuou por quase duas décadas.

O bate-boca entre Peluso e Barbosa em nada dignifica o Supremo.

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO Supremo reage à acusação de 'decisões manipuladas'

Presidente da Corte rebate Barbosa, que atacou Peluso e afirmou que julgamentos foram manipulados; 'Isso é impossível', diz Ayres Britto

STF reage a acusação de manipulação de julgamentos

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, disse ontem que é impossível manipular o resultado de um julgamento. "É uma impossibilidade lógica", afirmou, em resposta ao ministro Joaquim Barbosa, que em entrevista acusou Cezar Peluso, ex-presidente do STF, de ter manipulado ou tentado manipular resultados de julgamentos, "criando falsas questões processuais".

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, rebateu ontem as acusações feitas pelo ministro Joaquim Barbosa de que o ex-presidente da Corte Cezar Peluso manipularia resultados de julgamentos e que colegas o tratassem com preconceito por ser negro.

"Eu nunca vi e nunca verei um presidente alterar o conteúdo de uma decisão", afirmou Ayres Britto, em resposta à entrevista de Barbosa publicada ontem pelo jornal *O Globo*. "Proferido o resultado, é impossível manipulá-lo. É uma impossibilidade lógica."

O presidente do Supremo negou que, em algum momento, ministros tenham sido racistas ou tratado Barbosa de forma preconceituosa. "Eu nunca vi isso aqui. Somos contra o racismo por dever, porque o racismo é proibido pela Constituição e é criminalizado", afirmou.

As declarações de Barbosa foram uma resposta a uma entrevista de Peluso ao site *Consultor Jurídico*. A discussão entre os dois ministros pode ter novo desdobramento na quarta-feira. In-

tem uma reação em plenário contra as acusações de Barbosa.

Os processos escolhidos para inaugurar a gestão de Ayres Britto - cotas raciais e sociais - podem servir de pretexto para um desagravo. Ministros afirmavam reservadamente que as acusações de Barbosa atingiram o tribunal como um todo.

'**Liberdades**'. Barbosa afirmou que "Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais". Disse ainda que o ex-presidente do STF é "ridículo", "brega", "capipira", "corporativo", "desleal", "tirano" e "pequeno". Barbosa acrescentou que "alguns brasileiros não negros se acham no direito de tomar certas liberdades com negros". Foi o que ele disse ter ocorrido no bate-boca que teve com Gilmar Mendes em plenário, quando disse não ser um dos "capangas" do colega.

Ao *Consultor Jurídico*, Peluso havia dito que Barbosa teria um "comportamento difícil" e que não sabe como será a gestão do colega à frente do Supremo - prevista para novembro, por causa da aposentadoria compulsória de Ayres Britto - em razão desse temperamento. "Ele é uma pessoa insegura, se defende pela insegurança. Dá a impressão que de tudo aquilo que é absolutamente normal em relação a outras pessoas, para ele parece ser uma tentativa de agressão. E aí ele reage violentamente."

A entrevista foi concedida em março, mas publicada nesta semana, quando Peluso deixou o comando do STF. Peluso reconheceu, depois de publicadas suas declarações, ter cometido um erro ao ter falado do colega. Na quinta-feira, tentou sem sucesso por duas vezes um pedido de desculpas.

Na primeira tentativa, foi ao gabinete de Barbosa, mas a assessoria teria informado que ele não estava na Casa. Depois, Peluso telefonou para o gabinete do colega, mas não foi atendido. Peluso recorreu então a Ayres Britto, que tem bom relacionamento com Barbosa. Na conversa com Britto, Peluso admitiu o erro e pediu que levasse suas desculpas a Barbosa.

No salão contíguo ao plenário, Peluso encontrou Barbosa e pediu desculpas na frente de colegas. Barbosa o cumprimentou, mas já havia informado que daria a entrevista para reagir duramente às declarações do colega.

• Rebate

AYRES BRITTO

PRESIDENTE DO STF

"Proferido o resultado, é impossível manipulá-lo"

"(Nós, ministros do STF) Somos contra o racismo por dever"

TURRY

Meninos de toga

21 ABR 2012

Fórum dos Leitores

Não será surpresa para esta coluna se o ministro Cezar Peluso madrugou no STF na segunda-feira para abrir os trabalhos da Suprema Corte botando umas tachinhas no assento da cadeira de Joaquim Barbosa, sem reparar que o colega já havia colado com Durex um rabo de papel em sua toga ao apagar das luzes do expediente de sexta-feira na Praça dos Três Poderes.

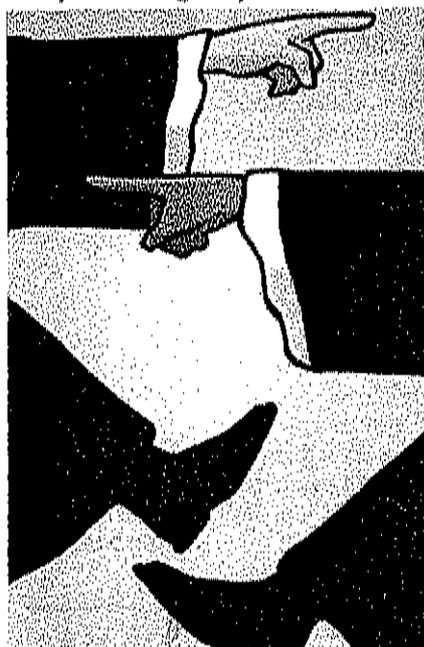
É natural que aconteça algo do gênero depois que um chamou o outro de chato, feio e bobo, além de inseguro e nervosinho, provocando resposta com adjetivações à altura do debate acadêmico que se trava: ridículo, brega, calpira, tirano, desleal e pequeno!

Tomara que o chamado "supreme bullying" em curso não chegue ao ponto de nos fazer sentir saudades do tempo em que Gilmar Mendes distribuía petelecos na orelha de uns e outros no plenário do Supremo Tribunal Federal.

O conflito entre os homens de capta preta do noticiário vem ganhando proporções de quebra-pau na hora do recreio de escola pública!

Dependendo do aguardado voto do revisor do caso do mensalão, Ricardo Lewandowski, a situação pode fugir inteiramente de controle ainda no primeiro semestre do ano.

Depois não digam que não avisei!



PODER JUDICIÁRIO Supremo constrangimento

Abre-se o pano, os protagonistas entram no palco. Joaquim Barbosa afirma que Cezar Peluso foi tírânico, imperial e conservador, manipulou resultados de julgamento. Peluso criticara Barbosa por se orientar pela opinião pública. Esse bate-boca não ocorreu numa despreparada Câmara Municipal de algum dos mais paupérrimos municípios do sofrido sertão nordestino. O entrevero aconteceu num tribunal federal intitulado "Supremo", onde são decididas as mais sérias pendências judiciais. Época *sui generis* atravessa o nosso país. Os ministros da Suprema Corte despem as suas togas e se equiparam a adolescentes que no recreio da escola tiraram as suas diferenças. Esse é o país que nós, trabalhadores, construímos, mas, infelizmente, está à deriva, com o que há de pior e que, nos últimos tempos, diz respeito ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. O Supremo Tribunal Federal (STF) representa o supremo baluarte da aplicação da justiça entre os homens e quando esse baluarte padece de infecção generalizada a esperança do cidadão agoniza.

JAIR GOMES COELHO

jalrgcoelho@gmail.com

Vassouras (RJ).

"Gente fina é outra coisa!"

JOSÉ PIACSEK NETO /
AVANHANDAVA, SOBRE O
COMPORTAMENTO DE
MINISTROS DO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL
hubapiacsek@yahoo.com.br

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 21 ABR 2012

Atritos públicos

A Corte Suprema em qualquer país civilizado marca a sua presença com atuação e manifestações discretas de seus integrantes. Mas a entrevista do ministro Peluso, que está deixando o STF, provocou reações de outro ministro, Joaquim Barbosa. Ele se sentiu ofendido com alguns procedimentos e afirmações do colega. E usou do mesmo método, fazendo declarações a um órgão de imprensa que não são nada simpáticas ao outro magistrado. Por certo algo precisa ser feito para que esses atritos não se repitam publicamente. A não ser que os procedimentos sejam incorretos. Neste caso, as providências regimentais serão divulgadas?

URIEL VILLAS BOAS

urielvillasboas@yahoo.com.br
Santos

Esperança

Estamos confiantes e satisfeitos com a posse do dr. Carlos Ayres Britto na presidência do STF, pois temos a convicção de que nada pesa sobre a sua correção de caráter. Por suas declarações no momento da posse pudemos sentir que nada o impedirá de pôr em julgamento todos e quaisquer processos que estiverem ao seu alcance. Nossa esperança é que a notada lentidão do ministro Ricardo Lewandowski em analisar o processo dos mensaleiros, tão aguardado pelos cidadãos brasileiros, não se estenda até cair no tal decurso de prazo (*prescrição*). Estamos dependendo deste sr. magistrado para que a Justiça desfaça essa vergonhosa artimanha dos políticos da gestão federal passada.

LEILA E. LEITÃO

São Paulo

Novo presidente do STF

Tomou posse nesta quinta-feira como presidente do STF o ministro Carlos Ayres Britto, em solene e concorrida sessão que contou com a presença da presidente Dilma Rousseff e das mais altas autoridades dos Poderes da República, com discursos que são verdadeiro apêndice da vida e da carreira do recém-empossado. Há a destacar o pragmatismo do discurso do presidente nacional da OAB - à qual tenho a honra de pertencer desde 1946 -, Ophir Cavalcante. Corajosamente, ele pediu com firmeza que a Suprema Corte julgue rapidamente o malfadado mensalão, no que foi muito aplaudido pelos presentes ao evento. Cumpre salientar, também, que no discurso de posse do novel presidente Ayres Britto uma só frase sintetiza a sua futura gestão e é uma esperança para que a dignidade política volte a reinar na administração pública brasileira. Disse ele, em outras palavras, que todas as noites, ao se deitar, pede a Deus que não o deixe "cair em tentação". Foi aplaudidíssimo! Seu pronunciamento também foi uma verdadeira aula de Direito Constitucional e de como deve um magistrado agir com independência no exercício do seu apostolado, respeitando sempre o casamento indissolúvel entre a Justiça e o Direito, para que a sociedade viva em paz e harmonia.

ANTONIO BRANDILEONE

abrandileone@uol.com.br
Assis

**"Sem Cezar Peluso,
até quando o STF vai
empurrar o mensalão?"**

ROBERTO TWIASCHOR / SÃO PAULO, PERGUNTA A JOAQUIM BARBOSA SOBRE O APARENTE DESINTERESSE DA SUPREMA CORTE EM JULGAR O CASO
rtwiaschor@uol.com.br

Sinal de avanço

De fato, o dr. Ayres Britto, ao tomar posse na presidência do STF, jogou no ar uma grande esperança para o Brasil e seu povo. Em especial quanto à exigência do cumprimento da Constituição da República. Mas será difícil cumprir tal promessa, pois as nossas autoridades públicas, federais, estaduais e municipais, já se acostumaram ao desrespeito à nossa Carta Magna. Isso pode até parecer pouco, mas não é. Se o novo presidente do Supremo conseguir essa façanha, estejam certos os brasileiros, nosso país mudará para um trato mais justo com todos os cidadãos. É um grande sinal de avanço da Justiça brasileira. Vejo nisso uma grande luta para o ministro Ayres Britto, mas estarei torcendo fanaticamente para o seu sucesso.

BENONE AUGUSTO DE PAIVA

benone2006@bol.com.br
São Paulo

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Qual Constituição?

21 ABR 2012

Ao assumir a presidência do STF, o ministro Ayres Britto propôs ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário um pacto de respeito à Constituição. Curioso. O artigo 2.º da nossa Lei Magna determina três Poderes "harmônicos e independentes". Entretanto, o que ocorre é a "dependência" do Judiciário e do Legislativo em relação ao Executivo. Isso é muito claro no relacionamento, em que há também uma dependência do Judiciário em relação ao Legislativo, uma aparente troca de favores, como divulgado no recente processo de Jader Barbalho em que teve o mandato devolvido. O que mais chama a atenção, porém, são as relações capitaneadas pelo Executivo, que nomeia os ministros do STF e, aparentemente, obtém vantagens, geralmente em impunidades. Consta, ainda, que na Justiça só 5% dos funcionários públicos processados por improbidade e corrupção recebem penas e não passa de 2% a recuperação de valores desviados em todos os processos. No que respeita ao Legislativo, há visível domínio do Executivo, que expressa sua força maior na distribuição de recursos, principalmente por meio das famigeradas emendas parlamentares, com elevado percentual desviado para políticos e partidos. Por último, é certamente ilegítimo deputados e senadores ocuparem cargos no Executivo - como ministros, por exemplo -, Poder que deveriam fiscalizar. Aguardemos para ver de que pacto ou de que Constituição se está falando.

FABIO FIGUEIREDO

fafg3@terra.com.br

São Paulo

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Cármem Lúcia Antunes Rocha, ministra do STF e a primeira mulher a presidir o TSE

'Nosso dever é julgar o mensalão. E o resultado é do eleitor'

Para ministra, julgar processo em época de campanha é viável: 'Nenhum dos 2 tribunais tem de se condicionar'

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Cármem Lúcia Antunes Rocha disse que não haverá problemas se o Supremo Tribunal Federal (STF) julgar o processo do mensalão em agosto, em plena campanha eleitoral. "Nosso dever é julgar. O resultado do julgamento é do eleitor", disse ela, que é ministra do STF e vai participar do julgamento do mensalão.

● **Como presidente do TSE, o que a senhora pretende fazer para combater o abuso de poder político e econômico em campanhas?** Pretendo dar toda prioridade a processos que se refiram às eleições e que ainda não foram julgados. Estou trabalhando para a gente instalar o processo eleitoral eletrônico, para dar maior celeridade, para que processos, impugnações e questionamentos sejam resolvidos o mais depressa



RETO BARRATA/AL

Corrupção. 'É o cidadão que faz a eleição ser limpa'

sa possível. Porque aí os resultados das eleições serão aqueles que deverão prevalecer. E esses abusos, se vierem a acontecer, que sejam cortados de imediato.

● **Qual o impacto nas eleições com a entrada em vigor, este ano, da Lei da Ficha Limpa?** É preciso agora que o cidadão saiba que ele é que é o autor da lei e, portanto, vote limpo. Se votar sem se deixar influenciar por informações equivocadas, por desconsiderar pessoas que descumpriram exigências da Lei da Ficha Limpa, ele é que fará real-

mente com que haja a grande mudança. É o cidadão que faz a eleição ser limpa. Depois da Lei da Ficha Limpa, o voto limpo.

● **Como controlar a participação dos atuais ocupantes de cargos públicos (presidente e ministros) na campanha deste ano?**

Vejo os atuais governantes pelo menos declarando que eles vão ser muito imparciais. Eles sabem que a eleição é municipal e que é preciso que se tenha todo o cuidado. Espero que eles realmente tenham esse cuidado.

● **O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, disse que a origem da corrupção está no financiamento privado de campanhas. A senhora concorda?**

Acho que tem desvio, sim, no financiamento, com os chamados financiamentos privados. Talvez um dos caminhos seja o financiamento ser mais restrito, especialmente de empresas.

● **O ministro Ricardo Lewandowski disse ao Estado que vai começar a julgar o mensalão em agosto. A senhora acha adequado? O julgamento não poderia contaminar a eleição, ou vice-versa?**

Nenhum dos dois tribunais tem de se condicionar. O que é urgente num tribunal não pode ser desconsiderado por causa das atividades no outro. Acredito que o eleitor seja capaz de fazer a crítica, a separação e a união do que ele precisar. O certo é que o nosso dever é julgar. O resultado do julgamento, qualquer que seja ele, é do eleitor, é do cidadão.

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Ata do STF sobre anencefalia gera dúvida

Versão parcial da decisão do Supremo publicada no 'Diário Oficial' não define a partir de quando gestante poderá abortar legalmente

O *Diário Oficial* da União publicou ontem uma versão parcial da ata com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que liberou o aborto de fetos anencéfalos. No mesmo dia, o site do STF publicou a versão completa do documento, o que gerou dúvidas sobre o início da validade da decisão.

Procurado, o STF não explicou o motivo da publicação parcial e afirmou que o texto completo deverá ser publicado no *Diário Oficial*, semana que vem.

A publicação é importante porque marca o início da permissão do aborto dos fetos anencéfalos no País - no entendimento do STF, a decisão passa a valer a partir da publicação da ata no *Diário Oficial*. Há, no entanto, juristas que defendem que a decisão só vale a partir da data de publicação do acórdão, o texto com a íntegra da sentença.

Na prática, significa que, com a ata em mãos, uma mulher grávida de um anencéfalo poderá ir a um centro de referência e pedir para tirar o bebê. Ela terá o respaldo da publicação da ata no *Diário Oficial*.

Para o advogado Luís Roberto Barroso, professor de Direito Constitucional na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e autor da ação que pediu a liberação do aborto nesses casos, a decisão deve ser cumprida imediatamente e independe de publicação oficial.

"O artigo 10 da lei da ADPF (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental) determina o imediato cumprimento da decisão. Neste caso, sequer é necessário aguardar a publicação da ata. Isso do ponto de vista jurídico. Do ponto de vista moral, quem sofre tem pressa e não pode ser torturado pela burocracia,

Ninguém tem dúvida do que foi decidido", afirmou Barroso.

Pernambuco. No Recife, uma mulher grávida de 4 meses tentou realizar o aborto de um bebê anencéfalo um dia após a decisão do Supremo ser anunciada. O hospital se recusou a fazer a cirurgia, alegando que era preciso esperar a publicação oficial, conforme revelou o *Estado*.

Sem alternativa, ela teve de recorrer ao Judiciário e entrar com uma ação pedindo formalmente para um juiz autorizá-la a interromper a gestação. Ela entrou com o pedido na tarde de quarta-feira, mas o processo só chegou às mãos do juiz ontem à tarde. Assim, segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o magistrado só vai se manifestar sobre o caso na próxima semana.

Na opinião do advogado, o hospital que se recusa a fazer o aborto em mão estará descumprindo uma decisão do Supremo. Ele diz que as unidades devem seguir o protocolo médico que já existe para esses casos - diagnóstico e encaminhamento para centro de referência -, com a diferença de que não é mais necessário ter uma autorização judicial para a realização do aborto. "É uma covardia jogar essa mulher numa batalha judicial de novo", disse Barroso.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) formou uma comissão de especialistas para definir um protocolo específico para atendimento dessas gestantes.

"Enquanto não houver uma norma nova, a decisão do Supremo é de que não é preciso ter decisão judicial para realizar o procedimento. O direito não pode ser um mundo de papel dissociado da realidade. Estamos falando de vida, de sofrimento."

Ação demorou quase 8 anos para ser julgada

● A discussão sobre a antecipação do parto de fetos com anencefalia no Supremo Tribunal Federal (STF) começou em fevereiro de 2004, quando um habeas corpus chegou com o pedido de uma grávida de anencéfalo que tentou, sem sucesso, uma decisão judicial que lhe garantisse o direito de interromper a gravidez legalmente.

O julgamento desse processo foi incluído, mas ao longo dele o tribunal recebeu a informação de que a mulher havia dado à luz e a criança viveu 7 minutos. Em razão disso, o julgamento foi encerrado sem uma definição.

Meses depois, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) ajuizou a ação. Em 2008, o STF discutiu o assunto em audiência pública com médicos, cientistas e representantes de entidades religiosas. O mérito da ação foi julgado somente na semana passada.

● Sofrimento

LUÍS ROBERTO BARROSO

ADVOGADO DA CAUSA E PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL.

"O cumprimento da decisão é imediato. É como um alvará de soltura, a expedição é imediata, não depende de publicação oficial. É uma tragédia pessoal que tem de ser resolvida."

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Lobby de loterias no PR esbarra em Beto Richa

E-mails interceptados pela PF mostram que pessoas ligadas a Carlinhos Cachoeira queriam reativar o serviço no Estado; governador nega contato

Evandro Fadel | CURITIBA

Trechos de e-mails interceptados pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo mostram que pessoas ligadas ao contraventor Carlinhos Cachoeira pretendiam reativar o serviço de loterias no Paraná. Nas mensagens, divulgadas pelo jornal *Gazeta do Povo*, há insinuação de que um dos sócios da empresa Larami, que já administrou o serviço no Estado, o argentino Roberto Coppola, poderia ter conversado com o governador Beto Richa (PSDB) sobre o assunto, em 2010, antes de o tucano tomar posse.

O governo nega qualquer contato. Os e-mails foram trocados entre Coppola e Adriano Aprígio de Souza, ex-cunhado de Cachoeira, no dia 5 de outubro de 2010. Às 8h39, Souza comenta com Coppola sobre as eleições em Mato Grosso e Santa Catarina, onde também teriam interesse em instalar loterias.

Sobre o Paraná, apenas uma pergunta: "Paraná aquele encontro com foi bom com o governador eleito (sic)?" Às 18h52, Coppola responde misturando português e espanhol: "em Paraná fale com Beto Richa o problema e que Requião por ter fecho a loteria e vai a demorar porque tem que fazer uma nova lei". Logo depois ele se refere ao ex-governador Roberto Requião (PMDB) com xingamentos.

Tão logo tomou posse em 2003, Requião iniciou uma cruzada contra os jogos eletrônicos no Estado, revogando as resoluções que permitiam o funcionamento de casas e colocando a polícia para fechar os locais. No ano seguinte, rescindiu o contrato com a Larami, que tinha vencido concorrência em 2001 para operar o Serviço de Loterias do Estado do Paraná (Serlopar).



Antes da posse. Richa teria sido procurado em 2010



A época, Coppola e Cachoeira, que aparece como administrador da Brazilian Gaming Partners (BGP), uma das proprietárias da Larami, chegaram a ser investigados pela polícia do Estado e pelo Ministério Público. O Serlopar foi definitivamente extinto em 2007 por decisão da Assembleia Legislativa.

'Capo'. Anteontem, em pronunciamento no Senado, Requião cobrou a convocação de Richa para depor tão logo seja instalada a CPI que pretende investigar as ligações de Cachoeira com agentes públicos.

"Deixo aqui a recomendação. Vamos rapidamente convocar o senhor Coppola, o tal do Aprígio e o governador Beto Richa para que ele diga o que foi tão bom nesta conversa cinco dias depois de sua eleição com os capo do bicho e da corrupção no Brasil", disse o senador, na tribuna.

Segundo Requião, além da retomada do jogo no Estado, o grupo de Carlinhos Cachoeira pretendia pedir indenização por lucros cessantes.

A Secretaria de Comunicação Social do Paraná divulgou nota negando qualquer contato entre Richa e os citados. "O governador Beto Richa não conhece, nunca falou e não tem nenhuma relação com as pessoas." A nota afirma que ele "nunca tratou de nenhuma proposta de reativação de serviço de loterias" e nem autorizou algum assessor a fazer isso. Por fim, diz que a fala de Requião "não merece crédito".

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Devolver bem furtado poderá extinguir a pena

Mudança proposta por comissão que revê o Código Penal beneficiaria até reincidentes, além de permitir conciliações

A comissão de juristas do Senado que discute mudanças no Código Penal aprovou ontem uma proposta que prevê a extinção da pena contra uma pessoa que devolva um bem que tenha sido furtado. Essa possibilidade ocorrerá nos casos em que a vítima concorde expressamente com a entrega do produto.

Pelo atual código, de 1940, é impossível para o acusado por furto comum fazer um acordo nesses moldes. Na prática, mesmo com a restituição do bem, o juiz se vê obrigado a prosseguir com o processo e aplicar penas que vão de multa a 4 anos de prisão. O máximo que a Justiça pode fazer quando o criminoso é primário e o bem de pequeno valor é reduzir a pena em até dois terços, substituir reclusão por detenção ou aplicar só multa.

A proposta aprovada permite a realização de acordo antes do processo. Isso ocorreria em uma audiência de conciliação, caso a vítima concorde com a devolução do bem. Outra hipótese para que o autor do furto seja anistiado é entregar outro bem ou valor indicado pela vítima. O acordo também valeria para o furto praticado por reincidentes, decisão impossível atualmente. A pena poderá ser extinta para qualquer valor do bem.

"Vamos revalorizar o papel da vítima e prestigiar a 'desencarceirização' dos condenados", afirmou Juliana Belloque, defensora pública do Estado de São Paulo e integrante da comissão. "A maioria dos beneficiados com a mudança serão pessoas pobres."

logurte. Juliana cita dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para mostrar o elevado gasto público com os atuais presos por furto. Segundo o órgão do Ministério da Justiça, apenas no ano passado 65 mil pessoas estavam presas pelo crime. No mês passado, ela teve acesso à condenação de uma pessoa pela Justiça Federal paulista a 1 ano e 6 meses de prisão por ter furtado duas bandejas de logurte infantil de um supermercado. Como o condenado era reincidente, a pessoa não tinha direito a nenhum benefício.

CORRUPÇÃO

Manifestações pedirão julgamento do mensalão

Diversos movimentos anticorrupção sairão hoje às ruas com um objetivo em comum: pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a votar, ainda este ano, o caso do mensalão. Os grupos, que se organizam por meio de redes sociais, preveem manifestações em 81 cidades do País. Em São Paulo, o protesto está marcado para as 16 horas, com saída do Masp, na Avenida Paulista. São esperadas cerca de 10 mil pessoas.

O ESTADO DE S. PAULO

Procuradores reagem à crítica de vazamento

Os ataques aos procuradores responsáveis pela Operação Monte Carlo provocaram a reação da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Na última sessão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tito Amaral, ex-assessor do senador Demóstenes Torres, envolvido no caso, falou em punir com pena de morte os procuradores em razão dos vazamentos de dados da investigação.

O presidente da ANPR, Alexandre Camanho, afirmou que o conselheiro deveria ter se revoltado contra a infiltração do crime no Ministério Público de Goiás, ao qual pertence. "Há inegavelmente um grave erro de perspectiva. Indignar-se contra os vazamentos e não se indignar com o fato criminoso em si causa uma estranheza monumental. Realmente é insólita essa manifestação dele", disse.

Camanho negou a responsabilidade dos procuradores, mas admitiu que é preciso investigar o vazamento de informações para a imprensa. "Contra os vazamentos, não há necessidade de ninguém se indignar, há necessidade de apurar e isso está sendo feito", acrescentou.

O presidente da ANPR disse ser preocupante a decisão do conselho de punir o procurador Matheus Baraldi, do Ministério Público Federal em São Paulo, por conceder uma entrevista coletiva em que dava explicações sobre uma busca e apreensão de operação que estava sob sigilo. No julgamento, os conselheiros decidiram demitir o procurador, mas a pena foi convertida em suspensão por 90 dias.

21 ABR 2012

"Já se ouvem, aqui e ali no MP, alguns colegas dizerem que é melhor que nunca mais falemos nada em razão do julgamento deste caso", afirmou Camanho. "É evidente que isso seria uma grande treva, um retrocesso monumental para a democracia."

Durante a sessão do CNMP, o conselheiro Lázaro Guimarães afirmou que a punição a Baraldi abria precedente para aplicar a mordida aos promotores e procuradores. Uma proposta tramita no Congresso para impedir que integrantes do MP concedam entrevistas sobre investigações em curso.

• Polêmica

ALEXANDRE CAMANHO

PRESIDENTE DA ANPR EM RESPOSTA A TITO AMARAL

"Há inegavelmente um grave erro de perspectiva. Indignar-se contra os vazamentos e não se indignar com o fato criminoso em si causa uma estranheza monumental. Realmente é insólita essa manifestação dele"

"Contra os vazamentos, há necessidade de apurar e isso está sendo feito"

21 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO MPF do Ceará move ação para impedir uso de nota do Enem

Procurador argumenta que questões da prova do ano passado vazaram para vários colégios, o que fere a isonomia

O procurador da República, Oscar Costa Filho, do Ministério Público Federal no Ceará, ingressou ontem com ação civil pública para que as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) aplicado no ano passado não sejam utilizadas no preenchimento de vagas em universidades públicas no segundo semestre, por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Na ação, ele pede também a anulação de seleções eventualmente já realizadas para o segundo semestre que utilizaram notas do Enem. Para o procurador, permitir que os resultados de provas que tiveram questões previamente divulgadas continuem sendo usados para o ingresso de alunos é uma medida que desafia os princípios da legalidade, particularmente a isonomia entre os candidatos.

De acordo com Oscar Costa Filho, o pedido dele levou em consideração a comprovação, em inquérito da Polícia Federal, de que o vazamento de questões na última edição do Enem não ficou restrito a 14 itens, como admitido pelo governo, e envolveu um número maior de escolas do que se imaginava inicialmente.

Além de estudantes do Colégio Christus, de Fortaleza, alunos de outros 29 colégios cearenses teriam tido acesso prévio a questões do Enem, segundo dados do inquérito da Polícia Federal.

Pré-teste. O exame aplicado no ano passado utilizou questões que faziam parte de cadernos de pré-teste - prova aplicada a um grupo reduzido de alunos para medir o nível de dificuldade das questões que serão utilizadas no Enem.

Um desses pré-testes foi aplicado no Christus. E um funcionário da instituição teria participado da prova e copiado as questões. A poucos dias antes do exame, no ano passado, alunos do colégio e do curso pré-vestibular a ele ligado receberam um simulado com várias questões idênticas às que caíram no Enem.

O vazamento veio à tona três dias depois das provas e resultou, após intensa guerra judicial, no cancelamento de 14 testes para os estudantes do 3.º ano e do cursinho do Christus.

O ESTADO DE S. PAULO

Frase

22 ABR 2012

"Numa demonstração de desinvolture brega, caipira, o senhor Peluso volta a expor detalhes constrangedores sobre meu problema de saúde"

JOAQUIM BARBOSA, ministro do STF, sobre o ex-presidente Cezar Peluso, a quem acusou de praticar "supreme bullying". As farpas revidam comentários de Peluso sobre a saúde de Barbosa, usando argumentos de Paulo Niemeyer (que não é médico do ministro): "Ele não tem problema na coluna, tem problema no quadril. Mas o certo é que alguma coisa ele tem, mesmo".

FÓRUM DOS LEITORES

PODER JUDICIÁRIO Mensaleiros comemoram

Enquanto os "ministros" do Supremo Tribunal Federal (STF) baixam o nível, lavando sua roupa suja em público, os mensaleiros comemoram o não julgamento dos seus crimes. E se, porventura, vier a ser marcada a data, algum "ministrinho" com certeza ainda pedirá vistas do processo, para a pizza ficar no forno por mais alguns anos.

CARLOS ROBERTO G. FERNANDES
crgfernandes@uol.com.br
Ourinhos

Baixíssimo clero

A "discussão" entre os ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa, do STF, é o retrato do que o Brasil tem sofrido: meros precários despreparados para trabalho de tal magnitude. Aliás, como sói acontecer neste país inteiro; somente gente incompetente, figuras fracas e deploráveis a assumir cargos de importância, o que explica o desastre que virou o País nos últimos anos. Mormente em se tratando dos comandados e dirigidos com indicações pessoais pelo maior apedeuta jamais visto nestas plagas. Assim, só podia dar no que deu: ignorância, burrice, mau-caratismo... A porta para o crime foi escancarada com louvas e gala pelas bestas do apocalipse. Na falta da Justiça, cadê a polícia?

RONALDO PARISI
rparisi@uol.com.br

Baixaria e crime

Chamar seu colega de tribunal de ridículo, brega, caipira, corporativo, desleal, tirano, pequeno e manipulador de resultados de julgamentos é fichinha perto da acusação de racismo. Pergunto aos ministros Barbosa e Peluso: vai ficar por isso mesmo?

LUIZ NUSGAUM

lnusbaum@uol.com.br
São Paulo

Cavaleiros apequenados

Seria fastidioso relacionar os grandes nomes da ciência jurídica nacional que ornamentaram o Supremo Tribunal Federal. Para toda a comunidade jurídica - e quiçá para o povo brasileiro -, soa pedestre, rasteiro, incompatível com a liturgia da Corte Suprema o embate entre os ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa. Este, acusado de se dar a propagandas políticas num botiquim cardaca, retrucou que "ele se acha". Divergências são sempre admissíveis, mas essas ombradas rudes, mais próprias das profundezas das periferias, chocaram.

AMADEU R. GARRIDO DE PAULA

amadeugarridoadv@uol.com.br
São Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

DORA KRAMER 22 ABR 2012

Baixeza na Corte

Nunca foi tão apropriado um chamamento quanto o feito pelo ministro Carlos Ayres Britto em seu discurso de posse na presidência do Supremo Tribunal Federal: "Mais que impor respeito, o Judiciário tem que se impor o respeito".

Os desaforos distribuídos pelo antecessor Cezar Peluso em suas entrevistas de despedida do posto, bem como o revide de um de seus alvos, o ministro Joaquim Barbosa, acusando-o de manipular resultados de julgamentos, evidenciam a carência do atributo invocado pelo novo presidente da Corte.

As brigas ao molde de ambientes desatinados não são novidade no Supremo. Vira e mexe um ministro se indis põe publicamente com o outro. Não quer dizer que sejam condutas aceitáveis. A repetição as torna mais condenáveis.

Mas agora a ausência de cerimônia chegou ao ápice, levando a credibilidade da Corte ao rumo do declínio.

O ministro Peluso disse o que quis sobre a presidente Dilma Rousseff, sobre um senador da República, sobre a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, sobre a independência jurisdicional do Supremo.

Acabou ouvindo o que não deve ter gostado de ouvir de um de seus pares a quem chamou temperamental, complexo e permeável a pressões da opinião pública por insegurança.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Joaquim Barbosa deu o troco com juro e, como se dizia antigamente, correção monetária.

Nos trechos amenos chamou Peluso de "ridículo", "brega", "caipira", qualificou sua passagem pela presidência do STF como "desastrosa" e o acusou de

co em posições assumidas nos votos ou declarações.

Joaquim Barbosa, contudo, foi muito além: acusou Peluso de manipular resultados de votações, usar das prerrogativas do cargo para fazer valer sua vontade, criar "falsas questões processuais" e na imputação mais grave de todas referiu-se a roubo e prevaricação.

Ou há outra interpretação possível para o trecho em que o ministro diz que o então presidente aproveitou a ausência dele do STF para lhe "surrupiar" processo em que era relator a fim de "ceder facilmente" a pressões?

Se os ministros do Supremo não estivessem fora da jurisdição do Conselho Nacional de Justiça seria um caso de se proceder a averiguações.

Não se discutem as razões do ministro Barbosa, até compreensivelmente agastado com o que considera tratamento desrespeitoso por parte de Cezar Peluso em relação às limitações impostas por seus problemas de saúde.

A questão aqui é o conteúdo: ou bem as acusações de Barbosa são verdadeiras ou decorrem de destempero e teríamos um juiz desprovido da serenidade indispensável ao ofício.

Em qualquer das hipóteses, sai ferida a instituição. Nivelada ao clima geral de torpeza, atingida em sua credibilidade. Seja pela ausência de qualificação pessoal ou por suspeições inadmissíveis em integrantes da Corte conceitualmente Suprema

Brigas no Supremo nivelam instituição ao desatino geral e ferem sua credibilidade

ter "Incendiado o Judiciário inteiro com sua obsessão corporativista".

Alguns adjetivos nem precisavam ser ditos por outrem, pois o próprio Cezar Peluso tratou, recente e anteriormente, de expô-los ao escrutínio públi-

O ESTADO DE S. PAULO

Tudo em família

O 'GENE' DO

JOGO DO

BICHO DOS

CACHOEIRA

Pai do contraventor, Tião fazia apostas e introduziu filhos no 'negócio' em GO

É num quarto do Hotel Palace, prédio decadente dos anos 1950 no centro de Anápolis, a 55 km de Goiânia, que mora o mineiro Sebastião Almeida Ramos, o Tião Cachoeira, 82 anos, pai de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, contraventor preso por suspeita de chefiar a máfia do caça-níqueis no Centro-Oeste e controlar uma rede criminosa com ligações com governadores, senadores, prefeitos, juízes, desembargadores, delegados e até padres.

Motorista de caminhão que transportava argila de Minas Gerais para as obras da construção de Brasília, Tião transferiu a mulher, Maria José, e os filhos da Fazenda Cachoeira - daí o apelido -, de Araxá para Anápolis. Foi numa cidade em ebulição repleta de migrantes, entre Goiânia e os canteiros da nova capital federal, que Tião começou a trabalhar no comércio ambulante e como apontador de jogo do bicho - o responsável em anotar as apostas.

Mais tarde, ele já estava em sociedade com Pintadinho, um bicheiro tradicional na cidade.

Separação. Nos anos 1960, Tião se separou da mulher. A separação foi um trauma para os 14 filhos (12 estão vivos), contam ex-vizinhos da família na antiga Vila Goiás, em Anápolis. Carlinhos, Marquinho, Paulinho e

Julinho saíram em defesa da mãe, mas, sem estudo e influência, foram aos poucos ajudando o pai no "negócio" do jogo do bicho. Tião se desentendeu com Pintadinho. Depois de uma série de atritos, levaram em conta os conselhos de amigos e dividiram as bancas da cidade.

Aos poucos, Carlinhos foi assumindo o "negócio" do pai e abocanhando as bancas de Pintadinho. Já Marquinho, com quem Carlinhos vivia uma disputa eterna em família, concluiu o ensino médio e passou num concurso do Banco de Brasília.

Ascensão. A guinada de Carlinhos Cachoeira ocorreu nos anos 1990, quando o então governador Maguito Vilela (PMDB) lhe deu a concessão da Loteria do Estado de Goiás, a LEG. Hoje, Vilela, prefeito de Aparecida de Goiás, se limita a dizer que era apenas um colega de futebol do "menino" Carlinhos nos campeonatos de Anápolis.

Foi naquela década que Carlinhos esteve no Rio de Janeiro para se apresentar aos bicheiros Castor de Andrade e Anysio Abraão Davi e frequentar os camarotes das Marquês de Sapucaí, levando sempre os irmãos. O velho Tião continuava a morar no decadente Hotel Palace, enquanto Carlinhos começava a desenvolver em Goiás. Carlinhos virou pioneiro no bingo eletrônico e no jogo de caça-níquel no Centro-Oeste. Tião passou a "exercer" a função de jogador, incontrolado de caça-níqueis. "Pelo menos o dinheiro volta para a gente", disse Carlinhos, resignado, numa roda de amigos, segundo um parente.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

22 ABR 2012

Ovelho Tião, que gosta de dizer que é afilhado do ex-presidente Juscelino Kubitschek, é um homem que fala pouco, sempre introspectivo e que não costuma falar de sua vida.

Perillo. No período que coincide com a chegada de Marconi Perillo (PSDB) ao governo de Goiás, no fim dos anos 1990, Carlinhos ampliou sua rede de contatos e se mudou para Goiânia, onde comprou um apartamento no Excalibur, um edifício de apartamentos de luxo no centro da cidade em que residem cantores sertanejos e empresários da soja. Levou junto os irmãos Julinho, visto por alguns como o braço direito dele, e Paulinho, que morava em Uberaba.

Luizinho foi colocado no comando de uma casa de carteados em Anápolis, frequentada por um seleto grupo de empresários. Outro irmão, Juninho, passou a ajudar Carlinhos nas empresas que a família abria em setores legais da economia.

Empresário. Finalmente, Carlinhos virava um empresário do Distrito Agroindustrial de Anápolis, o Daea, aberto há cerca de 25 anos, e que transformou a cidade, atraindo milhares de migrantes.

A cidade que nos anos 1950 tinha 50 mil habitantes hoje abriga 340 mil moradores. A entrada de Carlinhos no Daea era um marco para um homem tímido, que, assim como o pai e os irmãos, nunca ostentou dinheiro e sempre esteve à sombra de poderosos.

Marquinhos deixou o Banco de Brasília e abriu uma loja de factoring em Anápolis. Para o irmão Ricardinho, o Pipoca, sobrou a área que, agora, era a menos rentável: a Girafa, como chamam a "empresa" de jogo do bicho na cidade.

Rede de amizade. Os amigos da família também foram sendo incluídos nos negócios de Cachoeira. Foi o caso de Frei Valdair, ligado à matriarca Maria José, que recebeu apoio para incrementar a programação da rádio São Francisco, mantida pela Igreja.

Estar perto de Carlinhos também "motivou" os amigos a "crescerem" na vida, afirma um outro parente do contraventor.

Carlos Nogueira, o Butina, amigo apresentado por Frei Valdair, em poucos anos passou de contínuo na rádio para publicitário de sucesso e dono de dois canais fechados de TV e um jornal de abrangência regional.

Rede do crime. A Polícia Federal incluiu na rede comandada por Carlinhos dezenas de políticos, empresários, desembargadores e policiais. É essa rede que a CPI mista do Congresso começará a investigar. A prisão do contraventor, no dia 29 de fevereiro aparentemente uniu a família, que vivia às turras nos últimos anos. Há cerca de três anos, Marquinhos reclamou que o irmão estava se dedicando demais à "política". "Virou político", criticou. Na última semana, a três amigos, ele contabilizou que o irmão poderia ter repassado R\$ 1 bilhão para os "políticos" nestes últimos anos.

"O problema da nossa família é a corrupção. Mas a polícia só quer caçar a gente. Os políticos vão ficar soltos?", disse. Da cadela, Carlinhos Cachoeira mandou dizer que os desabafos em família, e apenas em família, são toleráveis.

● Família no divã

MARQUINHOS CACHOEIRA

IRMÃO DE CARLINHOS CACHOEIRA

"Ele (Carlinhos Cachoeira) virou político"

"O problema da nossa família é a corrupção. Mas a polícia só quer caçar a gente. Os políticos vão ficar soltos?"

O ESTADO DE S. PAULO

GAUDÊNCIO TORQUATO 22 ABR 2012

Mensalão – prisma técnico ou político?

O episódio do mensalão, que poderá ser julgado no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda neste semestre, apresenta-se como um dos mais emblemáticos da história jurídica do País. Sua singularidade começa com o número de acusados, 38, atravessa a montanha de três centenas de volumes, fora os apensos, para abarcar cerca de 600 testemunhas. A polêmica que reacende ocorre às vésperas de uma campanha eleitoral e no momento em que uma CPI se forma para investigar o escândalo mais recente de corrupção na esfera política, devendo a decisão ser tomada – se o processo for de fato a julgamento – sob a presidência de um ministro que permanecerá apenas sete meses no comando da Corte. Vale lembrar que o caso ganha acesa polêmica sob imagens contrastantes: de um lado, avoca-se papel “mais ativo e progressista” para o STF; de outro, surgem horrores sobre situações vividas por magistrados em instâncias da Justiça. Vê-se ainda o balão da opinião pública pairando sobre a cabeça dos julgadores e, por último, se distingue a argumentação levantada por implicados alicerçada na tese de que os ministros devem julgar o caso sob o prisma técnico, e não político. O novelo tem fios com as cores do arco-íris.

A começar pela visão modernizante proporcionada pelo STF a partir de decisões recentes, como reconhecimento da união homoafetiva, liberação da marcha da maconha e legalização do aborto de fetos anencéfalos, é razoável supor que o mensalão, em seu *grand finale*, seja encurralado no paredão da ilegalidade. A expectativa é que o evento, como outros escândalos, seja extirpado da cena insti-

O juiz não deve ser vassalo da sociedade, mas é impossível fechar os olhos ao eco do povo

tucional. Donde emerge o dilema: o juiz deve ou não abrir os ouvidos ao clamor social? O juiz, diz a lição, não deve ser vassalo da sociedade. Os ditames da Justiça recomendam que julgadores devem apartar interesses de uns e outros, acusados e acusadores, separar a faceta política do escopo técnico, elevando o corpo de provas ao alto patamar do julgamento. É impossível, porém, fechar os olhos ao eco do povo. O exercício consiste em juntar as partes no todo, unir o particular ao global e chegar, na expressão de Bacon, à rota da justa sentença, “*como Deus costuma abrir o seu caminho elevando os vales e abaixando montanhas; de maneira que, se aparecer, ao lado de uma das partes, um braço poderoso, uma pressão violenta, astuciosas vantagens, combinações, nesse caso a virtude do juiz consiste em nivelar as desigualdades para poder fundar sua sentença em terreno plano*”.

Não é fácil definir “prisma técnico”, como pregam agentes envolvidos no mensalão, em meio a núcleos variados: político, financeiro, publicitário, ao lado da tessitura que liga uns a outros, sob fartas provas documentais e testemunhais, algumas plenas de evidências, outras escassas de concretude ou deixando dúvidas. Não haveria um “celofane político” embalando os “pacotes técnicos”? A materialidade dos crimes de formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, todos com prova documental, não se reveste de caráter político?

Essa questão a ser respondida pelos 11 ministros do STF. O clima ambiental tende a influenciar a Corte? Se aceitarmos o princípio de que as leis se originam na realidade social, não há como descartar a hipótese. Nesse caso, o sentimento é de que o *affaire* deve ter seu desfecho o mais rápido possível. Quando um assunto vira sinônimo de “trama”, sua permanência no meio social contribui para expandir prejuízos. Ademais, o novo presidente do Supremo, Carlos Ayres Brito, defende o julgamento neste semestre, sob pena de ser difícil deixá-lo para o próximo, quando seis ministros estarão ocupados com o processo eleitoral.

Leve-se em conta que a CPI formada para investigar as atividades de Carlos Cachoeira e suas ligações com as áreas política e empresarial deve acender foguetas, acirrar ânimos partidários e tumultuar o fluxo de decisões no Parlamento. O ambiente institucional poderá esfumar-se. Percepção final: fogo generalizado deixa só uns poucos a salvo. Se o sergipano Ayres Brito, exímio intérprete da lei – como deixou transparecer na bela peroração de posse no STF – e artesão da expressão jurídica, lograr o feito de comandar o julgamento do mais rumoroso caso de corrupção da contemporaneidade, entrará na galeria dos modeladores do moderno Judiciário brasileiro.

CONTINUA

22 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Britto é um ponto de exclamação no rol de indagações que fragmenta a vida nacional. Sabe ler a alma do homem da rua. Entende que o espírito do Supremo deve impregnar-se da aura social. Filtrando, claro, os raios que podem ferir o corpo jurídico. Como poeta, canta os sentimentos coletivos. Assume com convicção o papel de missionário. Desfralda a bandeira de mudança de paradigmas. Veste o traje de independência do juiz sem deixar de lembrar que já foi militante partidário. Tem compromisso com a clareza. Afinal, a transparência, pilar da democracia, é o território contra o poder invisível, biombos e coxias.

Se em sete meses conseguir, como julgador e presidente do STJ, fazer valer o ideário da dignidade – realçando leis como as da Pícha Limpa, da Improbidade Administrativa, Maria da Penha, e as normas contra o cancro da corrupção –, poderá recolher-se em paz ao abrigo compulsório da aposentadoria aos 70 anos. Aliás, um luxo de país que comete a estultice de desprezar experiência, prestígio e energia criadora de quadros no auge de sua sabedoria e elevação espiritual.

Por último, oportuno ressaltar que o Judiciário também enfrenta seu calvário. Se é o Poder de que mais se exige pudor e respeito à ética, a verdade se impõe: não é imune ao erro. Precisa também ser objeto de investigação. Aos juízes, recomenda-se refletir sobre o canto poético de Carlos Ayres Britto: façam como as garças, que vivem em ambientes enlameados, mas executam uma coreografia cuidadosa que preserva a alvura de suas penas!

JORNALISTA, PROFESSOR
TITULAR DA USP, É CONSULTOR
POLÍTICO E DE COMUNICAÇÃO
TWITTER: GAUDTORQUATO

23 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Benefício restrito a cúpula coloca TJ-SP em crise

Pedidos de magistrados feitos entre 2008 e 2010 foram negados, enquanto comando da corte liberou verba para si próprio

Fausto Macedo

A raíz da crise sem precedentes que assola o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) está em um documento de 300 páginas que relata casos de magistrados que, de 2008 a 2010, solicitaram dinheiro à corte - geralmente pequenos valores -, mas taxativamente não foram atendidos pela Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças nem pela presidência do tribunal.

O argumento para a rejeição aos pedidos de pagamentos antecipados de créditos devidos era, reiteradamente, "limitação orçamentária". Agora se sabe que, ao mesmo tempo em que vetaram a liberação de valores reduzidos a seus pares, desembargadores da cúpula do TJ foram contemplados em suas próprias gestões com contracheques milionários.

Dos cinco desembargadores sob suspeita, três integravam a Comissão de Orçamento: Alceu Penteado Navarro, Fábio Monteiro Gouvêa e Tarcísio Ferreira Vianna Cotrim. Naquele período, a presidência do TJ foi exercida por Roberto Antonio Vallim Bellocchi (2008-2009) e Antonio Carlos Vianna Santos (2010).

Os cinco desembargadores são alvo de investigação no Órgão Especial do TJ porque receberam grandes somas e atropelaram a extensa fila de espera que aflige centenas de juízes. Os dois ex-presidentes lideram a lista: Bellocchi recebeu R\$ 1,44 milhão e Vianna, R\$ 1,26 milhão. Gouvêa, Cotrim e Navarro recebe-

ram de R\$ 630 mil a R\$ 713 mil cada. Juntos, os cinco magistrados receberam do TJ R\$ 4,7 milhões a título de pagamentos antecipados.

Limitação. A revolta da toga está na forma como os pagamentos foram feitos em favor de uns poucos magistrados. Um rol de 17 casos ilustra esse capítulo crucial da crise.

O juiz Paulo Dirceu Rossetti protocolou requerimento em 16 de junho de 2009, pelo qual solicitou pagamento antecipado de seu saldo remanescente para fazer frente a despesas familiares. Em 11 de agosto, Gouvêa despachou: "A limitação orçamentária atual, aliada à necessidade de cumprimento das metas estabelecidas em prol de todos os magistrados, inviabiliza o atendimento do pleito formulado nesta oportunidade".

A demanda foi encaminhada à presidência, então sob tutela de Bellocchi, e ao Conselho Superior da Magistratura (CSM) que, em 18 de agosto, negou o pagamento. Naquele mês, Bellocchi recebeu pagamento excepcional de R\$ 30 mil - o salário foi de R\$ 38.023,75.

O desembargador Paulo Roberto de Santana pediu, em 10 de dezembro de 2009, pagamento antecipado de R\$ 30 mil para atender mandado judicial para pagar pensão alimentícia, mas Gouvêa vetou. Em 5 de janeiro, o então presidente do TJ, Vianna Santos, presidiu sessão que negou o dinheiro.

No mesmo mês, Vianna Santos recebeu R\$ 100 mil de pagamento excepcional e subsídio de R\$ 116.980,53; Navarro recebeu extra de R\$ 50 mil e subsídio de R\$ 66.632,51; Gouvêa, R\$ 50 mil de atrasados e salário de R\$ 66.354,94; Cotrim, R\$ 50 mil de extra e salário de R\$ 64.750,12.

Outro desembargador, José Gonçalves Rostey, em julho de 2008 pediu pagamento de nove dias de férias para custear despesas com reparos do carro. Em agosto o CSM e Bellocchi acolheram manifestação de Gouvêa e rejeitaram o pleito. No mesmo mês, porém, Bellocchi recebeu extra de R\$ 18.112,65 e salário de R\$ 34.589.

Mais casos. Nas gestões dos presidentes Vallim Bellocchi e Vianna Santos também foram negados pagamento antecipados aos juízes Carlos Eduardo Xavier Brito - pediu valor equivalente a 40 dias de férias para tratamento dentário -; Gilberto Ferreira da Rocha - valor referente a 119 dias de férias para aquisição de imóvel -; Leonardo Mazzilli Marcondes - pediu dinheiro de 60 dias de férias alegando "motivos financeiros"; e Ana Lúcia de Figueiredo que, em maio de 2009, pediu créditos "a que faz jus para aquisição de veículo blindado para sua segurança". Também teve rejeitada sua solicitação, de março de 2009, o desembargador Lineu Bonora Peinado, que pediu o pagamento antecipado "por dificuldades financeiras".

• **Antecipações**

R\$ 4,7 mi

é o que foi pago a dois ex-presidentes do TJ e a três desembargadores da Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças, todos sob investigação do Órgão Especial do tribunal

23 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

A caixa-preta do TJSP

Pressionado pela Corregedoria Nacional de Justiça, que a considera a Corte mais refratária ao controle do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) finalmente abriu a caixa-preta de sua administração, instaurando sindicância para investigar pagamentos irregulares de créditos trabalhistas a um grupo de magistrados, concedendo o prazo de 15 dias para que se defendam e determinando a suspensão de pagamento, em dinheiro, de férias e licenças-prêmio.

Caso sejam condenados, os envolvidos poderão ser aposentados compulsoriamente. As acusações mais graves atingem os cinco desembargadores que controlaram o TJSP e a Comissão de Orçamento nos últimos anos. Juntos eles receberam R\$ 4,5 milhões, a título de créditos trabalhistas. Esses créditos decorrem de vantagens e benefícios funcionais concedidos a todos integrantes da Justiça paulista, mas que não foram pagos, entre 2006 e 2010. Como ocupavam cargos de chefia, os cinco desembargadores furaram a fila, recebendo de uma só vez quase todos os créditos, e não escalonadamente, como ocorre com os demais servidores e juízes. Teriam, assim, transgredido os princípios da moralidade e da impessoalidade previstos pela Constituição.

Ao justificar as decisões tomadas em causa própria, os cinco desembargadores invocaram "critérios de necessidade". Um alegou que as chuvas de verão

inundaram seu apartamento de cobertura. Outro afirmou que teve de sustentar a neta, após a separação do filho. E houve quem dissesse que o pagamento antecipado amortizaria dívidas pessoais ou pagaria despesas médicas de esposas, companheiras e filhos.

Entre os acusados estão o atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Alceu Penteado Navarro, que recebeu R\$ 640 mil; dois magistrados integrantes da comissão de orçamento, Fábio Gouveia e Tarcísio Cotrim, que receberam R\$ 713 mil e R\$ 631 mil, respectivamente; e dois ex-presidentes do TJSP, Ro-

Instaurada a sindicância sobre pagamentos irregulares a um grupo de magistrados

berto Vallim Bellocchi e Antonio Carlos Vianna Santos, que receberam R\$ 1,4 milhão e R\$ 1,2 milhão. Santos, que faleceu no exercício da presidência, em 2011, foi representado pelo advogado da sua viúva, que assim se pronunciou sobre o pagamento antecipado: "Não há justificativa a tanto, tendo de se sondar a alma humana para se saber o motivo ou a razão do pedido de antecipação do pagamento dos créditos repassados".

No processo aberto pelo Órgão Especial do TJSP, que reúne os 12 desembargadores mais antigos, 12 eleitos e o presidente do TJSP, Bellocchi e Santos também são acusados de terem feito uma "administração paralela" em suas gestões, patrocinando desmandos e favorecendo juí-

zes amigos, assessores de gabinete e até motoristas. "Eles teriam se associado, de forma estável e permanente, para a prática de uma série indeterminada de ilícitos administrativos. Há veementes indícios de que não havia mesmo critério nenhum para as antecipações de créditos a magistrados, deferidas ou indeferidas ao arbítrio exclusivo da Comissão de Orçamento e sob os auspícios dos humores de seus membros", diz o processo.

"Há a constatação de que alguns magistrados receberam valores em descompasso com os demais. Não estamos vislumbrando, por enquanto, infração disciplinar, mas quebra de isonomia", afirma o desembargador Ivan Sartori, presidente do tribunal e relator do caso. Alguns integrantes do Órgão Especial queriam que o processo administrativo fosse enviado para a Procuradoria-Geral de Justiça, para acionar judicialmente os acusados por crime de improbidade, mas a proposta só poderia ser votada após o término da sindicância. Mesmo assim, com base nas provas já coletadas, integrantes membros do Órgão Especial defendem a aplicação das sanções mais severas, no plano administrativo, e entendem que Penteado Navarro não tem condições de presidir o TRE.

Em seus embates com a chefe da Corregedoria Nacional de Justiça, Eliana Calmon, os desembargadores paulistas mais antigos alegaram que as auditorias do órgão eram indevidas e que bastavam as fiscalizações da corregedoria do TJSP. A abertura da caixa-preta da Corte mostrou quem estava com a razão.

23 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Para esfriar ânimos, STF fará reunião

Ayres Britto convocou os ministros para se reunirem até amanhã com o objetivo de preparar a Corte para os julgamentos decisivos que virão

Preocupado com o clima de insegurança jurídica causado pela briga pública entre dois ministros, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, convocou reunião interna, a ser realizada até amanhã, destinada a lavar roupa suja e preparar a Corte para os julgamentos históricos previstos para este ano. Entre esses julgamentos está o processo do mensalão, em tramitação desde 2005 e o que contesta as cotas raciais das universidades, marcado para começar na próxima quarta-feira.

“O STF tem o dever de conferir segurança jurídica ao País, pois quando isso não ocorre, a República e a democracia ficam ameaçadas”, afirmou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante.

A preocupação atinge diversos operadores do direito. “Que a pacificação chegue rápido porque tempos duros pela frente se aproximam”, acrescentou o presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra. “A quem a sociedade vai recorrer se o STF é sua última instância?”, indagou.

Acusado de “inseguro” e de ter “temperamento difícil” pelo ministro Cezar Peluso, em entrevista ao site Consultor Jurídico, o ministro Joaquim Barbosa, relator do mensalão, retrucou em tom áspero. Em entrevista ao jornal *O Globo*, ele chamou o colega de “ridículo”, “brega”, “corporativo”, “desleal”, “tirano” e “pequeno”. Mais grave: acusou o ex-presidente da Corte de manipular resultados de julgamentos para atender seus interesses e de praticar racismo contra ele, por ser negro, além de bullying por conta do seu problema de saúde.

Ayres Britto rebateu em seguida as acusações de Barbosa. O próprio Peluso reconheceu ter cometido um erro ao ter falado do colega e tentou sem sucesso por duas vezes um pedido de desculpas.

O clima então ficou mais pesado e isso trouxe preocupações com relação aos julgamentos importantes que o Supremo tem pela frente.

Prejuízos. Para observadores, a briga deixou danos à imagem do STF e as perspectivas não são animadoras, porque Ayres Britto será presidente por apenas sete meses, aposentando-se em novembro, ao fazer 70 anos.

O próximo presidente será Barbosa, que tem focos de atritos com alguns colegas e deu mostras do seu pavio curto em brigas memoráveis com os dois últimos presidentes da Corte – Gilmar Mendes e Peluso.

Egresso do Ministério Público, Barbosa é considerado um ministro que tem o sangue à flor da pele. Nos bastidores do Supremo comenta-se que ele foi a vida inteira promotor, acostumado a acusar e nunca exerceu funções de juiz, que ao longo da carreira se acostuma a ter uma posição mais equilibrada, visto que tem de tomar a decisão final em circunstâncias às vezes difíceis. A previsão é de que com Barbosa na presidência, o STF terá pela frente dois anos de agitação. Mas para alguns observadores, nessa troca de acusações, os dois lados têm razão.

Na presidência do Supremo, Peluso teria se comportado com viés excessivamente conservador e autoritário.

Tensão. Para o presidente da AMB, Nelson Calandra, os desencontros devem ser contornados pelo espírito conciliador de Britto. Segundo ele, o STF vive num “clima de suprema tensão” por causa da complexidade dos temas e da carga de trabalho excessiva. “É um milagre que não tenha havido crises piores”, disse ele. “Os temas são apaixonantes e polêmicos, como o aborto de anencéfalos, as células-tronco e as cotas raciais”, citou.

Muito expostos, os ministros, segundo ele, costumam dizer o que pensam sem meias palavras”, afirmou Calandra, referindo-se à entrevista de Peluso e à réplica de Barbosa.

“Nós somos preparados para ser juízes, não comunicadores e às vezes cometemos deslizes verbais”, disse ele, lembrando um episódio, na década de 1990, em que os ministros Sepúlveda Pertence e Moreira Alves quase saíram no tapa após troca de acusações. Chamado a apaziguar os ânimos, o presidente da Corte na época, Ilmar Galvão, conseguiu o intento de forma insólita. “Me incluam fora disso”, disse ele. Todos caíram na gargalhada.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

AÇÃO E REAÇÃO

CONTINUAÇÃO

23 ABR 2012



● **Cezar Peluso**

"Ele (Joaquim Barbosa) é uma pessoa insegura"

"(Ele) tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o Supremo não pelos méritos que ele tem, mas pela cor"



● **Joaquim Barbosa**

"As pessoas guardarão na lembrança a imagem de um presidente (Cesar Peluso) conservador, imperial, tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força a sua vontade"



● **Carlos Ayres Britto**

"Eu nunca vi e nunca verei um presidente alterar o conteúdo de uma decisão"

"Somos contra o racismo por dever, porque o racismo é proibido pela Constituição"

23 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça condena USP a devolver doação de R\$ 1 milhão

Família considerou que instituição descumpriu acordo de doação ao não batizar sala construída com recurso

A família do banqueiro Pedro Conde (1922-2003) obteve na Justiça a devolução de cerca de R\$ 1 milhão que havia doado à Universidade de São Paulo (USP) para a construção de um auditório para 90 pessoas na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

A contrapartida da doação previa que a sala fosse batizada com o nome do banqueiro - pela tradição, as salas da São Francisco só recebem nomes de professores da casa. Um quadro com o retrato de Pedro Conde também deveria ser colocado no local.

O contrato foi assinado em abril de 2009, época em que o atual reitor da USP, João Grandino Rodas, era diretor da Faculdade de Direito. A doação foi aprovada pela congregação da faculdade, órgão deliberativo com representação de diretores, professores e alunos, e a sala chegou a ser batizada.

No entanto, um ano depois, com uma nova direção da faculdade e após protestos de estudantes, a congregação recuou, alegando que não sabia da obrigação de batismo do auditório. Muitos alunos e professores comemoraram a mudança, alegando que uma sala não poderia homenagear alguém que nunca lecionou na universidade.

O nome do banqueiro foi retirado da sala e a família de Pedro Conde considerou que houve ruptura de contrato. Em abril do ano passado, eles entraram com

ação judicial contra a universidade, pedindo a devolução dos recursos e uma indenização por danos morais.

Na sentença proferida na semana passada, o juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, da 13.ª Vara da Fazenda Pública, disse que "a justificativa de que o ato de nomeação dependeria de aval da congregação da universidade jamais se apresentou na superfície do contrato, permitindo-se inferir aos doadores que se tratava de hipótese aparentemente formal, sem maior profundidade".

Ele condenou a USP a ressarcir a família em R\$ 1 milhão, com juros e correção. O juiz não aceitou o pedido de danos morais.

"A família entende que o acordo assinado com a universidade não foi cumprido, portanto o dinheiro deve ser devolvido", afirma Vicente Ottoboni Neto, advogado de Pedro Conde Filho.

Compromisso. A USP afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que seu compromisso na doação era apresentar a proposta de batismo do auditório à congregação, que deveria tomar a decisão, sem a obrigação de nomear a sala. A universidade informou que vai recorrer da decisão judicial.

Um contrato semelhante de doação também foi assinado por Grandino Rodas com o escritório Pinheiro Neto. A sala reformada com o dinheiro deveria ser batizada com o nome do advogado José Martins Pinheiro Neto.

O escritório, no entanto, optou por não entrar com ação judicial nem questionar a USP pela doação.

Os dois contratos alimentaram uma crise entre a atual direção da Faculdade de Direito e o reitor da USP, que chegou a ser declarado persona non grata pela congregação.

23 ABR 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Bebê sem cérebro nasce morto em SE

A dona de casa Neide da Silva Santos, de 31 anos, que estava grávida de oito meses de um bebê anencéfalo, entrou em trabalho de parto e o bebê nasceu morto.

Neide entrou na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju (SE), na noite de quinta e o parto ocorreu no dia seguinte. A dona de casa soube que estava grávida de um bebê sem cérebro no quinto mês de gestação. Na época, a família não procurou a Justiça para interromper a gravidez por falta de orientação.

No dia 12, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou o aborto no caso de anencefalia. Internada na semana passada com infecção urinária, Neide perguntou para os médicos se poderia interromper a gravidez, mas, como o acórdão do STF ainda não foi publicado, ela precisaria ter recorrido à Justiça para conseguir autorização. F., de 30 anos, grávida de quatro meses de um bebê anencéfalo, enfrenta situação semelhante em Pernambuco. Ela recorreu à Justiça para abortar, mas ainda aguarda decisão.

De acordo com o hospital, a dona de casa, moradora de Barra dos Coqueiros, região metropolitana de Aracaju, passa bem, mas não há previsão de alta.

Familiares, porém, contam que Neide está muito abalada emocionalmente. "Ela viu o bebê, agora vai ficar com essa imagem na cabeça e só Deus para apagar. Esperamos que ela supere tudo isso e possa criar os três filhos", lamentou Simone Oliveira, prima de Neide.

No País. O STF decidiu que mulheres que optam por interromper a gravidez de fetos anencéfalos e os médicos que fazem o procedimento não cometem crime. Com isso, foi liberado o aborto no caso de bebês sem cérebro.

23 ABR 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Tribunal de Justiça realiza mutirão de julgamentos para homicídios dolosos

Durante o período, serão realizados mais de 200 julgamentos. Apenas em Curitiba, 20 sentenças devem ser emitidas dando resolução dos casos

A partir de hoje (23), o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná realiza um mutirão de julgamentos de homicídios dolosos, que necessitam de um júri popular. A ação segue até sexta-feira (27). Durante o período, serão realizados mais de 200 julgamentos. Apenas em Curitiba, 20 sentenças devem ser emitidas dando resolução dos casos. Os julgamentos serão no próprio Tribunal do Júri e também nas salas de sessão do TJ. O mutirão visa cumprir a meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e atinge as ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2007. Até fevereiro deste ano, o TJ-PR havia alcançado 25% da meta.

A meta anterior estava relacionada a fase

de pronúncia, momento em que o juiz decide se o acusado deve ser julgado pelo Tribunal do Júri, e era válida para ações ajuizadas até 31 de dezembro de 2008. Neste caso, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Paraná alcançou 22,59% da meta. A Enasp foi criada em 2010 em parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

23 ABR 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

STF nega habeas corpus a Bibinho

Ex-diretor da Assembleia Legislativa está preso desde o dia 6 de março

O Supremo Tribunal Federal rejeitou o pedido de habeas corpus do ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel. Bibinho, como é conhecido, está preso desde o dia 6 de março no Centro de Triagem II, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

O Ministério Público acusa Bibinho de atrapalhar o andamento das investigações dos processos que ele responde na Justiça. Abib Miguel foi acusado de desviar cerca de R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia Legislativa. Ele também responde pelos crimes de formação de quadrilha e falsidade ideológica.

23 ABR 2012

METRO

TJ-PR julgará 200 homicídios

Começa hoje pela manhã um mutirão do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) para julgar os casos de homicídios dolosos que necessitam de um júri popular para serem resolvidos. A ação vai ocorrer até sexta-feira, quando o Tribunal espera ter resolvido 200 julgamentos que estão à espera no Estado. Em Curitiba deverão ser dadas 20 sentenças e os julgamentos serão no Tribunal do Júri e nas salas de sessão da corte.

Meta

O mutirão está sendo realizado para cumprir a meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). Até fevereiro de 2012, 25% da meta havia sido cumprida, segundo o próprio TJ. Para o gestor das metas, juiz Francisco Cardozo Oliveira, o mutirão é uma oportunidade de a comunidade ajudar a fazer justiça, já que no Tribunal do Júri, o próprio povo é o juiz.

● METRO CURITIBA

METRO

Crime 23 ABR 2012

neonazista faz três anos e não tem punidos

● Todos os acusados estão soltos depois de receberem habeas corpus

● Julgamento pode ocorrer em maio

**"A família é punida
diariamente. Já
eles estão soltos."**

VILMA WAECHTER, MÃO DA VÍTIMA
RENATA WAECHTER

No último sábado, completaram-se três anos do duplo homicídio que vitimou o casal Renata Waechter Ferreira e Bernardo Dayrell Pedroso em Quatro Barras, Região Metropolitana de Curitiba.

Segundo as investigações do Cope (Centro de Operações Policiais Especiais), seis pessoas participaram do crime, que teria ocorrido pela disputa de poder entre grupos neonazistas. Todos eles foram detidos, mas soltos através de habeas corpus.

"Pelo que o promotor me disse, o julgamento deve até o fim de maio", conta a mãe de Renata, Vilma Waechter. "Ela era minha única filha, meu objetivo de vida. A nossa dor não vai passar, mas com o julgamento vamos ter pelo menos uma sensação de justiça", afirma

A demora no julgamento, diz Vilma, vem sendo uma estratégia dos advogados da defesa. "Eles estão fazendo de tudo para atrasar e achar brechas na lei", afirma. O mandante do crime seria Ricardo Barollo, que é de São Paulo. Jairo Fischer é de Teotônia-RS e Rodrigo Mota, Gustavo Wendler e Rosana Almeida são de Curitiba. João Guilherme Correa, o último acusado, morava em Pato Branco.

23 ABR 2012

METRO

STF julga legalidade de cotas em universidades

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Ayres Britto, recém-empossado no cargo, afirmou que o primeiro julgamento de sua gestão vai decidir sobre a constitucionalidade da política de cotas em instituições de ensino superior no Brasil, contestadas em três ações que tramitam na Corte.

A pauta da próxima quarta-feira prevê o julgamento da ação protocolada pelo DEM contra o sistema de cotas da Universidade de Brasília e do recurso que questiona a política da Universidade do Rio Grande do Sul, que combina dois critérios para a seleção: a origem de escola pública e a "raça". ● METRO

Richa diz ser intolerante com bicheiros e nega encontro

Governador afirma que nunca foi procurado por emissários de Carlinhos Cachoeira em um ano e meio de governo

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

■ Citado em interceptações da Polícia Federal na operação Monte Carlo, o governador Beto Richa (PSDB) reiterou ontem que nunca teve qualquer contato com o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, nem com pessoas ligadas ao grupo dele. O nome do tucano aparece em e-mails trocados entre o ex-cunhado de Cachoeira, Adriano Aprigio de Souza, e o argentino Ricardo Coppola, sócio da Larami (empresa que comandou o serviço de loterias on-line do Paraná entre 2002 e 2004). Nas conversas, de outubro de 2010, eles tratavam da reativação de loterias estaduais do Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, e sobre um suposto encontro com Richa.

CONTINUA

"Não tenho nenhuma ligação com essas pessoas, eu não conheço essas pessoas, não recebi o Cachoeira nem ninguém ligado a ele", afirmou Richa. Segundo o governador, a maior prova de que não teve envolvimento com o grupo do bicheiro é que ele também nunca discutiu ou enviou uma proposta à Assembleia Legislativa para reativar a loteria estadual. O Serviço de Loterias do Paraná (Serlopar) funcionou como uma autarquia até 2007, quando foi extinto por uma lei proposta pelo então governador Roberto Requião (PMDB).

De acordo com o texto interceptado (veja fac-símile ao lado), Souza pergunta a Coppola no dia 5 de outubro de 2010 se um suposto encontro com Richa "foi bom". Na resposta, Coppola também escreve palavras em português e espanhol e xinga Requião. "Passado praticamente um ano e meio das interceptações, ninguém me procurou. Imagino que foram tirar informações a meu respeito e não tiveram coragem de me procurar porque ficaram sabendo que eu sou intolerante com ilegalidade, desvio de conduta e que qualquer pedido deles não iria prosperar comigo", afirma Richa.

O governador disse que teve acesso ao conteúdo dos e-mails por meio de sua assessoria e interpretou que Coppola usou o verbo "fale" (no tempo presente) para se referir a um suposto encontro com ele no futuro — e não que o encontro teria acontecido no passado. Richa explicou, no entanto, que não viu o primeiro trecho da conversa, no qual Souza faz ao argentino um questionamento no passado. A redação de Coppola, construída no passado, dá margem à interpretação de que o "fale" foi utilizado como "hablé" (falei, em espanhol).

O governador também declarou que assume o "compromisso" de que nada que possa ser investigado pela Comissão Mista Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional sobre o envolvimento de Cachoeira com políticos vai mostrar ligações entre ele e o grupo do contraventor. "Não tem nada, zero", concluiu.

"Imagino que foram tirar informações a meu respeito e não tiveram coragem de me procurar porque ficaram sabendo que eu sou intolerante com ilegalidade."

Beto Richa, governador do Paraná

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

» SENADO

Requião teve encontro, mas garante ter sido "rísvido"

21 ABR 2012

As circunstâncias de um encontro entre o bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o senador Roberto Requião (PMDB) ampliaram ontem a discussão entre grupos políticos sobre a influência do grupo do contraventor no Paraná. Requião admitiu ter recebido Cachoeira durante seu primeiro mandato como senador (1995-2002). Já o governador Beto Richa (PSDB) afirmou que a reunião entre o hoje senador e o bicheiro ocorreu no Palácio Iguazu em janeiro de 2003, primeiro mês do segundo mandato de Requião como governador (2003-2007).

Nesta semana, Requião usou duas vezes o plenário do Senado para atacar Richa e pedir a convocação do atual governador para prestar esclarecimentos sobre o assunto na CPI. Sobre o encontro com Cachoeira, afirmou que tratou o bicheiro com rispidez. "Eu lhe disse [para Cachoeira]: companheiro, você fez muito bem de vir até aqui. Pois eu quero conhecer o canalha que eu quero pôr na cadeia. E pus ele para fora do gabinete", descreveu Requião.

Na versão de Richa, Requião tem tentado fazer uma manobra política para tirar o foco da discussão das relações entre ele, senador e Cachoeira. "Ao tentar se antecipar à própria crise, ele tentou jogar o problema no meu colo. O Paraná espera por explicações sobre esse encontro do senador Requião com o Cachoeira."

Segundo Richa, também é necessário esclarecer porque Requião manteve válido por quase um ano e meio (entre 2003 e 2004) o contrato entre o estado e a Larami, que tem Coppola como sócio e Cachoeira como administrador. Ontem, o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), lembrou que apresentou, em 2004, um requerimento de informações sobre a reunião no Palácio Iguazu. "Meu pedido foi derubado em plenário por forças dos aliados do Requião. Só isso já mostra que houve a reunião", disse Rossoni.

Barbosa acusa Peluso de manipular julgamentos

21 ABR 2012

Ministro acusou ex-presidente do STF de ser "tirânico". Ayres Britto afirma que manipulação de resultados é impossível

O ministro Joaquim Barbosa agravou a crise do Supremo Tribunal Federal (STF) ao rebater com firmeza acusações feitas pelo ex-presidente Cezar Peluso, que se aposentou nesta semana. Peluso havia dado entrevista afirmando que Barbosa era "inseguro" e que parecia temer que dissem que ele chegou ao tribunal apenas "pela cor". Ontem, em entrevista ao jornal O Globo, Barbosa afirmou que Peluso é "ridículo", "brega", "caipira", "corporativista", "desleal", "tirano" e "pequeno". Mais grave: acusou Peluso de tentar manipular julgamentos no STF.

Ao chamar a gestão de Peluso de "desastrosa", Barbosa ressaltou ainda que ele "incendiou o Judiciário inteiro com a sua obsessão corporativista". "As pessoas guardarão a imagem de um presidente do STF conservador, imperial, tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força a sua vontade", afirmou.

"Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais ou simplesmente para tumultuar e não proclamar o resultado que era contrário ao seu pensamento", disse Barbosa. O ministro também comentou o fato de ser o único ministro negro do tribunal: "Alguns brasileiros não negros se acham no direito de tomar certas liberdades com negros."

Impossível

As declarações de Barbosa levaram o novo presidente do STF, Carlos Ayres Britto, que tomou posse na quinta-feira, a dizer que é "logicamente impossível" haver manipulação de decisões e que nunca viu racismo entre seus pares. "É impossível manipular o resultado. Porque se um presidente proferir um resultado em desconformidade com o conteúdo da decisão, ele está desconsiderando o voto de cada um dos ministros", disse.

"O que aconteceu e tem acontecido, e pode ser confundido com manipulação, é um presidente mais enfático. Entre o voto e a proclamação, ele tenta reverter o quadro. Mas isso é natural, não é manipulação. Nunca vi e nunca verei um presidente alterar o conteúdo de

decisão, porque os outros perceberiam", completou Ayres Britto.

Desculpas

A entrevista de Peluso foi concedida em março, mas publicada apenas nesta semana. O ministro reconheceu, depois de publicadas suas declarações, ter cometido um erro ao ter falado do colega. Por isso, na quinta-feira, tentou sem sucesso por duas vezes um pedido de desculpas.

Na primeira tentativa, foi ao gabinete do ministro, mas a assessoria teria informado que Barbosa não estava na Casa. Depois, Peluso telefonou para o gabinete do colega, mas não foi atendido.

No salão contíguo ao plenário, Peluso encontrou-se com Barbosa e pediu desculpas na frente de colegas. Barbosa o cumprimentou, mas já havia informado que daria a entrevista para reagir duramente às declarações do colega.

Exagero

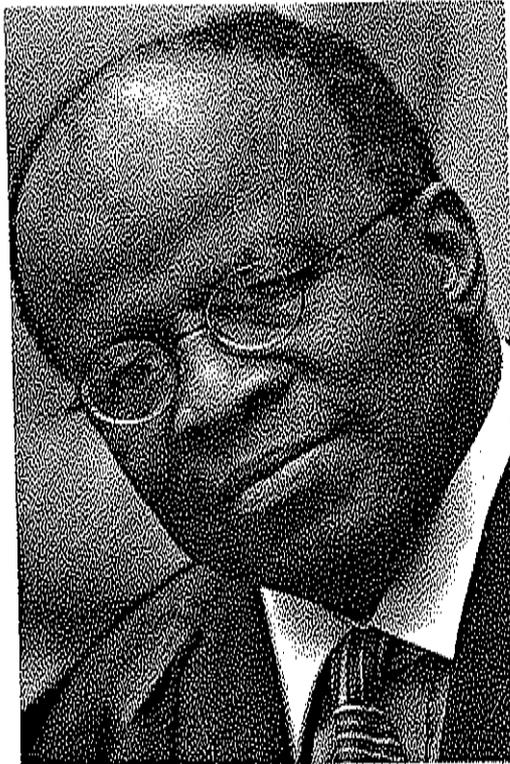
Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, que se diz admirador dos dois ministros, as críticas entre Barbosa e Peluso são exageradas e se devem a um momento de tensão. "Acho que tudo isso é fruto de um ruído de comunicação, de tensão, num momento que é difícil para ambos", afirmou Calandra.

CONTINUA

21 ABR 2012

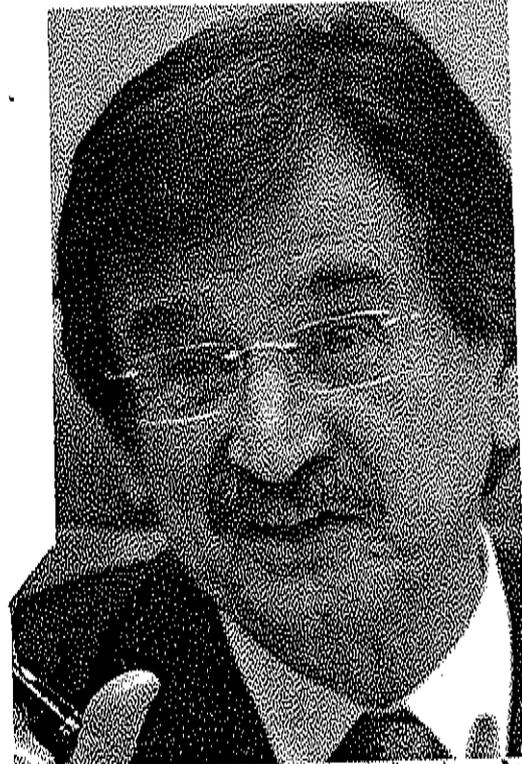
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



"Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais ou simplesmente para tumultuar e não proclamar o resultado que era contrário ao seu pensamento."

Joaquim Barbosa, vice-presidente do STF.



"A impressão que tenho é de que ele tem medo de ser qualificado como arrogante. Tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o Supremo não pelos méritos, que ele tem, mas pela cor."

Cezar Peluso, ex-presidente do STF.

GAZETA DO POVO

OPINIÃO

**RICARDO MARCELO
FONSECA (DOUTOR EM
DIREITO, com pós-doutorado
na Università degli Studi di
Firenze, é professor e diretor da
Faculdade de Direito da UFPR).**

A vetusta justiça: cega ou muda?

A Justiça teve ao longo do tempo muitas imagens. Na Idade Média sua representação era a de uma senhora vetusta, sóbria e de olhos bem abertos (como nos afrescos de Giotto ou Lorenzetti no século XIV). Com o tempo, essas representações começaram a mudar: uma gravura de 1494 de Sebastian Brant mostra um louco amarrando uma venda na figura feminina (ainda vetusta) da Justiça. A partir de então é dessa forma que a imagem da Justiça nos aparece: com uma espada na mão (às vezes uma balança na outra) e, inevitavelmente, com uma venda nos olhos. Quer se aprecie de modo positivo ou negativo a imagem de uma Justiça cega, um fato não mudou: o seu caráter vetusto e sóbrio.

Por isso é que assombrou um inusitado debate visto entre dois ministros do STF. Inócuo entrar no mérito do alto debate de suas excelências. O curioso é questionar porque o tradicional caráter sóbrio e vetusto da Justiça – neste "diálogo" de dois de seus mais autorizados porta-vozes – foi facilmente jogado pelo ralo. Quiçá por já se sentirem acomodados naquilo que Debord chama de "sociedade do espetáculo".

21 ABR 2012

Talvez, de modo mais específico, por já estarem integrados ao viés midiático das atuações no STF (lembre-se que muitas Cortes Constitucionais não televisionam suas sessões e sequer se pode saber oficialmente de quem são os votos vencedores ou vencidos). De todo modo, uma coisa é certa: as suas recentes 'performances' dão um belo golpe na dimensão simbólica de uma Justiça vetusta e sóbria. E nos faz perguntar: além de cega, a Justiça, às vezes, não deveria ser muda?

21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

ALBERTO DINES

Olimpíada entre faxineiros

Esta foi a posse mais badalada de um presidente do STF. Por ironia, Carlos Ayres Britto terá um dos mais breves mandatos: em novembro, ao completar 70 anos, deverá aposentar-se. A celebração justifica-se pela extraordinária imagem que o magistrado granjeou na sociedade brasileira ao longo dos nove anos em que serve na suprema corte: sereno e eloquente, sábio e poético, manso e determinado, simples e sofisticado.

Um juiz para ficar na história pela retidão dos seus votos, pelo raro conjunto de atributos e, principalmente, pelo compromisso que reiterou nas entrevistas e pronunciamentos dos últimos dias: iniciar o julgamento do mensalão, o maior escândalo político de todos os tempos, de modo a impor um ritmo inicial que ninguém ousará reverter.

O compromisso do novo chefe do Judiciário ganha neste momento um significado especial porque, em outro canto da Praça dos Três Poderes, no Congresso, foi criada na mesma sexta-feira a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), para investigar as conexões do empresário-contraventor Carlos Augusto Ramos, vulgo Carlinhos Cachoeira. A iniciativa tem o potencial para produzir a grande faxina que o país reclama desde que a presidente Dilma Rousseff corajosamente iniciou a troca de ministros suspeitos de ilícitos.

A simbólica coincidência está destinada a produzir uma higiênica competição entre o Judiciário e Legislativo e, caso o Congresso não consiga agir com a mesma determinação enunciada por Ayres Britto, ficarão reforçadas as velhas suspeitas que pairam sobre nosso parlamento, serão desmoralizadas as figuras-chave da investigação e consagrada definitivamente a judicialização do nosso processo político.

Os passos iniciais da CPMI estão contaminados por maus agouros: dos 32 membros que deverão ser confirmados até a próxima terça, 17 (53%) têm pendências com a Justiça, teoricamente fichas-sujas; o mais notório, Fernando Collor de Mello, é o único presidente na história da República a ter sido afastado do cargo por corrupção.

Mesmo empenhados em parecerem honestos, nada impedirá que a própria dinâmica das investigações converta os representantes do partido do governo em reféns dos insaciáveis apetites do PMDB de cujos quadros sairão o presidente da comissão (Vital do Rego, senador pela Paraíba), mais três integrantes da câmara alta e dois deputados. Sem contar as infatigáveis raposas profissionais que operam nos bastidores (senadores Sarney, Renan Calheiros e o vice-presidente da República, Michel Temer).

Minoritária, desfibrada e, desde o início do escândalo, resignada com o vexame produzido pela parceria do senador-inquisidor Demóstenes Torres (DEM-GO) com o chefão da contravenção, a oposição não se importa com os respingos de lama que a cada novo dia são jogados no governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB).

Na ponta do lápis, o prejuízo das forças governistas será bem maior: além dos estilhaços que já atingiram o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, é agora acertam o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a empreiteira Delta, uma das maiores prestadoras de serviços do governo federal no âmbito do PAC, entrou diretamente na linha de tiro.

É cedo e, além disso, deletério contabilizar futuros prejuízos políticos. Até o momento, o único vitorioso é o cidadão-eleitor-contribuinte, prestes a ser privilegiado com uma inesperada olimpíada entre faxineiros de dois poderes para aferir quem é o mais fiel defensor do interesse público.

Alberto Dines é jornalista.

GAZETA DO POVO

**Lewandowski
promete voto do
mensalão neste
semestre**

21 ABR 2012

Revisor do processo do mensalão, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski afirmou que vai liberar seu voto ainda neste semestre. "Pretendo liberá-lo ainda neste semestre. Agora que saí do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terei mais tempo para estudar os casos complexos", disse em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*.

Lewandowski nega estar segurando o processo ou que pretenda aliviar a situação dos réus. "Jamais retive nenhum processo em 22 anos de magistratura. Meu gabinete é um dos que têm o menor acervo de processos. Ressalto, ainda, que minhas liminares são apreciadas em 24 ou 48 horas no máximo. E mais: Ingressei no ano de 2012 sem nenhum voto-vista pendente."

O ministro renunciou ao cargo no TSE na última quarta-feira. Ele assumiu cadeira de ministro substituto no TSE em 2006 e foi eleito ministro efetivo em 2009.

O Supremo tem sofrido pressão para que o processo seja colocado logo na pauta de julgamentos e, para isso, depende que Lewandowski libere o processo.

O caso, cuja denúncia foi aceita pela Corte em 2007, refere-se a um suposto esquema que financiava parlamentares da base aliada do governo Lula em troca de apoio político.

Nova lei para jovem infrator entra em vigor

Instituição de sistema que atende menores com problemas com a lei acontece 22 anos depois da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente

■ A lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) entrou em vigor nesta semana, mas deve demorar a ter resultados concretos. Comemorada por especialistas como um avanço no tratamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei, as novas regras se propõem a reduzir o caráter até então essencialmente punitivo da socioeducação e dar condições para a aplicação do artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trata das medidas socioeducativas, quase 22 anos após a criação do estatuto.

Entre as principais mudanças estão a determinação para que União, estados e municípios firmem parcerias para a atuação conjunta e uniforme no tratamento dessas crianças e adolescentes e para o desenvolvimento de ações de responsabilização, saúde, assistência social e de educação de forma articulada. "Esses as-

pectos são importantes para a efetiva garantia dos direitos de crianças e adolescentes, em especial nos casos em que se busca a ressocialização", observa a vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Miriam Souza.

O vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ariel de Castro Alves, também reconhece os avanços, mas aponta que a atenção às famílias e o acompanhamento dos egressos, além da criação de uma ouvidoria para receber, entre outros, denúncias de maus-tratos contra aqueles que estejam sendo atendidos pelos programas socioeducativos, acabaram não sendo previstos no texto aprovado e sancionado pela presidente Dilma Rousseff em janeiro.

A falta de acompanhamento da criança e do adolescente durante e após o cumprimento da sentença em instituição fechada ou nos programas de liberdade assistida ou de prestação de serviço também dificultam a recuperação. "Na tentativa de mudar o caráter repressivo e punitivo que atualmente impera na responsabilização, o Sinase estimula o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Muitas vezes o Judiciário aplica medidas mais duras por não ter como fiscalizar", diz.

Com a lei em vigor — apesar do prazo de um ano para que estado e municípios apresentem seus programas e se adaptam — alguns dos direitos já podem ser cobrados pelo Ministério Público e pelos conselhos tutelares.

"Esta é uma questão sistêmica, na qual estão envolvidos vários agentes como o Judiciário, o Ministério Público e o Executivo, e eles precisam estar preparados e articulados."

Fábio Ribeiro Brandão, juiz dirigente da Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná.

CONTINUA

21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ESTRUTURA

Comissões começam a elaborar plano estadual com previsão de concurso

Representantes dos 18 centros de socioeducação das seis Casas de Semiliberdade do Paraná iniciaram no último dia 10 de abril as discussões sobre a Política Estadual de Atendimento Socioeducativo, elaborar o Plano Estadual de Atendimento e definir formas de avaliação das ações previstas no Sinase.

As comissões criadas pela Secretaria de Estado da Família e do Desenvolvimento Social têm como missão ainda traçar o Plano Individualizado de Atendimento e propor ações prevendo a participação da família dos jovens infratores, o atendimento em saúde mental, a escolarização e a profissionalização dos adolescentes com problemas com a lei, além da promoção de atividades de cultura, esporte e lazer no intuito de ressocializá-los.

Investimento

Desde 2011, o governo do estado garante ter investido cerca de R\$ 10 milhões dos R\$ 43 milhões previstos para melhoria e construção de novas unidades de atendimento até o fim do ano. Deverá ainda ser aberto concurso público para a contratação de 560 servidores, mas as datas para as seleções não estão definidas.

GAZETA DO POVO

» NEONAZISTAS

21 ABR 2012

Duplo assassinato continua impune

Três anos após o assassinato do casal Renata Waechter Ferreira, 21 anos, e Bernardo Dayrell Pedroso, 24 anos, em Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba, o caso ainda aguarda decisão da Justiça. Os seis acusados de terem cometido o crime, Ricardo Barollo, de São Paulo (SP), Jairo Maciel Fischer, de Teotônia (RS), João Guilherme Correa, de Pato Branco (PR) e Rodrigo Motta, Gustavo Wendler, Rosana Almeida, todos de Curitiba, continuam soltos.

Amadeu Ferreira Júnior, pai de Renata, disse que a situação é inconcebível. "É uma injustiça. Eu como pai da vítima sou punido, enquanto eles (os suspeitos) estão vivendo suas vidas como se nada tivesse acontecido". Ferreira Júnior afirma que parte do grupo confessou o crime, mas mesmo assim não há punição.

Renata namorava Pedroso há pouco mais de um ano, relata o pai. Para ele, o estudante de Direito nunca causou desconfiança e a família nunca soube da participação do rapaz em um grupo neonazista. "Sinto-me impotente diante das brechas da Justiça que acabam evitando o julgamento", desabafa Ferreira Júnior. Em duas ocasiões, no ano passado, o julgamento foi adiado pela falta da presença dos réus.

Segundo a polícia, Barollo e Pedroso estariam disputando poder dentro de organizações neonazistas em Curitiba e São Paulo. O promotor de justiça Octacílio Sacerdote informou que o Tribunal de Justiça do Paraná solicitou um novo interrogatório de Barollo. O julgamento deverá ocorrer até o fim do mês de maio, em Campina Grande do Sul.

O crime

O duplo assassinato ocorreu após uma festa no dia 20 de abril de 2009 realizada em homenagem aos 120 anos de nascimento do ditador alemão Adolph Hitler. Conforme as investigações, o casal foi atraído para uma emboscada criada por Rosana, Correa, Motta e Fischer teriam seguido o casal em outro veículo.

Wendler, que estava no carro das vítimas, pediu que parassem no acostamento. Renata e Pedroso desceram e teriam sido assassinados com tiros na cabeça por Correa e Fischer, que seguiam o carro, segundo a polícia. Após o assassinato, os acusados teriam ligado para Barollo, que estava em São Paulo, para informar que a "missão" havia sido cumprida.

Prédio giratório pode ir a leilão novamente

Edifício, que sofreu vandalismo nesta semana, é alvo de diversas ações de penhora

Penhorado devido a ações civis e trabalhistas movidas contra a extinta Construtora Moro, o prédio giratório Suite Vollard poderá ir a leilão novamente nos próximos meses. O objetivo é liquidar as dívidas pendentes que são de responsabilidade da construtora. O edifício já foi a leilão duas vezes por causa de uma ação coletiva movida por proprietários de um edifício, que também pertencia a Construtora Moro. Porém, não chegou a ser vendido.

Segundo Carmem Borba, advogada dos proprietários do edifício Ravel, no bairro Bigorrião, que ingressaram com a ação em 2001, a construtora foi condenada a pagar uma indenização em função de problemas na estrutura do prédio. "O prédio giratório foi a única propriedade que ainda estava em nome da Moro quando a ação foi julgada, e por isso foi penhorado", explica Carmem. De acordo com a advogada, o valor atualizado da ação gira em torno de R\$5 milhões. Além dessa ação, a Construtora Moro também é alvo de ações trabalhistas e tributárias.

A atual proprietária do Suite Vollard é a Piemonte Ltda, do Grupo Inepar (e não a Piemonte Construções e Incorporações, como foi informado em reportagem publicada ontem). Segundo informações de um representante da Moro Construções Cíveis e Ltda, a transação foi feita antes de o prédio ser penhorado para o pagamento das dívidas e os passivos não foram repassados para a empresa compradora.

De acordo com o advogado da área cível Leonardo Câmargo do Nascimento, do escritório Becker Pizzato e Advogados Associados, a empresa que comprou o edifício não precisa assumir as dívidas atreladas a ele. "Tudo depende da negociação que foi feita entre as partes", explica. Segundo Nascimento, quando o bem é arrematado em leilão geralmente as dívidas não são transferidas para o comprador. Porém, se a empresa não comprou por arrematação, os passivos podem ser incluídos na negociação.

Diante da possibilidade do Suite Vollard ir a leilão novamente, a Piemonte Ltda pode solicitar embargo de terceiros, instrumento usado quando o bem que está sendo penhorado não pertence mais a empresa devedora, explica Nascimento.

Para isso, no entanto, é preciso que o atual proprietário comprove a compra e que o bem foi penhorado depois da aquisição. Neste caso o leilão pode ser suspenso e o impasse pode permanecer até um acordo ou solução viável para todas as partes envolvidas.

21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

» CÓDIGO PENAL

Abuso de autoridade poderá ter pena maior

A comissão de juristas que discute no Senado Federal a reforma do Código Penal aprovou ontem uma proposta para endurecer as punições dos servidores públicos que tenham sido condenados por cometer abuso de autoridade. Pelo texto, o funcionário público poderá ser condenado à pena de até cinco anos de prisão.

Atualmente, o servidor é enquadrado pela Lei de Abuso de Autoridade, criada na época da ditadura militar (1965). Por essa lei, a pena máxima aplicada em um processo pode chegar a seis meses de prisão. Não haveria mudanças entre a proposta aprovada pela comissão e a lei atual quanto à possibilidade de se aplicar também uma pena de demissão ao funcionário que tenha se excedido em suas funções.

"Hoje a pena é insuficiente. Não se pode coonestar com essas condutas. O funcionário público tem que se pautar pela legalidade", afirmou o procurador regional da República Luiz Carlos Gonçalves, relator da comissão.

Advogados

A comissão também aprovou uma proposta que cria o crime de abuso das prerrogativas do advogado.

Estão sujeitos à pena de seis meses a dois anos de prisão policiais, promotores, delegados, juizes e quaisquer outros agentes que atuem para dificultar o trabalho do advogado. Pelo texto, será considerado crime, por exemplo, a autoridade ou servidor público impedir acesso aos autos de uma investigação ou processo, negar-se a entregar ou esconder documentos e proibir o advogado de se encontrar com seu cliente.

"Esse crime é muito importante porque é através dele que a gente vence uma justiça ditatorial. Na ditadura, o advogado não tinha prerrogativas, a gente não tinha habeas corpus, a gente era completamente cerceado na liberdade", afirmou Juliana Belloque, defensora pública do Estado de São Paulo e integrante da comissão.

As sugestões feitas pela comissão devem ser apresentadas ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), até o final de maio. Caberá a Sarney decidir se propõe um novo código ou se inclui as sugestões em projetos já em tramitação.

"Esse crime é muito importante porque é através dele que a gente vence uma justiça ditatorial. Na ditadura, o advogado não tinha prerrogativas, a gente não tinha habeas corpus, a gente era completamente cerceado na liberdade."

Juliana Belloque, integrante da comissão que revisa o Código Penal.

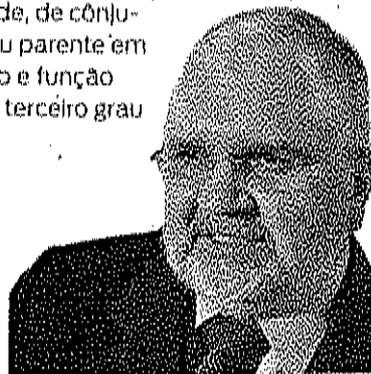
21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Cerco ao nepotismo

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel (foto), encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer em que se manifesta a favor da revisão das regras sobre a contratação de parentes por autoridades dos Três Poderes, o chamado nepotismo. Atualmente, uma súmula vinculante, de 2008, apenas define que a nomeação de parentes é proibida. Gurgel, em seu parecer, ressalta ser indispensável deixar claro que estão compreendidas todas as formas legais do vínculo familiar – natural ou civil, em linha reta, colateral ou por afinidade, nos termos do Código Civil. A proposta de revisão da súmula foi feita pela presidência do STF, que considerou a necessidade de se definir claramente os limites da proibição ao nepotismo. A regra atual apenas veda a nomeação, por autoridade, de cônjuge, companheiro ou parente em cargo em comissão e função de confiança até o terceiro grau de parentesco.



21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CÓDIGO PENAL

Reforma de legislação propõe conciliação entre ladrão e vítima

■ O novo Código Penal pode permitir a negociação entre o autor de um furto e a vítima, segundo texto aprovado hoje pela comissão de juristas que analisa a reforma da legislação no Senado. Caso aprovada pelo Congresso, essa conciliação permitirá que o bem seja devolvido ou o valor ressarcido, evitando a condenação do acusado, explica Juliana Belloque, defensora pública e integrante da comissão. De acordo com ela, o acordo poderá ser feito durante a investigação policial ou já no processo judicial. A redução da superlotação dos presídios e a compensação financeira da vítima, sem a necessidade de uma segunda ação judicial, são vantagens apontadas pelos especialistas. "É uma mudança de paradigma. Antes o juiz era obrigado a aplicar a pena. Dados do Ministério da Justiça de 2011 mostram que 65 mil pessoas estavam presas por furto", afirmou Belloque. Outra alteração aprovada é a redução da pena para o furto simples (sem violência ou grave ameaça), de 1 a 4 anos para de 6 meses a 3 anos.

JUSTIÇA

Aceita denúncia contra 3 acusados por acidente com moto aquática

■ A Justiça de Bertoga (SP) aceitou na última quinta-feira a denúncia por homicídio culposo e por lesão corporal culposa oferecida pelo Ministério Público (MP), por meio da Vara da Infância e Juventude, contra três dos quatro acusados pelo envolvimento na morte de Grazielly Almeida Lames de 3 anos, morta no sábado de Carnaval após ser atingida por uma moto aquática pilotada por dois adolescentes na Praia de Guaratuba. O quarto acusado, o caseiro Erivaldo Francisco de Moura, que levou a moto aquática até o mar, não teve a denúncia aceita pela Justiça, sob a alegação de que ele apenas havia cumprido ordens.

ENSINO

MEC vai recorrer contra matrícula de menores de 6 anos

■ O Ministério da Educação (MEC) vai recorrer da decisão da Justiça Federal em Pernambuco que permitiu a matrícula de crianças com menos de 6 anos no ensino fundamental. Em resolução aprovada em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu que apenas crianças que completassem 6 anos de idade até 31 de março do ano em curso poderiam ser matriculadas no 1º ano do ensino fundamental de 9 anos. Os alunos que completassem 6 anos a partir de abril deveriam ser matriculados na pré-escola. A decisão da Justiça Federal suspende a resolução do CNE e garante a matrícula dos menores de 6 anos desde que seja comprovado, por meio de avaliação pedagógica, a capacidade intelectual do aluno. Esse teste deverá ser aplicado pela própria escola.

21 ABR 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DOS LEITORES

Presidente do STF

Ayres Britto, ao tomar posse na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), prometeu exigir o cumprimento da Constituição. Será difícil, pois nossas autoridades já se acostumaram a desrespeitar nossa Carta Magna. Isso parece pouco, mas não é. Se o novo presidente do Supremo conseguir esta façanha, nosso país poderá tratar de modo mais justo todos os cidadãos. Será uma grande luta para o ministro Ayres Britto, mas estarei torcendo para o seu sucesso.

Benone Augusto de Paiva

Mensalão

O ministro Ricardo Lewandowski deveria ouvir a voz do povo. O mensalão não é uma farsa, como propagou Lula. Queremos justiça porque o Brasil já esperou muito por esse julgamento. É hora de levantar o tapete e sacudir a poeira. A função dos ministros do STF é muito séria. Retardar mais o julgamento do mensalão pode levar à prescrição dos crimes.

Carlos Dacas

J'Accuse

Carlos Ramalhete, em sua coluna "J'Accuse" (**Gazeta**, 19/4), teve a coragem de criticar as recentes atitudes do STF, que usa artifícios jurídicos para resolver questões polêmicas, impondo decisões que não são, nem de perto, a vontade da nação. O Estado pode ser laico, mas a sociedade não é. O Judiciário pensa representar o povo, mas quem de fato o representa são os políticos.

Fulvio Leonardo Picoloto

Comissionados

Sobre a matéria "OAB vai apresentar ação contra excesso de comissionados na Assembleia" (**Gazeta**, 18/4), pergunto como deve se sentir um funcionário exemplar, que trabalha honestamente, cumpre horário, executa com dignidade suas tarefas e que recebe um valor ínfimo se comparado aos fantasmas que ganham verdadeiras fortunas e nada fazem, não comparecem ao trabalho ou mesmo nem sabem que são funcionários públicos.

Luiz Fanchin Jr

Jovens infratores

A solução para o problema dos jovens infratores poderia passar pelo alistamento militar. Nos quartéis, os jovens poderiam aprender a ter disciplina e valores para viver em sociedade. Hoje há muitos militares altamente qualificados para ensinar. Além disso, os jovens viveriam dentro dos quartéis, longe das ruas.

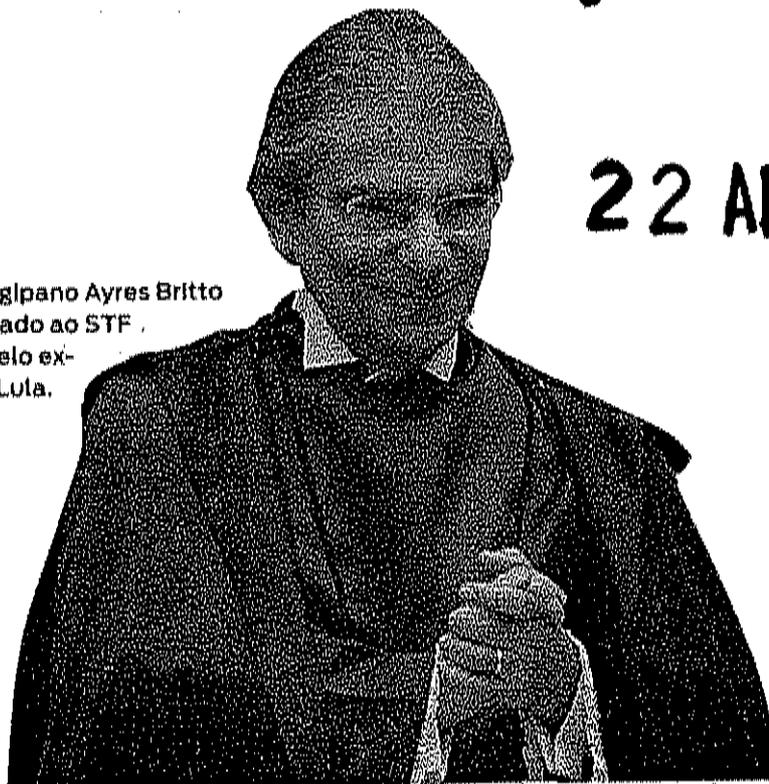
Carlos Roberto Taborda

» PERFIL GAZETA DO POVO

Meditação e poesia fazem parte da rotina de Ayres Britto

22 ABR 2012

O sergipano Ayres Britto foi indicado ao STF em 2003, pelo ex-presidente Lula.



Em 1993, quando completou 50 anos, Carlos Ayres Britto escreveu uma poesia chamada "Cinquentão": "Fiz cinquenta anos./ Só preciso de mais uns dez/ Para me sentir completamente/ jovem". Pelas suas contas, hoje, aos 69 anos, o ministro está no auge da juventude. Ayres é repentista, que olha uma situação e logo produz um versinho. Dia desses, disse para os assessores em seu gabinete: "Advogado de porta de cadeia acaba entrando".

A produção poética e os trocadilhos não se limitam à vida privada. Nos julgamentos no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro gosta de improvisar, de citar autores ou a si mesmo. Já recitou em plenário algumas vezes uma poesia chamada "Liberdade", de sua autoria, de 1964: "A liberda-

de de expressão/ em verdade/ é a maior expressão/ da liberdade".

Apesar de estar sempre atarantado com os processos do tribunal, Ayres Britto gosta de espairar. O ministro acorda todos os dias antes do nascer do sol para meditar. Não come carne e faz caminhadas diárias. Sempre arranja um tempo de encontrar amigos poetas, nos cafés de Brasília ou mesmo nas casas deles. Semana passada, teve um encontro com Manoel de Barros, poeta cuiabano de 94 anos — que, inclusive, foi convidado para a cerimônia de posse ocorrida na quinta-feira.

Além do amor pela poesia, o ministro gosta de meditar diariamente, bem cedo. "Quando a gente esquece/ por muito tempo/ de se alegrar./ por muito tempo as coisas/ se lembram de piorar", escreveu no poe-

ma "Causa e efeito". Apesar de não cultivar inimizades publicamente, tem na ponta da língua uma tirada para referir-se a eventuais algozes: "Não interrompa o inimigo enquanto ele estiver errando".

Ayres Britto nasceu em Propriá, no interior de Sergipe, e mantém até hoje o mesmo sotaque. Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe em 1966 e fez curso de pós-graduação para Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado na mesma instituição.

CONTINUA

22 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Na Pontifícia
Universidade
Católica (PUC)
de São Paulo,
fez mestra-

do em Direito do Estado e doutorado em Direito Constitucional. Atuou como advogado e ocupou cargos públicos em Sergipe, como os de consultor-geral do estado, procurador-geral de Justiça e procurador do Tribunal de Contas.

Publicou ao longo da vida cinco livros jurídicos e seis de poesia. Está com mais um pronto para ser editado — de poesia. É casado com Rita, uma mulher que faz seus olhos brilharem de orgulho sempre que mencionada, e tem cinco filhos.

No plenário, quando há discussões, é o primeiro a tentar pacificar os ânimos. Foi nomeado para o STF em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi relator de ações nas quais o tribunal decidiu questões polêmicas, como a liberação das pesquisas com células-tronco embrionárias, a demarcação integral e contínua da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e o reconhecimento da união estável de homossexuais.

Em alta



O ministro Carlos Ayres Brito, apesar de assumir o STF para um mandato curto — ele se aposentou compulsoriamente em novembro — tem um caráter apaziguador e é visto como a chance de redenção pública da corte.

Em baixa



O ministro do STF Cezar Peluso deixou a presidência do tribunal para se aposentar compulsoriamente sob polêmicas envolvendo julgamentos, críticas de colegas e protestos de manifestantes, que pediam a democratização do Judiciário.

GAZETA DO POVO

DORA KRAMER

22 ABR 2012

Baixeza na Corte

Nunca foi tão apropriado um chamamento quanto o feito pelo ministro Carlos Ayres Britto em seu discurso de posse na presidência do Supremo Tribunal Federal: "Mais que impor respeito, o Judiciário tem que se impor ao respeito".

Os desaforos distribuídos pelo antecessor Cezar Peluso em suas entrevistas de despedida do posto, bem como o revide de um de seus alvos, o ministro Joaquim Barbosa, acusando-o de manipular resultados de julgamentos, evidenciam a carência do atributo invocado pelo novo presidente da Corte.

As brigas ao molde de ambientes desatinados não são novidades no Supremo. Vira e mexe um ministro se indis põe publicamente com o outro. Não quer dizer que sejam condutas aceitáveis. A repetição as torna mais condenáveis.

Mas agora a ausência de cerimônia chegou ao ápice, levando a credibilidade da corte ao rumo do declínio.

O ministro Peluso disse o que quis sobre a presidente Dilma Rousseff, sobre um senador da República, sobre a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, sobre a independência jurisdicional do Supremo.

Acabou ouvindo o que não deve ter gostado de ouvir de um de seus pares a quem chamou temperamental, complexado e permeável a pressões da opinião pública por insegurança.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, Joaquim Barbosa deu o troco com juro e, como se dizia antigamente, correção monetária.

Nos trechos amenos chamou Peluso de "ridículo", "brega", "caipira", qualificou sua passagem pela presidência do STF como "desastrosa" e o acusou de ter "incendiado o Judiciário inteiro com sua obsessão corporativista".

Alguns adjetivos nem precisavam ser ditos por outrem, pois o próprio Cezar Peluso tratou, recente e anteriormente, de expô-los ao escrutínio público em posições assumidas nos votos ou declarações.

Joaquim Barbosa, contudo, foi muito além: acusou Peluso de manipular resultados de votações, usar das prerrogativas do cargo para fazer valer sua vontade, criar "falsas questões processuais" e na imputação mais grave de todas referiu-se a roubo e prevaricação.

Ou há outra interpretação possível para o trecho em que o ministro diz que o então presidente aproveitou a ausência dele do STF para lhe "surrupiar" processo em que era relator a fim de "ceder facilmente" a pressões?

Se os ministros do Supremo não estivessem fora da jurisdição do Conselho Nacional de Justiça seria um caso de se proceder a averiguações. Não se discutem as razões do ministro Barbosa, até compreensivelmente agastado com o que considera tratamento desrespeitoso por parte de Cezar

Peluso em relação às limitações impostas por seus problemas de saúde.

A questão aqui é o conteúdo: ou bem as acusações de Barbosa são verdadeiras ou decorrem de destempero e teríamos um juiz desprovido da serenidade indispensável ao ofício.

Em qualquer das hipóteses, sai ferida a instituição. Nivelada ao clima geral de torpeza, atingida em sua credibilidade. Seja pela ausência de qualificação pessoal ou por suspeições inadmissíveis em integrantes da Corte conceitualmente Suprema.

CONTINUA

22 ABR 2012

GAZETA DO POVO
CONTINUAÇÃO

A questão aqui é o conteúdo: ou bem as acusações de Joaquim Barbosa são verdadeiras ou decorrem de destempero e teríamos um juiz desprovido da serenidade indispensável ao ofício.

EM FIM DE SEMANA

"Essa autofagia acaba enfraquecendo a instituição".

Do ministro do STF Marco Aurélio Mello sobre a briga e discussão pública entre os colegas Cezar Peloso e Joaquim Barbosa.

22 ABR 2012 GAZETA DO POVO

» FRASES DA SEMANA

"A impressão que tenho é de que ele [ministro Joaquim Barbosa] tem medo de ser qualificado como arrogante. Tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o Supremo não pelos méritos, que ele tem, mas pela cor."

Cezar Peluso, ministro que saiu nesta semana da presidência do STF, em entrevista ao site Consultor Jurídico.

"As pessoas guardarão na lembrança a imagem de um presidente do STF [Cezar Peluso] conservador, imperial, tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor à força a sua vontade."

Joaquim Barbosa, ministro do Supremo Tribunal Federal, para o jornal *O Globo*, em resposta a Cezar Peluso.

Desastre **GASPARI**

Numa longa entrevista ao repórter Carlos Costa em que criticou a ação da ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Cezar Peluso lembrou que, trabalhando na corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, lidava assim com alguns juizes:

"Chamávamos os envolvidos e abríamos o jogo. Temos tantas provas contra vocês e, se não forem para a rua agora, iremos abrir processo. Nunca fizemos escarceu com esses casos."

De fato, houve um caso em que pouca gente ouviu o grampo. O que faltou foi escarceu.

"Ninguém pressiona juiz do Supremo Tribunal Federal."

Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), ao negar que esteja sofrendo pressão dos colegas de corte para liberar a ação penal do mensalão.

Mensalão **COLUNA DOS LEITORES**

A força-tarefa petista aposta todas as suas fichas no adiamento do julgamento do crime do mensalão. A sociedade brasileira não pode aceitar esta tramola preanunciada sob pena de ver o país cair de joelhos diante dos corruptos e corruptores, mensaleiros e demais do crime organizado.

Ronaldo Parisi

Presidente do STF

Não espero nada de Carlos Ayres Britto no comando do STF porque este cargo foi concedido a ele para satisfazer sua vaidade pessoal. O mais sensato seria prestar-lhe uma homenagem e colocá-lo no cargo de um ministro que pudesse cumprir seu mandato integralmente.

René da Cruz Belém

J'Accuse

A coluna de Carlos Ramalheira "J'Accuse" (*Gazeta*, 19/4) apresenta uma síntese lúcida do momento de aberração jurídica que vivemos no Brasil. É muito bom ver que ainda temos profissionais que não se intimidam perante os poderosos e que dizem a verdade sem mela palavras. Também fiquei muito contente com o artigo de Jorge Ferraz sobre o pontificado de Bento XVI.

Fernando Tavaloro de Castro - São José dos Campos, SP.

22 ABR 2012

GAZETA DO POVO

PALESTRA

Encontro para uma adoção consciente

» **DATA:** 28 de abril (às 15 horas).

» **TEMA DOMÊS:** A família e a administração dos sentimentos.

» **PALESTRANTE:** Vera Regina Miranda.

» **LOCAL:** Escola do Bosque Mananciais. Rua Mateus Leme, 4.248 – São Lourenço.

» **INFORMAÇÕES:** (41) 3353-7895.

23 ABR 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Tarifaço adiado

O desembargador Guilherme Luiz Gomes, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, pediu vista do processo que julga o chamado "tarifaço" do Detran na sessão da última sexta-feira. Esta é a quarta vez que o julgamento do caso é adiado. Na ação, a bancada o PT alega que o reajuste de 271% nas taxas cobradas pelo órgão é ilegal. O julgamento foi remarcado para o dia 4 de maio.

GAZETA DO POVO

Grupo de 23 ABR 2012

Cachoeira queria processar governo do Paraná

Larami, que tinha o bicheiro como um dos sócios, pretendia pedir indenização em 2010, seis anos após a rescisão do contrato feita por Requião

Sandro Moser

As interceptações de e-mails feitas pela Polícia Federal na operação Monte Carlo mostram que o grupo ligado ao bicheiro Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, planejava processar o governo do Paraná pelo fim do contrato de exploração do serviço de loteria eletrônica, que havia sido firmado em 2003 entre o Executivo estadual e uma empresa ligada ao bicheiro, a Larami Diversões e Entretenimento Ltda.

A Larami tem como sócios Cachoeira e o empresário argentino Roberto Copolla. A empresa venceu uma licitação para exploração de loteria online em 2001, durante o mandato do ex-governador Jaime Lerner.

O contrato previa a instalação de 2 mil máquinas no prazo de 18 meses e tinha vigência de cinco anos.

Em 2004, porém, o então governador Roberto Requião (PMDB) rescindiu o contrato com a Larami. Requião também revogou a resolução que autorizava jogos eletrônicos no estado. Em 2007, a Assembleia Legislativa aprovou a extinção do Serviço de Loterias do Estado do Paraná (Serlopar), que gerenciava os jogos.

Nas correspondências interceptadas pela PF, o assunto principal tratado por Copolla e o ex-cunhado de Cachoeira, Adriano Aprígio de Souza, era a preparação da documentação para instruir um processo de indenização contra o governo do estado pelo rompimento do contrato. Nessa conversa, de outubro de 2010, os dois também comentam sobre a possibilidade de pedir indenização pelos lucros cessantes. Não há informação de ações do tipo que estejam tramitando.

Num dos trechos da conversa, com a data de 3 de novembro de 2010, Souza questiona Copolla: "O que você acha de entrarmos já com este pedido de cobrança?". Copolla concorda e dá uma recomendação à Souza: "Pergunta também para o Carlos [Cachoeira] por que isso tem que ser pago entre os dois. Se ele concorda, por favor, paga e depois desconta a minha parte da dívida da EC [provavelmente, em

referência a Electrochance, empresa de Copolla que foi subcontratada pela Larami no Paraná]".

Os dois ainda trocaram mais e-mails durante duas semanas a respeito de detalhes burocráticos e contábeis da ação e dão a entender que o processo é um estágio da retomada dos negócios na Larami no Paraná e em outros estados da Região Sul do país.

Em um destes e-mails de 2010, Copolla menciona um eventual encontro com o governador eleito Beto Richa (PSDB) e lamenta a necessidade de se criar uma nova lei no estado que autorize o serviço de loterias.

CONTINUA

23 ABR 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Indenização

A ideia de processar o estado pelo rompimento do contrato já tinha sido expressa pelos advogados da Larami na ocasião da revogação do contrato. Em 2004, o advogado que defendia a empresa, Willian Esperidião David, dissera que o Ministério Público do Paraná "investiga irregularidades desde 2001 e até hoje não achou nada contra a empresa". A reportagem procurou David, mas não conseguiu localizá-lo.

Para o especialista em direito administrativo Egon Bockmann Moreira, o governo tem o poder de rescindir ou anular contratos, desde que seja uma questão de conveniência e oportunidade. Falando em tese, sem conhecer detalhes do caso Larami, Moreira explica que a empresa contratada pode pedir o pagamento de lucros cessantes e danos emergentes gerados. E isso independente de possíveis condenações que a empresa tenha sofrido ou venha a sofrer. "Não é porque o sujeito foi condenado por homicídio num caso que ele precisa ser automaticamente condenado em todos os outros processos", explica.

23 ABR 2012

GAZETA DO POVO

Belinati pode se livrar de 22 ações

O ex-prefeito completa 70 anos em outubro de 2013, o que deve reduzir pela metade o prazo de prescrição das penas e livrá-lo de 22 processos criminais

Em um ano e meio devem prescrever 22 ações criminais nas quais o ex-prefeito Antonio Belinati (PP) figura como réu, a maioria delas referentes ao caso Ama-Comurb — o escândalo ocorrido em seu terceiro mandato (1997-2000) —, no qual é acusado de prática de corrupção. Isso porque Belinati completará 70 anos de idade em outubro de 2013, e o Código Penal prevê a redução pela metade do prazo para a prescrição das penas. Ou seja, se o prazo prescricional for de dez anos, cai para cinco anos depois que o réu completa 70 anos. E, assim, se o processo estiver em andamento há mais de cinco anos, já não é possível condenar o réu.

Como o prazo prescricional na maioria dos casos varia de 4 a 12 anos e as ações movidas pelo Ministério Público começaram a ser propostas em 2000, algumas delas podem prescrever antes mesmo do ex-prefeito completar 70 anos.

Em parte, a demora em julgar ao menos em primeira

instância se deve ao vaivém dos processos no Judiciário. Como Belinati foi deputado estadual entre 2007 e 2010, nesse período as ações penais tramitaram no Tribunal de Justiça (TJ), por conta do foro privilegiado garantido aos deputados estaduais. A outra causa é a falta de estrutura

do Poder Judiciário

Estrutura deficiente

O coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Cláudio Esteves, que atuou como promotor no caso Ama/Comurb, afirma que além da estrutura deficiente do Judiciário, o sistema processual ainda é extremamente complicado para fazer com que o processo tramite adequadamente. Ele considera que a situação se constituiu na "maior frustração de todos que atuam perante o Poder Judiciário, pois impede que a justiça seja aplicada". Segundo Esteves, "é duro aceitar que o Estado não tem capacidade de julgar antes de encerrar o prazo prescricional". Ele lembra, entretanto, que somente as ações penais estão sob ameaça de serem atingidas pela prescrição. As ações civis públicas, que tratam de improbidade administrativa, devem continuar a tramitar.

O advogado Antônio Carlos de Andrade Vianna, que defende Belinati, atribui ao MP a demora nos julgamentos. "É isso [a prescrição] que

o MP sempre quis. Os promotores nunca se interessaram em tocar o processo, a morosidade nesse caso foi exclusiva do MP que é titular da ação penal. Competia a eles acelerar o processo". Ele acusa os promotores a fazer as ações "no afogadilho, com base no que achavam"

Para Vianna, os promotores não se preocuparam em juntar documentos confiáveis, nem se preocuparam em realizar auditorias. "No curso do processo descobriram que a maioria está fadada ao insucesso — por falta de elementos concretos", declara.

Vianna nega também que o foro privilegiado de Belinati durante os quatro anos de mandato de deputado na Assembleia Legislativa tenha contribuído para a prescrição. "Alguns processos ficaram parados anos e anos. E não vem dizer que foi por causa do foro privilegiado". Segundo o advogado de Belinati, em alguns casos os processos ficaram parados por até oito anos, sem que houvesse qualquer movimentação processual, o que contribuiu para que ocorra a prescrição.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

MOROSIDADE

Causa da lentidão está na falta de estrutura do Poder Judiciário

O problema da lentidão no julgamento de processos tem como causa a falta de estrutura do Poder Judiciário.

Essa é a opinião da advogada e professora de Direito Penal Henriene Brandão, da Faculdade Pitagoras de Londrina.

Para ela, "a culpa não é dos juizes", mas da limitada estrutura do Judiciário. Um forte indicador dessa falta de estrutura é o fato que Londrina ficou com 5 varas criminais durante 30 anos, entre 1980 e 2010. Nesse período, a população saltou de 30 (71) habitantes para mais de 500 mil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A única novidade em termos de aumento da estrutura foi a criação da Vara Maria da Penha, especializada em violência contra a mulher e que ficou sobrecarregada com milhares de processos. Essa varazão criada em um ano e meio do Judiciário não dá conta, explica a professora. Segundo ela, a prescrição da possibilidade de punir os réus acontece frequentemente. Henriene Brandão relata, por exemplo, que "pelo menos uma vez por mês um processo prescreveu no Núcleo de Práticas Jurídicas da Instituição, onde é oferecida assistência jurídica gratuita a pessoas carentes".

No caso específico do ex-prefeito Antonio Belinati (PP), Henriene Brandão explicou que os processos não até o final nos casos em que existem outros réus. Na sentença, Belinati só será mencionado no que se refere a prescrição. A advogada disse ainda que, em alguns casos, os crimes denunciados pelo Ministério Público prescreverão independentemente da idade de Belinati.

GAZETA DO POVO

23 ABR 2012

PRESCRIÇÃO

Belinati diz que "lamenta" a demora no julgamento

O ex-prefeito Antonio Belinati (PP) disse não ter "nenhuma preocupação quanto ao problema de idade", por conta da prescrição do prazo de punição nas ações penais. "Temos interesse que as ações sejam julgadas no mérito. Esse é o nosso grande interesse. Nunca procuramos prescrever por idade e a gente até lamenta a demora no julgamento", declarou.

Ao comentar a morosidade dos julgamentos no Brasil, Belinati usou como exemplo o fato de o Tribunal de Contas do estado (TC) ainda estar avaliando situações ocorridas há duas décadas. "Esses dias o TC mandou expediente para mim, para o (ex-prefeito) Luiz Eduardo Chelida (PMDB) e para o (ex-prefeito) Nelson Micheleti (PT), de obras lá para trás, do tempo do Chelida", relatou. "Daqui a pouco vai para 20 anos que ele [Chelida] deixou o cargo e o TC ainda está mandando expediente para nós".

Belinati afirmou ainda que prefere ser julgado no mérito das ações, do que ter de dizer que os processos prescreveram por conta da idade.

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Ministros se reúnem para pacificação

23 ABR 2012

Preocupado com o clima de insegurança jurídica causado pela briga pública entre dois ministros, o novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ayres Britto, convocou reunião interna, a se realizar até terça-feira, destinada a lavar roupa suja e preparar a corte para os julgamentos históricos previstos para este ano. Entre esses julgamentos está o processo do mensalão, em tramitação desde 2005 e o que contesta as cotas raciais das universidades, marcado para começar na próxima quarta-feira.

"O STF tem o dever de conferir segurança jurídica ao país, pois quando isso não ocorre, a República e a democracia ficam ameaçadas", afirmou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante. "Que a pacificação chegue rápido porque há tempos duros pela frente", acrescentou o presidente da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra.

Acusado de ter "temperamento difícil" pelo ministro Cezar Peluso, o ministro Joaquim Barbosa retrucou em tom áspero. Chamou o colega de "ridículo", "brega", "corporativo". Mais grave: acusou o ex-presidente de manipular resultados de julgamentos.

O clima ficou pesado desde então. Britto será presidente por apenas sete meses, aposentando-se em novembro, ao fazer 70 anos. O próximo presidente será Barbosa, que deu mostras do seu pavio curto em brigas memoráveis com os dois últimos presidentes da casa — Gilmar Mendes e Peluso.

"Que a pacificação chegue rápido porque há tempos duros pela frente."

Nelson Calandra, presidente da AMB.

23 ABR 2012

GAZETA DO POVO

RHODRIGO DEDA

A passos lentos

O Ministério Público pouco se mexeu para tratar da inconstitucionalidade da lei que criou 1704 cargos comissionados na Assembleia Legislativa do Paraná. Felizmente a Constituição Federal permite que outros tenham legitimidade para defender os interesses da sociedade. Nesse sentido, é de se elogiar a posição da Ordem dos Advogados do Brasil, que vai propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da lei. Desde que há alguns meses o STF decidiu que o número de comissionados precisa ser no máximo igual ao número de servidores efetivos, o MP passou a exigir das Câmaras que reduzissem o excesso de funcionários de confiança. Até agora a mesma exigência não foi feita à Assembleia. Embora a Alep não utilize todos os cargos comissionados existentes, eles existem em número muito superior ao de efetivos. Hoje são 1.233 funcionários de confiança contra 496 de carreira. Em tempo, o MP tem um procedimento investigativo a respeito do excesso de comissionados na Assembleia. Mas, ainda não foi concluído.

COLUNA DOS LEITORES

Jovens infratores 1

Administração pública deve investir em projetos que incentivem os jovens infratores a se ressocializarem. Projetos de atividades musicais e esportivas seriam de grande valia aos jovens, que teriam cultura adicionada à sua vida.

Giovanna Lorusso Busse

Jovens infratores 2

A reincidência de jovens em conflito com a lei tem diversas variáveis. É simplista demais associar a reincidência ao fato de o adolescente ter estado em medida socioeducativa de internação. Se assim fosse, melhor seria dizer que 57% não reincidem.

José Hohmann Rodrigues

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

O Imposto de Renda e os gastos com educação

23 ABR 2012

GEROLDO AUGUSTO HAUER, G.A.Hauer & Advogados Associados – sócio fundador – geroldo@gahauer.com.br

Dando ênfase ao relacionamento do contribuinte do imposto de renda com a Receita Federal, apresentamos nova posição do Judiciário capaz de corrigir uma das questões injustas da tributação: a dedução de gastos com educação permitida à Pessoa Física (IRPF).

O contribuinte saiu vitorioso na batalha fiscal decidida pelo Plenário do Tribunal Regional Federal da 3ª região (São Paulo e Mato Grosso do Sul) cujos componentes declararam ser inconstitucional o limite estabelecido para dedução de gastos com educação. No julgamento, 11 dos 18 Desembargadores Federais entenderam que proibir o abatimento integral viola o direito de acesso à educação previsto pela Lei Magna.

A questão da constitucionalidade do limite do abatimento foi levada à Justiça por contribuinte paulista que caiu na malha fina por não ter observado o valor máximo para dedução na declaração do IR em 2002. Na época, o limite era de R\$1,7 mil. Na ação o contribuinte pleiteou o direito de abater integralmente os gastos com educação de seus filhos.

A Fazenda Nacional, em sede de defesa, alegou que haveria violação ao princípio da capacidade contributiva com a extinção do limite, uma vez que os contribuintes com maiores gastos pagariam menos Imposto de Renda.

Admiráveis foram os argumentos do Desembargador Relator Malran Mala: "Se a Constituição diz que é dever do Estado promover e incentivar a educação, é incompatível vedar ou restringir a dedução de despesas". Ao longo do voto, foram apontados todos os artigos da Constituição que reportam a educação como direito universal, que deve ser incentivada e fomentada pelo Poder Público. Fez referência à norma constitucional que isenta de impostos as instituições de ensino sem fins lucrativo, asseverando crítica ádua as deficiências no ensino do país: "O Estado não arca com seu compromisso de contratar professores, construir escolas e fornecer material didático para todos", disse. Assim, continuou, "por incapacidade, deixou o ensino livre à iniciativa privada".

Para o desembargador, a imposição de limites cria obstáculos para que os brasileiros consigam exercer um direito básico. "É uma legislação despida de justificativa econômica e lógica que onera o contribuinte e arbitra um valor sem critério", disse, aludindo ao dispositivo da Lei nº 9.250, de 1995, que fixa o limite de dedução com despesas na educação infantil, ensino fundamental, médio e educação superior.

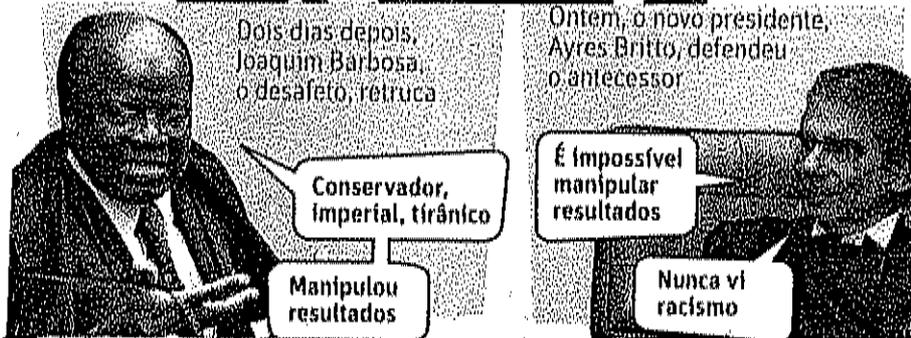
Opostamente ao Relator, seis Desembargadores, entre eles Aida Bastos, entenderam que retirar o limite de dedução violaria a igualdade entre os contribuintes, nas palavras da mencionada desembargadora: "Não é justo, mas não é inconstitucional".

Coerentemente, a maioria acompanhou o relator, como a desembargadora Regina Costa que asseverou que a Constituição determina que o salário mínimo deve ser suficiente para atender necessidades básicas, como saúde, moradia e educação. Igualmente, as despesas com esses itens não deveriam ser consideradas para apuração do IR. "O Fisco não aceita a dedução integral e ainda tributa sobre gastos com direitos vitais", relatou.

De acordo com os desembargadores, o que seria tributável é o acréscimo patrimonial ou riqueza nova que fosse apurada durante o ano. O conceito de renda, previsto na legislação, avigora a incompatibilidade da norma com a Constituição.

Inequivoco que a Fazenda Nacional irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Entretanto, para os contribuintes, a decisão é relevante, pois muitos brasileiros utilizam o sistema privado de ensino e poderão ser beneficiados, caso a declaração de inconstitucionalidade seja ratificada na Superior Instância.

Colaboração: Carolina Chaves Hauer, G. A. Hauer Advogados Associados - geroldo@gahauer.com.br



Novo presidente do STF intervém para conter crise

Ministros da mais alta corte do país trocam acusações e ofensas publicamente

A crise instalada no Supremo Tribunal Federal após troca de acusações entre os ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa levou o novo presidente da corte, Carlos Ayres Britto, a agir para tentar pacificar a corte.

Barbosa chamou Peluso, que presidia o STF até ontem, de "tirano" e "ridículo" e o acusou de manipular julgamentos. Foi uma reação às declarações de Peluso, que classificou o colega como "difícil" e "inseguro".

Ontem, o novo presidente da corte convocou uma entrevista para apaziguar os ânimos. Ayres Britto disse ser "logicamente impossível" haver manipulação de decisões, "porque os outros [ministros] perceberiam".

Ministros procuram tratar o caso como uma rusga entre dois colegas, e não como uma crise capaz de prejudicar o funcionamento da corte perto do julgamento do mensalão, o que pode ocorrer antes de junho.

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Presidente do STF intervém em troca de acusações na Corte

Barbosa acusou Peluso de 'manipular' decisões do tribunal, mas Ayres Britto diz que isso é 'impossível'

Em entrevista, Barbosa também havia afirmado que as críticas a ele podem estar ligadas ao fato de ser negro

A troca de acusações entre ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) levou o novo presidente da Corte, Carlos Ayres Britto, a intervir para tentar apagar a crise.

Ayres Britto saiu em defesa de seu colega Cezar Peluso, ao afirmar ser "logicamente impossível" haver manipulação de decisões.

Assim, rebatendo crítica feita pelo ministro Joaquim Barbosa ao ex-presidente Peluso, em entrevista a "O Globo".

"Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais ou simplesmente para tumultuar e não proclamar o resultado que era contrário ao seu pensamento", disse Barbosa.

Ontem, Ayres Britto rebatou: "É impossível manipular o resultado. Se um presidente proferir um resultado em desconformidade com o conteúdo da decisão, ele está desconsiderando o voto de cada um dos ministros".

"O que aconteceu e tem acontecido, e pode ser confundido com manipulação, é um presidente mais enfático.

Entre o voto e a proclamação, ele tenta reverter o quadro, mas isso é natural", disse.

A declaração de Ayres Britto teve um tom apaziguador: ele é mais afinado com Barbosa, mas optou por medida de defesa institucional.

O ataque de Barbosa a Peluso era, por sua vez, o troco ao colega, que havia dito ao "Consultor Jurídico" que o ministro é "pessoa insegura que reage pela insegurança".

Barbosa não falou ontem sobre o caso. Na entrevista, citou como suposta manipulação de Peluso o caso em que o tribunal determinou a posse do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), no final de 2011.

Barbosa era o relator do caso, que estava empatado em cinco a cinco, e havia sido contra a posse. Em uma primeira ocasião, Peluso, então presidente, preferiu não utilizar o direito, definido pelo regimento do Supremo, de fazer seu voto — a favor de Jader — contar duas vezes, terminando o impasse.

Pressionado por congressistas, no entanto, e com o apoio unânime dos colegas, mudou de posição e, em sessão no final do ano passado, quando Barbosa estava licenciado, fez valer seu voto duas vezes e desempatou.

Barbosa também disse na entrevista que as críticas que sofreu poderiam estar relacionadas ao fato de ser negro: "Alguns brasileiros não negros se acham no direito de tomar certas liberdades com negros. Você já percebeu que eu não permito isso, né?".

Ayres Britto novamente se opôs a Barbosa: "Eu nunca vi [racismo]. Nós somos contra o racismo por dever, pois o racismo é criminalizado".

O ministro Marco Aurélio Mello disse que ficou "perplexo" com o caso: "A autofagia entre ministros é muito ruim para a instituição".

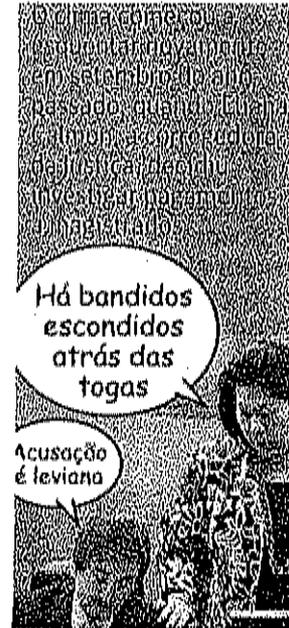
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SUPREMA DESELEGÂNCIA

Como as declarações dos ministros do principal tribunal do país chegaram a tal ponto

21 ABR 2012



No ano passado, sob a presidência de Cezar Peluso, a aparência era de tranquilidade. Mas a calma escondia marcas de discussões passadas



Em 2009, Joaquim Barbosa já tinha quebrado o protocolo e batido boca com Gilmar Mendes

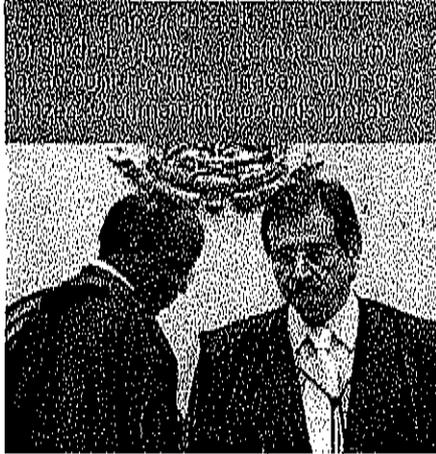


CONTINUA

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



A tensão entre os ministros cresceu com a proximidade do julgamento do mensalão. Barbosa é o relator do caso. Alguns colegas querem julgar logo. Outros, como Marco Aurélio Mello, não têm pressa

Por que julgar a toque de caixa? Não podemos ceder à pressão política



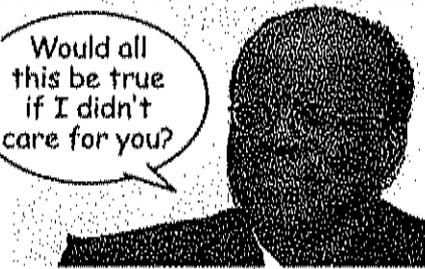
Calmon não apresentou resultado concreto

Dilma descumpriu a Constituição

Barbosa é inseguro

Colegas se alinharam à opinião pública

Barbosa em momento de tensão. O relator do caso nunca teve dúvidas de que o mensalão não era um esporte de elite



Would all this be true if I didn't care for you?

Sergio Lima - 19 abr. 12 / FolhaPress

então, a ideia de julgar o mensalão em um momento de crise política não era o que se queria. O objetivo era manter o controle

É impossível manipular resultado



*Tudo isso seria verdade se eu não me importasse com você?

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 21 ABR 2012

Entidades e ex-ministros do Supremo criticam briga

AMB aponta estresse por excesso de trabalho como razão para conflitos

Sobre Barbosa ter dito que Peluso manipulou julgamentos, dirigentes e ex-ministros defendem ex-presidente da Corte

Dirigentes de entidades jurídicas e ministros aposentados do STF (Supremo Tribunal Federal) criticaram as trocas de ataques entre Cezar Peluso e Joaquim Barbosa.

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Nelson Calandra, disse que os ataques mútuos pela imprensa foram "totalmente inadequados". Ele atribuiu o caso ao estresse dos ministros.

"O Supremo tem trabalhado no limite de seus integrantes, discutindo temas extremamente polêmicos, com divisões políticas e religiosas. O estresse bate em todas as portas", afirmou.

Calandra disse não ter fundamento a afirmação de Barbosa de que Peluso manipulou julgamentos.

Para o presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante, essa "é uma acusação muito séria" e disse considerar Peluso "honrado e de bem".

"Não tenho elementos para avaliar, mas nunca ouvi falar disso e custa a crer que tenha acontecido", disse.

Cavalcante chamou de chocante e "lamentável em todos os aspectos" a briga entre os ministros.

"A OAB conclama que sejam baixadas as armas. Ninguém precisa ser amigo de ninguém, mas divergências não devem ser tratadas na imprensa", afirmou.

O ex-ministro do STF Carlos Velloso afirmou que Peluso nunca manipulou julgamentos nem violou o regimento. "O Joaquim se excedeu muito", afirmou.

Velloso disse que é preciso encontrar na corte "um bombeiro conciliador" para esfriar os ânimos dos magistrados. "Alguém tem que pacificá-los. Ambos são juízes testados, homens honestos, não há razão para arroubos."

O ministro aposentado Ilmar Galvão disse que "está havendo uma desavença muito desagradável e desgastante" na corte.

Outro ex-membro do STF, Nelson Jobim disse que preferiria não opinar, afirmando apenas que espera que o caso seja resolvido.

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Guerra no Supremo

SÃO PAULO - É verdade que os ministros poderiam ser um pouco mais cordatos, mas a chamada guerra no Supremo não apenas está longe de ser um problema como ainda é sinal de que o tribunal máximo anda saudável. Em termos institucionais, é bom que os magistrados discordem, compitam e até se odeiem.

O propósito de uma corte colegiada é oferecer aos casos que a ela chegam uma apreciação mais cuidadosa e multifacetada, escapando ao unilateralismo do juiz singular. Cada ser humano, afinal, é prisioneiro de seus próprios preconceitos.

Só que colocar um grupo para decidir não é um processo sem riscos. Sabe-se desde os anos 50, com os experimentos de Solomon Asch sobre a conformidade, que basta pôr um ator para "puxar" respostas absurdas a uma questão óbvia que 75% das pessoas o acompanharão. Pior, reunir gente que pensa igual para conversar frequentemente resulta numa radicalização das ideias.

Nem tudo, porém, está perdido.

Como mostram Ori e Rom Brafman, a existência de pessoas "do contra" ("dissenters", em inglês) é importante para evitar que caiamos nas armadilhas do pensamento de grupo. A figura do "dissenter", embora possa produzir fricções de alto custo emocional, também costuma levar a maioria a reformular seus argumentos, de modo a responder a objeções percebidas como relevantes.

Essa dinâmica é especialmente valiosa em tribunais colegiados. O "do contra" aqui, mesmo que não leve a uma mudança na decisão e ainda que provoque brigas homéricas, é um elemento fundamental para melhorar a qualidade do trabalho.

Assim, em vez de tentar suprimir o dissenso, o ideal seria que o STF o colocasse para trabalhar a seu favor. Ampliar as rotinas pelas quais os ministros possam conhecer melhor as opiniões divergentes de seus pares antes de elaborar seus votos seria uma medida inteligente. É o que fazem muitas das cortes coletivas.

21 ABR 2012

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DEIXA DISSO

O ministro Joaquim Barbosa avisou com antecedência o novo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Carlos Ayres Britto, que daria uma resposta "dura" ao colega Cezar Peluso, que o chamou de "inseguro" e fez referências a sua cor numa entrevista ao site Consultor Jurídico. Britto tentou demovê-lo da ideia. Em vão.

ARSENAL

Em entrevista ao jornal "O Globo", publicada ontem, Joaquim Barbosa chamou Peluso de "ridículo", "brega", "caipira", "corporativo", "desleal", "tirano" e "pequeno". Disse ainda que o ex-presidente manipulava resultados no Supremo e comparou suas declarações às de "racistas" que "tomam liberdades".

HUMOR

Peluzo, que antes da entrevista de Barbosa tentou pedir desculpas a ele, procurou outros ministros para explicar declarações que deu na entrevista ao Consultor Jurídico.

Gilmar Mendes reagiu com bom humor às referências feitas a ele: "Não se preocupe. Não tenho sensibilidade de mulher feia".

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

“trotejo”

Essa transmissão ao vivo de guerra de vaidades é boa para quem está no UFC. É muito ruim quando ministro do Supremo Tribunal Federal rasga a toga em público.

DO PRESIDENTE DO PTB, ROBERTO JEFFERSON (R), sobre a recente troca de farpas entre os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) Cezar Peluso e Joaquim Barbosa antes da votação do processo do mensalão.

“contraponto”

Santo de casa

Após a posse no STF (Supremo Tribunal Federal) ontem, o novo presidente da Corte, ministro Carlos Ayres Britto, recebia um a um os cumprimentos de convidados e familiares. Na fila para chegar ao ministro, foram muitos os comentários sobre o discurso dedicado à mulher de ele, pontuado por elogios.

Uma autoridade não resistiu:

—Tomara que minha mulher não tenha visto a posse pela TV. Ela vai pensar: ‘Isso que é homem de verdade, não o que tenho lá em casa!’

Novas presidências e expectativas

A função dos ministros Ayres Britto e Cármen Lúcia terá mais espinhos do que flores no percurso

21 ABR 2012

A VIDA judicial do Brasil, no que interessa ao povo e aos profissionais que a integram, parece este ano destinada a inusitado destaque. Nossa mais alta corte da Justiça tem novo presidente por alguns meses, e a última instância da justiça eleitoral será conduzida por uma ministra que pela primeira vez terá a missão de garantir nacionalmente a legalidade do pleito.

As duas circunstâncias não parecem preocupantes. Tanto o ministro Ayres Britto, na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal), quanto a ministra Cármen Lúcia, na presidência do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) têm condições para levar a bom termo sua missão, embora se saiba que a função de ambos terá mais espinhos do que flores no percurso.

A previsão do "tempo quente" na Corte Suprema foi de certo modo sugerida pelas declarações na saída do ministro César Peluso, sem as habituais homenagens ao presidente que se despede. No plano da lei haverá o drama do "quorum" para os próximos julgamentos.

Cairá nas mãos de Ayres Britto a batata quente de uma das mais ruidosas questões político-legais-criminais da história, com "figurões" e "figurinhas" do universo político e empresarial, sob acusações sérias: o caso do "mensalão". No curso dos trabalhos surgirão intervenções dos demais ministros, além das que cabem à defesa e à acusação. O presidente da corte precisará da colaboração de seus colegas na dissidência entre os que consideram imperativo o julgamento e os oponentes à pressão nesse sentido. Sabem todos que será danoso para a corte se manobras protelatórias impedirem o julgamento, sobrevindo a prescrição, afastada a apreciação do mérito da questão.

O relator no STF é o ministro Ricardo Lewandowski. Enfrenta o trabalho para compor a definição de cada elemento de informação, a respeito de cada envolvido em cada fato. Lewandowski foi para o STF com longa prática no Tribunal de Justiça de São Paulo. Depende dele a primeira etapa dos trabalhos, a do relatório. Sua competência lhe permitirá até determinar o arquivamento em face de manifesta causa excludente da ilicitude de ato ou da culpabilidade do agente, embora não pareça probabilidade previsível. Serão seguidas, além das normas regimentais, as regras do Código de Processo Penal para fatos que envolvam a interpretação constitucional, de competência exclusiva da alta corte.

Superada a participação do relator, começará a tomada dos votos, na linha crescente da antiguidade dos ministros, se não houver novos pedidos de vista a serem deferidos e, em casos especiais, indeferidos. O presidente terá voto de desempate para o final pronunciamento da corte. Se por qualquer circunstância Ayres Britto não comparecer ou não puder atuar, será substituído pelo vice-presidente, ministro Joaquim Barbosa, também empossado esta semana. Os meandros têm tantas alternativas que não arrisco fazer outras previsões.

Nas questões do direito eleitoral, os primeiros meses de gestão da ministra Cármen Lúcia tenderão a trazer as questões habituais de nível, digamos, ameno. Serão mais difíceis ou mais agitadas quando o pleito estiver próximo e, portanto, no calor crescente da disputa. Daí a certeza: o ano jurídico será democraticamente animado e animador.

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Mensalão pode ficar para julho, diz ministra

Cármen Lúcia afirma que não há problema em julgar o caso no recesso do Judiciário ou durante a campanha eleitoral

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor da ação, disse que apresentará o relatório ainda neste semestre

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia, disse ontem não ver impedimento em julgar o processo do mensalão no recesso do Judiciário, em julho, ou mesmo no segundo semestre deste ano, quando o país estará em processo eleitoral.

Indagada se o julgamento do mensalão em período mais próximo ao das eleições municipais pode interferir nas disputas, a ministra disse:

“O eleitor é que vai fazer a leitura (...) Isso interfere? Interfere. A sociedade tem as suas ideias e as ideologias estão aí. Os eleitores vão tomar tudo isso em conta.”

O TSE é composto por sete ministros, sendo três deles sempre do Supremo Tribunal Federal, dentre os quais sempre é eleito um presidente da mais alta corte de Justiça Eleitoral do país. Além de Cármen Lúcia, fazem parte do TSE no momento os ministros Marco Aurélio e Dias Toffoli.

A opinião de Cármen Lúcia sobre julgar o mensalão em julho ou mesmo depois contrasta com a de outros colegas da ministra no STF. O presidente dessa corte, Ayres Britto, já manifestou preocupação sobre essa possibilidade e defende antecipar ao máximo a apreciação do caso. O ministro Ricardo Lewandowski, revisor da ação, disse que apresentará seu relatório neste primeiro semestre.

Com 58 anos completados anteontem, Cármen Lúcia afirmou em entrevista à Folha que prefere ser chamada de “presidente” e não de “presidenta”, como Dilma Rousseff. Mineira de Montes Claros, ela disse que o mensalão tem de ser julgado “na hora em que estiver aprontado para ser julgado (...) quanto antes melhor. Não tendo em vista, como marco, eleições. Mas nem para incluir, nem para excluir”.

A ministra crê que é necessário não subestimar a capacidade de discernimento do eleitor: “Eu tenho sempre para mim que o eleitor é sempre mais crítico e mais inteligente, às vezes, do que o que a gente imagina. Ele é muito sagaz para saber separar tudo. É o que ele quiser juntar também, como peças de um certo processo, é direito dele”.

O mensalão foi o caso mais grave de corrupção no governo Lula. Surgiu em 2005 com a acusação de pagamentos regulares, em dinheiro, a congressistas da base aliada ao Planalto. A denúncia foi apresentada ao STF em agosto de 2007. O processo tem 38 réus e cerca de 600 testemunhas.

Por essa razão, alguns ministros do Supremo cogitaram usar o recesso do Judiciário em julho para julgá-lo.

“Convocação extraordinária [em julho] pode ter. Requer que todos os ministros discutam (...) A discussão está posta. Se essa decisão for tomada, será em sessão administrativa. É sessão públi-

ca, com a presença da imprensa. Todos os ministros vão se manifestar. E, como em todo julgamento, isso é tomado por maioria de votos, se não houver unanimidade.”

Sobre tom beligerante entre os ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa, que deram entrevistas se criticando mutuamente, Cármen Lúcia avalia que isso “não é bom em nenhuma instituição pública, nem privada”. Para ela, como houve acusações muito fortes, a pessoa que fez as críticas “depois se explique ou se manifeste melhor”.

Liberal, a nova presidente do TSE defende que seja “repensado” os 60 dias anuais de férias dos juizes e que os magistrados parem de aceitar patrocínio privado para congressos e seminários.

Ela também acha ruim o foro privilegiado, que dá a autoridades o direito de serem julgadas por cortes superiores: “Quanto mais igual for todo o cidadão, melhor”.

CONTINUA

21 ABR 2012
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“ Tenho sempre para mim que o eleitor é sempre mais crítico e mais inteligente, às vezes, do que o que a gente imagina. Ele é muito sagaz para saber separar tudo

Isso interfere?
Interfere. A sociedade tem as suas ideias, e as ideologias estão aí. Os eleitores vão tomar isso em conta

Na hora em que estiver aprontado para ser julgado, quanto antes melhor. Não tendo em vista, como marco, eleições

CÁRMEN LÚCIA

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Primeiros passos

O Tribunal de Justiça de São Paulo deu passo significativo para recuperar a imagem da corte, marcada pelo embate com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Por decisão do Órgão Especial do TJ, foram suspensos os pagamentos de verbas trabalhistas atrasadas a cinco desembargadores. Segundo apuração do tribunal, eles haviam autorizado desembolsos de R\$ 400 mil a R\$ 1,5 milhão para si próprios, valores muito maiores do que os recebidos por colegas no mesmo período, de 2008 a 2010.

De acordo com o voto do presidente da corte, Ivan Sartori, as "antecipações extraordinárias de créditos" não tinham justificativa apropriada —quando alguma razão era apresentada— e foram feitas sem requerimento, em desacordo com o procedimento previsto.

Ainda segundo o voto aprovado pelo Órgão Especial, distinguem-se na conduta dos cinco desembargadores "indícios veementes de desvio de poder" e "violação, em tese", dos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa.

Não estranha, assim, que o tribunal paulista tenha rejeitado as defesas ora apresentadas e decidido abrir sindicâncias que podem levar à instauração de processos administrativos disciplinares.

Punições definitivas, se cabí-

veis, ainda estão longe de acontecer. São significativas, entretanto, as decisões já tomadas, pois entre os atingidos pelas medidas estão dois ex-presidentes da corte e o atual presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral).

A suspensão dos pagamentos restantes —os cinco desembargadores ainda são credores, ao todo, de quase R\$ 1 milhão— é, na prática, o primeiro resultado da refrega entre o TJ e o CNJ. Foi apenas a partir da inspeção iniciada pelo conselho em dezembro que a sociedade pôde conhecer os privilégios de que alguns magistrados se julgavam merecedores.

A pressão da opinião pública surtiu efeito. Sintoma disso é o fato de que, entre os 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial, alguns tenham deixado transparecer certo pesar pela adoção de medidas contra seus pares. Ao final, porém, prevaleceu a sensatez de reconhecer que o TJ não poderia deixar de dar alguma resposta aceitável à sociedade.

A experiência sugere que os próximos passos tendem a ser lentos, mas espera-se que a corte não siga esse roteiro arriscado. Se quiser afastar a pecha de defensor do corporativismo, o tribunal paulista precisará, nesse e noutros casos, manter a camaradagem do lado de fora da sala de julgamento.

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Reforma do Código Penal propõe conciliação entre ladrão e vítima

Se bem for devolvido, autor de furto pode até não ser condenado

O novo Código Penal pode permitir a negociação entre o autor de um furto e a vítima, segundo texto aprovado ontem pela comissão de juristas que analisa a reforma da legislação no Senado.

Caso aprovada pelo Congresso, essa conciliação permitirá que o bem seja devolvido ou o valor ressarcido, evitando a condenação do acusado, explica Juliana Belloque, defensora pública e integrante da comissão.

De acordo com ela, poderá ser feita durante a investigação policial ou já no processo judicial.

A redução da superlotação dos presídios e a compensação financeira da vítima, sem a necessidade de uma segunda ação judicial, são vantagens apontadas pelos especialistas.

"É uma mudança de paradigma. Antes o juiz era obrigado a aplicar a pena. Dados do Ministério da Justiça de 2011 mostram que 65 mil pessoas estavam presas por furto", afirmou Belloque.

Outra alteração aprovada é a redução da pena para o furto simples — sem violência ou grave ameaça —, de 1 a 4 anos para 6 meses a 3 anos.

Para o relator da reforma do Código Penal, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, a diminuição da pena não vai contribuir para o aumento da quantidade de furtos.

"A lei penal não tem o objetivo de aumentar ou diminuir a criminalidade. Para isso, deve haver um conjunto de medidas por parte do governo, como educação."

ABUSO DE AUTORIDADE

Outros destaques aprova-

dos ontem são: aumento da pena para abuso de autoridade — de até 6 meses para 2 a 5 anos — e tornar crime, com pena de 1 a 2 anos, a oferta de álcool para menores, hoje vista como crime de menor potencial ofensivo.

As mudanças estão sendo discutidas por uma comissão de juristas, que deve entregar até o fim de maio um anteprojeto para votação do Senado. Em seguida, as modificações serão apreciadas pela Câmara.

ALGUMAS MUDANÇAS PROPOSTAS

COMO É HOJE

FURTO

- Pena para furto simples varia de 1 a 4 anos
- Ministério Público move a ação mesmo sem autorização da vítima
- O furto de documentos não é considerado crime

ABUSO DE AUTORIDADE

- Pena máxima é de até 6 meses

ÁLCOOL

- Venda para menores é crime de pequeno potencial ofensivo; geralmente, não há punição expressiva

COMO FICARIA

- Pena para furto simples seria de 6 meses a 3 anos
- Vítima pode optar por não mover ação e até entrar em acordo com o réu
- Furto de documento passaria a ser furto simples

- Pena passaria para de 2 a 5 anos

- Venda de bebida alcoólica para crianças e adolescentes vira crime, com pena de 1 a 2 anos

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

'Desaposentadoria'

deve ser julgada em breve

Novo presidente do STF afirma que tema deve ser definido no máximo até o meio do ano

O Supremo Tribunal Federal deve decidir neste semestre se os aposentados que continuam no mercado de trabalho e contribuem para a Previdência Social terão direito de revisar o valor do benefício pago pelo INSS.

O assunto é motivo de preocupação para o governo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, enviada ao Congresso, estima um gasto de R\$ 49,1 bilhões caso a chamada "desaposentação" tenha vitória no julgamento dos ministros do Supremo.

Dados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) mostram que 70 mil aposentados reivindicam o direito nos tribunais. Além deles, 500 mil aposentados continuam a trabalhar e, consequentemente, a contribuir para a Previdência. Esse é o universo de pessoas que, teoricamente, pode fazer uso do mesmo caminho para aumentar a renda.

Para o novo presidente do STF, Carlos Ayres Britto, o tema da chamada "desaposentadoria" tem impacto social e ações como essa terão prioridade em sua passagem pelo comando do tribunal.

Não há data para incluir o assunto na pauta, mas Britto diz, por meio de sua assessora, que pretende "julgar logo", até no máximo o meio do ano. O primeiro recurso sobre "desaposentação" chegou ao STF há nove anos.

RECÁLCULO

"Desaposentar" consiste basicamente em pedir o recálculo do benefício levando em consideração as contribuições do trabalhador feitas após a aposentadoria.

Por exemplo, um trabalhador que se aposenta sem ganhar o valor máximo do benefício, que é de R\$ 3.916,20. Esse aposentado continua trabalhando com carteira assinada e é obrigado a contribuir para a Previdência.

Hoje, o INSS não permite que essas contribuições sejam levadas em conta, no futuro, para rever os cálculos do benefício. Por esse motivo, trabalhadores vão à Justiça para que o INSS as considere e re faça os cálculos.

DEVOLUÇÃO

O problema, segundo Jane Lúcia Wilhelm Berwanger, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, está na falta de padrão nas decisões de 1ª instância.

Segundo estimativa do instituto, embora a Justiça determine ao INSS recalcular os benefícios, em 80% das decisões o beneficiário é obrigado a devolver os valores recebidos pelo INSS até então.

"Condicionar a 'desaposentadoria' a uma reposição não é vantagem para o trabalhador e obriga o cidadão a recorrer", diz ela.

21 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Integrante de comissão, Collor é réu no Supremo

O senador e ex-presidente da República Fernando Collor (PTB-AL), que integra a CPI que investigará o caso Cachoeira, é réu em dois processos penais no STF (Supremo Tribunal Federal).

Em um deles, é acusado pelo Ministério Público Federal de corrupção ativa e passiva. No processo, Collor é réu ainda sob acusação de peculato e tráfico de influência.

O caso trata de irregularidades em licitações de publicidade na época em que ele era presidente.

Em outro processo, que entrou no STF em 2007, Collor e familiares são réus em ação que trata de apropriação indébita previdenciária.

Procurada ontem, a assessoria do senador disse que ele não foi encontrado.

Cabo de guerra O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, foi favorável, em ofício a Ricardo Lewandowski, ao compartilhamento de informações da Monte Carlo com o Senado. O ministro do STF ainda não decidiu se vai repassar o inquérito ao Conselho de Ética da Casa.

PAINEL DO LEITOR Judiciário

Ao assumir a presidência do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ayres Britto propôs ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário um pacto pelo respeito à Constituição. Curioso. O artigo 2º de nossa Carta Magna determina três Poderes "harmônicos e independentes". Entretanto o que ocorre é a "dependência" do Judiciário e do Legislativo ao Executivo.

FÁBIO FIGUEIREDO (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

Justiça manda USP

devolver 21 ABR 2012

doação de dinheiro

privado

Decisão atende à família de banqueiro que doara
R\$ 1 ml em troca de homenagem

Como auditório na Faculdade de Direito deixou de se chamar Pedro Conde, família pediu valor de volta

A Justiça de São Paulo determinou que a USP (Universidade de São Paulo) devolva o R\$ 1 milhão que a família do banqueiro Pedro Conde (1922-2003) doou à Faculdade de Direito do largo São Francisco.

O dinheiro foi usado para reformas feitas na escola.

A decisão é de primeira instância e cabe recurso. A USP informou que tentará revertê-la (leia texto na pág. C3).

O pedido de devolução foi feito pela própria família, após a faculdade barrar as homenagens pela doação.

O auditório da faculdade reformado com o dinheiro da doação chegou a ser batizado com o nome do banqueiro. Estava ainda prevista a instalação na escola de um quadro com o retrato de Pedro Conde.

A família alega que as homenagens eram uma contrapartida obrigatória à doação.

Os recursos bancaram também a reforma de banheiros.

RECUO

A doação foi feita em 2009, quando o atual reitor da USP, João Grandino Rodas, era diretor da faculdade. A doação foi aprovada pela congregação (órgão que representa todos os segmentos da escola).

Um ano depois, com uma nova direção na faculdade e sob pressão de estudantes, o órgão recuou, alegando que não sabia da obrigação de "batismo" do auditório.

AVAL

Segundo o juiz Jayme Martins de Oliveira Neto, os doadores não foram informados que a homenagem dependia do aval da congregação.

"Toda essa dinâmica revela indisfarçável descumprimento do encargo [compromisso] da universidade, escreveu o juiz na sentença.

A família pediu também indenização por danos morais, mas o juiz rejeitou o pedido.

"Não verifico que o descumprimento do contrato, ainda que com encargo sentimental, traga aos autores sofrimento que mereça indenização especial", afirmou.

DEBATE

O processo causou debate na USP sobre o uso de doações privadas na instituição.

Uma ala diz que a iniciativa é interessante para modernizar a universidade pública.

Outra entende que a iniciativa pode começar a pressionar a USP e direcionar as atividades de ensino e de pesquisa.

O risco de influência privada na universidade, sem regras previamente discutidas, foi um dos argumentos utilizados por alunos da São Francisco para criticar o batismo do auditório da faculdade de direito.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

> OUTRO LADO <

21 ABR 2012

USP diz que homenagem não era garantida

Universidade afirma ainda que vai recorrer da decisão judicial que pede devolução de doação de R\$ 1 milhão

A USP informou ontem que recorrerá da decisão judicial, que prevê a devolução de R\$ 1 milhão à família do banqueiro Pedro Conde.

Segundo a assessoria de imprensa da reitoria, a faculdade havia se comprometido apenas a apresentar à congregação a proposta de batismo do auditório, o que foi feito.

Não havia, disse a assessoria, obrigação de nomear a sala com o nome do banqueiro.

Segundo a universidade, a argumentação não foi devidamente considerada pela decisão de primeira instância.

O atual diretor da faculdade, Antonio Magalhães Gomes Filho, não quis falar ontem.

Ano passado, quando a família do banqueiro entrou na Justiça, ele disse: "acho as doações importantes, porque a escola não tem recursos para a modernização necessária. Mas isso tem de ser feito dentro de um regramento".

A divergência no caso foi um dos motivos para troca de críticas recente entre o reitor e a faculdade.

22 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

Em busca do equilíbrio

Ayres Britto assume STF com clima conturbado entre ministros, sobre os quais pesam decisões importantes, como a do caso do mensalão

Com exceção, talvez, do novo Código Florestal, não parece haver no Legislativo brasileiro decisões iminentes com carga polêmica que se compare à dos diversos temas já abordados, ou ainda em pauta, nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal (STF).

Num intervalo curto de tempo, o STF decidiu sobre a liberação da interrupção da gravidez de fetos anencéfalos (a favor), a validade da Lei da Ficha Limpa para as eleições de 2012 (a favor), a revisão da Lei da Anistia para admitir processos contra torturadores (contra) e o reconhecimento da união homoafetiva (a favor, e neste caso por unanimidade).

Proximamente, o Supremo deverá não apenas julgar os envolvidos no escândalo do mensalão como também decidir sobre outros tópicos de considerável impacto na opinião pública.

Entre esses temas estão a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades públicas, o modelo a ser seguido para o ensino religioso nas escolas oficiais, a delimitação das terras remanescentes de quilombos e, ainda, o ressarcimento de poupadores pelas perdas com os planos anti-inflacionários baixados pelo governo federal nas décadas de 1980 e 1990.

O acúmulo de tantas decisões importantes nas mãos da mais alta corte da República não deixa de refletir o relativo declínio do debate e do poder de iniciativa no Parlamento brasileiro.

Ainda assim, o protagonismo do STF não constitui, por si só, um

sintoma de fragilidade institucional. Mesmo um Congresso excepcionalmente ativo poderia ver judicialmente contestadas as suas decisões, numa sociedade democrática e complexa como a brasileira.

É sinal de vigor democrático, afinal, o interesse com que o público acompanha as decisões do Supremo. Transmitidas diretamente pela televisão, as sessões do tribunal expõem, por outro lado, não apenas os argumentos técnicos empregados pelos magistrados a cada voto, mas também seus rompantes e suas suscetibilidades.

É num clima especialmente delicado, sob esse aspecto, que a presidência do tribunal passa das mãos do ministro Cezar Peluso para as do ministro Carlos Ayres Britto, que ocupará o cargo até novembro deste ano (nos dois casos, eles são obrigados a deixar o posto por força da aposentadoria compulsória, aos 70 anos).

Num exemplo bastante candente, o ministro Joaquim Barbosa, durante entrevista concedida ao jornal "O Globo", não mediu palavras ao avaliar a gestão do ministro Cezar Peluso à frente do STF — cargo que se acumula, como é sabido, com o de presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

"Caipira", "tirano", "corporativo": o vocabulário, por meio do qual Barbosa reagia ao fato de ter sido chamado de "inseguro" por Peluso, certamente não prima pela isenção e pelo equilíbrio que se esperam de um magistrado. Sobre tudo quando ele ocupa uma das 11 cadeiras de ministro da suprema corte do país e, pior, a presidirá a partir de dezembro, quando Barbosa substituirá Ayres Britto.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 22 ABR 2012

Todavia o tom corporativista da atuação de Peluso não deixou de ser percebido por observadores mais desapaixonados. Enquanto seu antecessor, Gilmar Mendes, notabilizou-se ao conferir grande relevo ao CNJ, Peluso entrou em choque com a corregedora do órgão, a ministra Eliana Calmon, e resistiu como pôde à ostensividade do conselho na inspeção dos rendimentos dos magistrados.

Em sua última entrevista no cargo, ao portal Consultor Jurídico, Peluso reservou críticas à presidente Dilma Rousseff, em razão de pendências relativas ao salário dos juízes. Também vociferou contra o que entende ser uma tendência do Supremo a julgar de forma exageradamente sensível às pressões da opinião pública.

Toda essa agressividade não bastará, contudo, para desfazer a impressão de que deixa a presidência do tribunal após gestão apagada, imobilista, sem projeto nem propostas para fazer avançar as necessárias reformas do Judiciário.

Atitude aparentemente mais flexível foi anunciada pelo novo presidente, Ayres Britto. A crer num poema de sua autoria, lido na cerimônia, deve-se esperar que sua gestão não será a do "camaleão", mas a do "pírilampo que, na mais densa noite, se anuncia".

Ayres Britto tem-se mostrado, até aqui, um "progressista". Foi o único ministro do STF a votar a favor de todas as inovações controversas recentes: aborto de anencéfalos, ficha limpa em 2012, marcha da maconha, união homoafetiva e revisão da Lei da Anistia.

O jogo entre o cego literalismo na interpretação da lei e a indesejável submissão aos caprichos da opinião pública faz parte de todo tribunal superior numa democracia. Cada um de seus membros exprime uma gradação peculiar, e variável conforme o caso em pauta, entre esses dois extremos.

O fato de ser um colegiado —indicado politicamente, é verdade, mas independente, pela própria vitaliciedade do cargo, das pressões do Poder Executivo— assegura que, na média, o papel do STF se tempere no que há de permanente e no que há de mutável numa sociedade moderna.

O equilíbrio do colegiado não se espelha, todavia, no estado de espírito de alguns de seus membros —e a missão de arrefecer os ânimos, sob pena de prejudicar a própria credibilidade da instituição, não é das menores entre as muitas que se apresentam ao novo presidente do Supremo.

FOLHA DE S. PAULO

JANIO DE FREITAS

Mínimo Supremo

A tarefa de recompor a
compostura no STF exigirá
do mandato de Ayres Britto
habilidade e firmeza

22 ABR 2012

O PÉSSIMO ambiente no Supremo Tribunal Federal, com a vulgaridade de desaforos e brigas de pessoas que julgam a conduta alheia, vem de anos. Agora, apenas transbordou para as vias públicas. Já por isso, o ministro Ayres Britto, presidente estreante em substituição ao irascível Cezar Peluso, representa uma oportunidade de recondução do mais alto tribunal também às alturas éticas, intelectuais e de conduta pessoal que deve ao país, como mínimo.

Ao usar os seus últimos momentos na presidência do STF para dirigir grossos destemperos ao seu colega Joaquim Barbosa e à corregedora Eliana Calmon, com sobras para a presidente Dilma Rousseff, Cezar Peluso expôs-se a uma acusação de extrema gravidade. Joaquim Barbosa, não menos irascível, acusou-o de manipulações, efetivadas ou tentadas, de resultados em julgamentos. Isso, valendo-se de meios "tirânicos" de "violiar as normas" e criar questões processuais artificiosas, para impor suas posições conservadoras.

O problema criado pelo desfecho de uma presidência polêmica não se encerra com a extinção do mandato. No plano do Tribunal, a forte manifestação de desafeto entre dois magistrados passa a ser uma expectativa de desdobramentos imprevisíveis. E, a julgar pelo havido até aqui, sujeito às piores atitudes.

No plano da opinião pública, as críticas de Peluso às condições pessoais de Barbosa e as acusações de Barbosa a Peluso instalam, em vista de julgamentos tão importantes

e complexos como o do mensalão, um sentimento de insegurança quanto à isenção e à solidez das decisões.

Ayres Britto não poderá mudar temperamentos, claro. Por isso, a tarefa de recompor a compostura no Supremo fará do seu mandato, provavelmente, o mais exigente de habilidade e firmeza, no STF pós-ditadura. Até por ser o próprio Ayres Britto alvo de críticas ásperas de alguns colegas, que o acusam de ser mais sensível à voz das ruas do que às palavras da lei. Tendência, aliás, que Cezar Peluso atribuiu ao Supremo sem ressalva alguma.

Além do ambiente degradado, a nova presidência encontra já iniciado um debate cheio de implicações: apressar ou não o julgamento dos acusados pelo mensalão. Parte do Supremo está dividida a respeito, e parte não se manifestou. Ayres Britto começa submetido a um teste.

ESTRANHO

A solução dada à injustificável prisão de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, em penitenciária de segurança máxima no Rio Grande do Norte, sob isolamento total, mantém o injustificável. Transferido para Brasília, foi posto em uma cela com outros 22 presos.

Como lembrou o senador Pedro Simon, Carlos Cachoeira, em tais condições e com tantas pessoas em situação problemática por sua causa, pode ser assassinado na prisão sem dificuldade.

Não há como admitir que o tratamento dado a Carlos Cachoeira não seja deliberado.

FOLHA DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE

Três Poderes

22 ABR 2012

BRASÍLIA - A República é formada por três Poderes independentes, Executivo, Judiciário e Legislativo. E eles estão pegando fogo.

O Legislativo, o mais tradicional saco de pancadas, está criando uma CPI para investigar tudo e todos, inclusive membros dos próprios três Poderes que andaram perigosamente próximos de cachoeiras, macacos, cachorros e outros bichos.

O Judiciário está de dar dó. Nunca antes na história deste país —sem exagero— os ministros do Supremo se xingam tanto publicamente. Cezar Peluso saiu da presidência do tribunal acusando a presidente da República de desrespeitar a Constituição e o colega Joaquim Barbosa de ser populista, inseguro e temperamental.

Não bastasse, Barbosa, que é relator do mensalão e vai assumir a presidência da mais alta corte do país em sete meses, reagiu em entrevista a Carolina Brígido, do "Globo", despejando os seguintes adjetivos sobre Peluso: "ridículo", "brega", "caipira", "corporativo", "desleal", "tirano", "pequeno", "imperial".

Dá para acreditar numa coisa assim? São esses, nesse clima, que vão julgar o mensalão, um dos casos mais complexos em décadas.

Enquanto isso, o Executivo, que defenestrou sete ministros, faz que não é com ele. A presidente Dilma disse —muito bem, aliás— que vai manter "uma posição absolutamente de respeito" ao Congresso e, portanto, aos trabalhos da CPI.

E quem conhece um pouco do palácio do Planalto diz que o andar do gabinete presidencial parece estar num outro mundo: ninguém fala em CPI, só em economia.

Aparentemente, é ótimo. Enquanto parlamentares e magistrados se engalfinham, a presidente pensa no crescimento, na desoneração das empresas, na garantia de empregos e de salários. Na normalidade, enfim.

Tomara, sinceramente, que dê certo, mas governos não lucram com CPIs e podem perder muito. Dependem das torrentes do Cachoeira.

22 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELES DISSERAM

(FOLHA DE S. PAULO)

CEZAR PELUSO

Ele é uma pessoa insegura. Dá a impressão de que tudo o que é normal, para ele, parece ser uma tentativa de agressão

ministro, antes de deixar a presidência do STF, falando sobre o desafeto Joaquim Barbosa, que deve assumir o cargo no fim do ano

JOAQUIM BARBOSA

As pessoas guardarão a imagem de um presidente conservador, imperial, tirânico, que não hesitava em violar as normas quando se tratava de impor a sua vontade

ministro do STF, rebatendo a crítica recebida de Peluso

CARLOS AYRES BRITTO

Juiz não é traça de processo, não é ácaro de gabinete

ministro, ao assumir a presidência do órgão, contestando tese de seu antecessor, que disse que é preocupante a tendência de magistrados de se alinharem à opinião pública

GASPARI

DESASTRE

Numa longa entrevista ao repórter Carlos Costa em que criticou a ação da ministra Eliana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça, o ministro Cezar Peluso lembrou que, trabalhando na corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, lidava assim com alguns juizes: "Chamávamos os envolvidos e abríamos o jogo: "Temos tantas provas contra vocês e, se não forem para a rua agora, iremos abrir processo. Nunca fizemos escarcéu com esses casos".

De fato, houve um caso em que pouca gente ouviu o grampo. O que faltou foi escarcéu.

23 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

No mensalão, pena mínima resulta em prescrição de crimes

Os réus são acusados de 7 crimes; em 5 deles, quem receber a punição mais baixa não vai cumprir a pena

Caso a pena aplicada for maior, no entanto, a prescrição passa a ocorrer apenas em 2015, diz Código Penal

Cinco dos sete crimes previstos no processo do mensalão prescreveram em agosto de 2011, caso os réus sejam condenados pela pena mínima no julgamento do maior escândalo do governo Lula.

Mas, se houver condenação no Supremo Tribunal Federal e a penalidade for maior que a mínima, a próxima prescrição só ocorrerá em agosto de 2015 na maioria dos casos, diz o Código Penal.

Nesse aspecto, não existe diferença em o julgamento ocorrer neste ano em 2013.

O caso surgiu em 2005, com a acusação de pagamentos regulares, em dinheiro, a congressistas da base aliada.

O "prazo prescricional" varia com o tamanho da pena e com o momento em que esse prazo começa a ser contado.

No caso do mensalão, o início é o recebimento da denúncia, em agosto de 2007.

Ou seja, se a pena mínima

for maior que um ano e menor ou igual a dois anos, o crime prescreve em quatro anos (agosto de 2011); se for maior que dois anos e menor ou igual a quatro, ocorre após oito anos (agosto de 2015).

Os 38 réus do mensalão são acusados por sete crimes (veja quadro). Se eles forem condenados pela pena mínima em qualquer crime exceto gestão fraudulenta e lavagem de dinheiro, a prescrição ocorreu já no ano passado.

Há especialistas e ministros que defendem o julgamento neste ano porque acham que a demora pode macular a imagem do STF.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

DATA DE VALIDADE

Penas determinarão se os crimes já estão prescritos

23 ABR 2012

1 O julgamento
A sessão do STF que julgará o mensalão ainda não tem data para acontecer. Depende do ministro-revisor Ricardo Lewandowski apresentar seu relatório



2 A condenação
Os 38 réus poderão ser condenados por até sete crimes, cujas penas variam de 1 a 12 anos de prisão. Hoje não é possível saber se eles receberão a pena mínima ou a máxima

3 A prescrição
5 dos 7 crimes terão prescrito, ou seja, perdido a validade, caso a pena dada aos réus seja a mínima. A prescrição começa a contar a partir de ago.2007, data em que a denúncia foi recebida

CRIME	PENA (anos)	PRESCRIÇÃO* (anos)				
		AGO 2007	AGO 2011	AGO 2015	AGO 2019	AGO 2023
<input checked="" type="checkbox"/> Formação de quadrilha Reunião de três ou mais pessoas para cometer um crime (Artigo 288 do Código Penal)	Mín. 1 Máx. 3			4 anos		
<input checked="" type="checkbox"/> Lavagem de dinheiro Esconder a origem e o destino de dinheiro e bens oriundos de crimes (Artigo 1 da Lei da Lavagem de Dinheiro)	Mín. 3 Máx. 10			8		16
<input type="checkbox"/> Corrupção ativa Oferecer vantagem indevida a um servidor a fim de cometer crime (Artigo 333 do Código Penal)	Mín. 2 Máx. 12			4		16
<input checked="" type="checkbox"/> Corrupção passiva Solicitar ou ganhar, por meio de seu cargo, vantagem indevida para si ou para outros (Artigo 313 do Código Penal)	Mín. 2 Máx. 12			4		16
<input checked="" type="checkbox"/> Peculato Uso do cargo público para obter vantagens (Artigo 312 do Código Penal)	Mín. 2 Máx. 12			4		16
<input checked="" type="checkbox"/> Evasão de divisas Fazer uma operação de câmbio não autorizada para enviar dinheiro ao exterior (Artigo 22 da Lei do Colarinho Branco)	Mín. 2 Máx. 6			4		12
<input checked="" type="checkbox"/> Gestão fraudulenta Gerir fraudulentamente instituição financeira (Artigo 4 da Lei do Colarinho Branco)	Mín. 3 Máx. 12			8		16

*Mesmo que alguém seja condenado por mais de um crime, a pena não é somada para a contagem da prescrição
Fonte: Relatório do ministro Joaquim Barbosa e Código Penal

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

OS 38 RÉUS DO MENSALÃO

23 ABR 2012

Veja seus cargos na época da denúncia e os crimes pelos quais serão julgados pelo Supremo



José Dirceu

ex-ministro da Casa Civil

> Era o "chefe da quadrilha", segundo o Ministério Público. Ele orientava o esquema de compra de votos



Delúbio Soares

ex-tesoureiro do PT

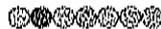
> Segundo a Promotoria, era o principal elo entre o núcleo político e o operacional, gerido por Marcos Valério



Marcos Valério

publicitário

> Era o operador do mensalão. Teria montado a estrutura para obter os recursos, diz a Procuradoria-Geral.



Roberto Jefferson

ex-presidente do PTB

> Denunciou o esquema. Ele recebeu propina para que seu partido, o PTB, apoiasse o governo no Congresso

CONTINUA



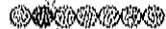
Anderson Adauto
ex-ministro dos Transportes



Duda Mendonça
publicitário



Valdemar Costa Neto
deputado do PR



Anita Leocádia
ass. parlamentar



Emerson Palmieri
ex-tesoureiro do PTB



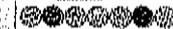
Vinícius Samarane
ex-diretor do Banco Rural



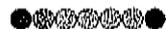
Antônio Lamas
ex-tesoureiro do PL (hoje PR)



Enivaldo Quadrado
empresário



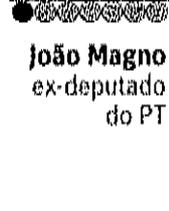
Zilmar Fernandes
sócia de D. Mendonça



Ayanna Tenório
ex-vice do Banco Rural



Geiza Dias
ex-auxiliar de M. Valério



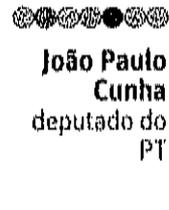
João Magno
ex-deputado do PT



Bispo Rodrigues
ex-deputado do PL



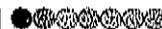
Henrique Pizzolato
ex-diretor do BB



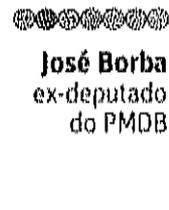
João Paulo Cunha
deputado do PT



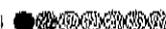
Breno Fischberg
empresário



Jacinto Lamas
ex-tesoureiro do PL



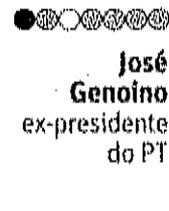
José Borba
ex-deputado do PMDB



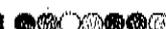
Carlos Alberto Quaglia
empresário



João Cláudio Genu
ex-assessor do PP



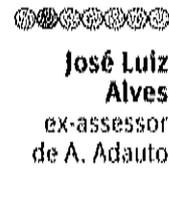
José Genoíno
ex-presidente do PT



Cristiano Paz
publicitário



Simone Vasconcelos
publicitária



José Luiz Alves
ex-assessor de A. Adauto

23 ABR 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



José Roberto Salgado
ex-vice do Banco Rural



Pedro Henry
deputado do PP



Kátia Rabello
ex-presidente do Banco Rural



Professor Luizinho
ex-deputado do PT



Luiz Gushiken
ex-ministro das Comunicações



Ramon Hollerbach
publicitário



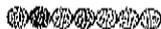
Paulo Rocha
deputado do PT



Rogério Tolentino
advogado



Pedro Corrêa
ex-deputado do PP



Romeu Queiroz
ex-deputado do PTB



FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

LIÇÃO DE
CASA

23 ABR 2012

PAINEL

Supremo desconforto

O ministro Joaquim Barbosa, relator do caso do mensalão, vai apresentar nesta semana uma questão de ordem ao plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) para que a corte já discuta como vai proceder no julgamento. Ele acha desnecessário esperar a apresentação do voto do revisor do caso, Ricardo Lewandowski, para que os magistrados decidam, por exemplo, quantas horas serão reservadas à sustentação da denúncia e como será apresentado seu relatório — se de uma vez ou por partes.

CANAL ABERTO

Barbosa se reuniu com Lewandowski há alguns dias. Abriu canal para que o colega possa dirimir com ele qualquer dúvida sobre o relatório que elaborou. Acha que isso pode eventualmente ajudar Lewandowski a terminar mais rapidamente a revisão do processo.

PRAZO

A disposição declarada de Lewandowski de entregar seu voto “neste semestre” não acalmou os magistrados interessados em apressar o mensalão. Se ele fizer isso em junho, por exemplo, o julgamento só começa em agosto. Com isso, abre-se a possibilidade de um desfale antes de seu fim: o ministro Cezar Peluso se aposenta em setembro.

As últimas declarações belicosas do ministro Joaquim Barbosa provocaram contrariedade no STF (Supremo Tribunal Federal) para além do time dos colegas com quem o relator do mensalão já se indispôs. Em rodas reservadas, alguns ministros passaram a discutir, no fim da semana passada, a possibilidade de não eleger Barbosa para presidir a Corte. Com a aposentadoria compulsória de Carlos Ayres Britto, em novembro, ele é o próximo na lista de sucessão, por antiguidade.

O veto a um presidente é medida extrema, mas não inédita. Ocorreu em 1969, quando Adalício Nogueira foi convencido pelos pares a renunciar após eleito.

Light Há ainda os ministros menos radicais, que passaram a ver com bons olhos a chamada PEC da Bengala, proposta de emenda à Constituição que eleva para 75 anos a aposentadoria obrigatória. Se aprovada para os atuais membros de tribunais, a medida faria com que Britto completasse seu mandato.

Saia justa Ayres Britto, que assumiu também o CNJ, chamou o presidente da Ajufe (Associação de Juizes Federais do Brasil), Gabriel Wedy, para ser um dos seus juizes auxiliares no conselho. A Ajufe foi uma das entidades que representaram contra a ministra Eliana Calmon, corregedora do órgão.

“roteio”

Essa coisa de irmão parece código da máfia. O Cachoeira é tratado como chefe pelo Demóstenes. Com tanta intimidade, esse grupo se parece com a Família Soprano.

DO DEPUTADO FEDERAL PAULO PIMENTA (PT-RS) sobre gravação feita pela Polícia Federal em que um dos operadores de Carlinhos Cachoeira, Wladimir Garcez, diz ter relação “de irmão” com o governador Marconi Perillo (PSDB-GO)

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

21 ABR 2012

Adiado, mais uma vez

A definição sobre a legalidade do aumento das taxas praticadas pelo Departamento de Trânsito (Detran) do Paraná foi novamente adiada, em votação ontem, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. O desembargador Guilherme Gomes pediu vista do processo. Anteriormente, havia sido o desembargador Paulo Roberto Hapner o autor do pedido de vista. A demora no julgamento é maior porque são apenas duas sessões mensais do Órgão Especial que avaliam esse tipo de matéria.

Votos

Mesmo com o pedido de vista, mais alguns desembargadores resolveram antecipar seu voto. Até ontem, a contagem estava em quatro votos pela manutenção do reajuste, que chegou a 271% em alguns casos, e pela legalidade do repasse de parte da arrecadação do Detran para a área da segurança pública. Apenas um voto, o do relator Antonio Martelozzo, era contrário ao repasse. Agora, o placar está em cinco a quatro, pela irregularidade do repasse, com os votos antecipados na sessão de ontem pelos desembargadores Paulo Hapner, Sérgio Arenhart, Ruy Cunha Sobrinho e Lídio Rotoll de Macedo. São 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJ e é preciso maioria absoluta de votos no julgamento.

INFORME

Segue preso

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu pedido de liminar formulado pela defesa de Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná, e manteve decisão da 9ª Vara Criminal de Curitiba, que em março decretou sua prisão preventiva. Abib Miguel responde a duas ações penais por suposto envolvimento em crimes de formação de quadrilha, peculato, estelionato, falsificação de documento, fraude processual, lavagem de dinheiro e desvio de dinheiro público por meio da nomeação de funcionários "fantasmas" na AL.

'Embaraçando'

O ministro relata que há atos concretos de interferência de Bibinho para "embaraçar" o andamento dos processos, como a alegação de insanidade mental ao mesmo tempo em que, segundo a Justiça do Paraná, "desenvolvia atividade profissional de forma habitual e mantinha preservada sua rede de relacionamento sem demonstrar sinais da alegada incapacidade por doença mental".

21 ABR 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juiz eleitoral veta faixa levada a jogos do LEC

Decisão acata argumento sobre propaganda eleitoral antecipada em benefício do pedetista Barbosa Neto

O prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) terá que pagar multa por propaganda eleitoral antecipada caso a faixa com os dizeres "Torcida Camisa 12 - Londrina Feliz" seja novamente mostrada nos jogos do Londrina Esporte Clube (LEC). A decisão de notificar o prefeito é do juiz da 157ª Zona Eleitoral de Londrina, Paulo Cesar Roldão, que acatou pedido protocolado pelo Ministério Público, assinado pela promotora eleitoral Maisa Aparecida de Araújo. A promotora fez o pedido após receber denúncia de que a faixa com o número 12, usada pelo PDT nas urnas, estava sendo usada nos jogos do Londrina.

Além do chefe do Executivo, serão notificados da decisão o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o presidente do LEC, Cláudio Aparecido Canuto, e o gestor do time, Sérgio Malucelli. No despacho, o juiz ressalta que o prefeito e o partido não podem "efetuar propagandas antecipadas, ainda que subliminares, sob pena de multa" e determina ainda que "filiais e simpatizantes" sejam orientados a não vincular ou promover "qualquer espécie de propaganda eleitoral fora do prazo permitido". A promotora também destacou no pedido que, além do uso da faixa, existem adesivos sendo distribuídos na cidade

com os dizeres "Londrina Feliz 2012", com o número 12 em destaque.

A decisão também cita o gestor do clube e o presidente para que eles "impeçam a veiculação de propaganda eleitoral de qualquer natureza, principalmente a utilização de cartazes móveis com o número 12, em eventos esportivos do time". A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 5 de julho do ano da eleição. Embora ainda não tenha confirmado a pré-candidatura à reeleição, Barbosa é considerado pelo partido como o principal nome para a disputa.

Procurado, o presidente do PDT, Roberto Coutinho Mendes, disse à FOLHA que respeita a decisão da Justiça, "embora a faixa não tenha relação com o partido". "A faixa foi feita para a torcida Camisa 12, mas respeitamos. Em relação aos adesivos, já estamos orientando nossos filiados. Haverá momento oportuno para a propaganda eleitoral, e eles estão sendo avisados."

Sérgio Malucelli disse que não comentaria a decisão até ser notificado oficialmente e Cláudio Canuto não respondeu às ligações feitas para seu celular. Já a assessoria do prefeito não respondeu à solicitação de entrevista.

FOLHA DE LONDRINA

Britto rebate

acusação

sobre 21 ABR 2012

manipulação

Novo presidente do Supremo Tribunal Federal entra na briga entre os ministros Joaquim Barbosa e Cezar Peluso

Brasília - O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carlos Ayres Britto, rebateu ontem as acusações feitas pelo ministro Joaquim Barbosa de que o ex-presidente da corte Cezar Peluso manipularia resultados de julgamentos e que colegas o tratassem com preconceito por ser negro. "Eu nunca vi e nunca verei um presidente alterar o conteúdo de uma decisão", afirmou ontem o presidente em resposta a entrevista. "Proferido o resultado é impossível manipulá-lo. É uma impossibilidade lógica", acrescentou.

Carlos Ayres Britto negou que, em algum momento, ministros tenham sido racistas e tratado com preconceito o ministro Joaquim Barbosa. "Eu nunca vi isso aqui. Somos contra o racismo por dever, porque o racismo é proibido pela Constituição e é criminalizado", afir-

'Eu nunca vi um presidente alterar o conteúdo de uma decisão'

mou. As declarações de Barbosa, publicadas no O Globo, foram consideradas uma resposta a uma entrevista anterior de Peluso, ao site Consultor Jurídico.

A discussão entre Barbosa e Peluso pode ter novo desdobramento na quarta-feira. Ministros discutiam ontem uma reação em plenário contra as acusações de Barbosa. Os processos escolhidos para inaugurar a gestão de Britto - cotas raciais e sociais - podem servir de pretexto para um desagravo. Ministros afirmavam reservadamente que as acusações de Joaquim Barbosa atingiram o tribunal como um todo.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 ABR 2012

Barbosa afirmou que "Peluso inúmeras vezes manipulou ou tentou manipular resultados de julgamentos, criando falsas questões processuais". Disse ainda que Peluso é "ridículo", "brega", "caipira", "corporativo", "desleal", "tirano" e "pequeno". Barbosa acrescentou que "alguns brasileiros não negros se acham no direito de tomar certas liberdades com negros". Foi o que ele afirmou ter ocorrido no bate-boca que teve com Gilmar Mendes em plenário, quando disse não ser um dos "capangas" do colega.

Na sua entrevista, concedida antes, Peluso afirmou que Barbosa tem um comportamento difícil e disse não saber sobre sua gestão na prisão em razão do seu temperamento. "Ele é uma pessoa insegura, se defende pela insegurança. Dá a impressão que de tudo aquilo que é absolutamente normal em relação a outras pessoas, para ele, parece ser uma tentativa de agressão. E aí ele reage violentamente", afirmou Peluso.

A entrevista de Peluso foi concedida em março, mas publicada apenas nesta semana. O ministro reconheceu, depois de publicadas suas declarações, ter cometido um erro ao ter falado do colega. Por isso, na quinta-feira, tentou sem sucesso por duas vezes um pedido de desculpas.

Na primeira tentativa, foi ao gabinete do ministro, mas a assessoria teria informado que Barbosa não estava na Casa. Depois, Peluso telefonou para o gabinete do colega, mas não foi atendido. Peluso recorreu então ao ministro Ayres Britto, que tem bom relacionamento com Joaquim Barbosa. Na conversa com Britto, Peluso admitiu ter cometido um erro e pediu que levasse suas desculpas a Barbosa.

No salão contíguo ao plenário, Peluso encontrou-se com Barbosa e pediu desculpas na frente de colegas. Barbosa o cumprimentou, mas já havia informado que daria a entrevista para reagir duramente às declarações do colega.

Joaquim Barbosa já se desentendeu com outros ministros da corte - Gilmar Mendes, Marco Aurélio e o ex-ministro Eros Grau. Nunca havia batido boca com Peluso. No entanto, Cezar Peluso foi dos principais defensores de uma nota pública, após o bate-boca de Barbosa com Gilmar Mendes, cujo teor abriria caminho para um processo de impeachment.

CLÁUDIO HUMBERTO

"Essa autofagia acaba enfraquecendo a instituição":
Ministro Marco Aurélio sobre a briga dos colegas
Cezar Peluso e Joaquim Barbosa

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

22 ABR 2012

Concurso público

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Brasilândia do Sul (Noroeste), José Aparecido Mandotti, e o vice, Sandro dos Santos Guilherme. Segundo o MP, uma empresa de consultoria teria sido beneficiada em licitação para elaborar um concurso público no município. Também são citados na ação civil pública membros da comissão de licitação, a empresa e um consultor jurídico. Para a promotora da Justiça Melissa Cachoni Rodrigues, há indícios de fraudes na licitação para que a empresa E. G. S. fosse a vencedora. Na Justiça, o MP pede a suspensão do concurso público, a anulação da licitação e restituição dos valores pagos pelos candidatos no momento da inscrição.

INFORME

Mensalão sob pressão 1

Revisor do processo do mensalão, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski afirmou que vai liberar seu voto ainda neste semestre. "Preendo liberá-lo ainda neste semestre. Agora que saí do Tribunal Superior Eleitoral terei mais tempo para estudar os casos complexos que se encontram em meu gabinete", disse ele. Lewandowski nega estar segurando o processo ou que pretenda aliviar a situação dos réus. "Jamais retive nenhum processo em 22 anos de magistratura. Meu gabinete é um dos que têm o menor acervo de processos. Ressalto, ainda, que minhas liminares são apreciadas em 24 ou 48 horas no máximo."

Mensalão sob pressão 2

O Supremo tem sofrido pressão para que o processo seja colocado logo na pauta de julgamentos e, para isso, depende que Lewandowski libere o processo. O caso, cuja denúncia foi aceita pela corte em 2007, refere-se a um suposto esquema que financiava parlamentares da base aliada em troca de apoio político. Entre os réus no processo estão o ex-ministro José Dirceu (Casa Civil), o empresário Marcos Valério, o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e os ex-deputados José Genoíno (PT-SP) e Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias.

23 ABR 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Justiça: ICS é Plano de Saúde

A Justiça do Paraná reconheceu que o Instituto Curitiba de Saúde é um plano de saúde e o Ministério Público desistiu do fechamento do ICS. A decisão foi tomada pela juíza Carolina Deidduque Senne Basso, da terceira vara da Fazenda Pública, diante da ação civil pública movida pelo Ministério Público, desde 2005. A decisão é definitiva e o Ministério Público não irá recorrer. Hoje, o Instituto atende servidores, seus dependentes, aposentados e pensionistas da Prefeitura de Curitiba, num total de quase 77 mil beneficiários.

A decisão também garante que os servidores possam escolher se querem continuar sendo atendidos pelo ICS. A manifestação dos servidores sobre manter-se no ICS deverá ser feita em 120 dias, a partir da homologação do acordo, que aconteceu na segunda-feira, dia 16 de abril.

Nas próximas semanas, o direito de opção será levado para debate no Conselho de Administração do ICS, que definirá como será feita a manifestação de cada servidor. Aqueles que decidirem não aderir ao plano de saúde do ICS perderão toda a cobertura assistencial oferecida.

23 ABR 2012

JORNAL DO ESTADO

FUNCIONALISMO

Servidores devem ter reajuste de 4,66%

Em encontro com dirigentes do Fórum de Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais, o secretário da Administração e Previdência, Luiz Eduardo Sebastiani, informou que o Estado cumprirá a lei da data-base e anunciará aos servidores o reajuste salarial em 2012. Como aconteceu no ano passado, o reajuste será pago em parcela única, para todos os 151 mil servidores ativos, 72 mil aposentados e 25 mil pensionistas, a exemplo do que ocorreu em 2011. Em anos anteriores o reajuste era escalonado e pago em datas diferenciadas entre as categorias.

Até o início de maio será encaminhada a mensagem para apreciação da Assembleia Legislativa do tema. O projeto de lei estabelecerá o índice de reajuste a ser aplicado aos salários e gratificações pagos em junho. A recomposição obedece a variação da inflação acumulada em 12 meses. A taxa hoje é de 4,66%, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor-Amplio (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o parâmetro oficial utilizado para estabelecer os aumentos do funcionalismo estadual.

Sebastiani explicou que por determinação do governador Beto Richa o Estado está fazen-

do um grande esforço para garantir o reajuste salarial a todas as categorias, sem deixar de observar o limite prudencial de dispêndio com pessoal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. O teto de gastos é 49% da Receita Corrente Líquida (RCL). "Esta é uma atitude muito positiva, que demonstra coerência do governo, porque valoriza os servidores pelos serviços públicos de qualidade que prestam à população, e trata com zelo e responsabilidade dos recursos da sociedade", disse o secretário.

Ele afirmou que ao longo do atual período de gestão foi possível avançar em muitas questões relativas ao funcionalismo. "O diálogo permanente e a busca do entendimento com todos os setores são a marca desse governo, que mantém a porta aberta e oferece um canal direto com o servidor para que os avanços sejam conquistados em conjunto", afirmou o secretário.

A diretora de Recursos Humanos da pasta, Solange Mattiello, que acompanhou a reunião com os representantes do Fórum, que reúne 13 sindicatos e associações de classe de servidores do Estado, informou que foram debatidos também questões como o pagamento de progressões por tempo de serviço de servidores do quadro próprio.

Justa causa

Sociedade de economia mista pode exercer o direito de demitir seus empregados sem justa causa. O entendimento é da 5ª Turma do TRT da 4ª Região.

Recurso

A interposição de recurso contra sentença de primeiro grau pode ser feita antes de sua publicação. O entendimento é da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais do TST.

Vestibular

As inscrições para o Vestibular de Inverno na Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP) já estão abertas para os cursos de Direito, com turmas pela manhã e no período noturno. Informações e inscrições no site www.suacarrelraesp.com.br.

Abuso

O Fisco não pode reter mercadorias importadas com objetivo de forçar o pagamento de tributos, pois a Fazenda Pública dispõe de meios próprios para cobrar seus créditos tributários. O entendimento é do desembargador Joel Ilan Paciornik, do TRF da 4ª Região.

Físico

Um candidato que sofreu câimbra durante a prova de natação e foi reprovado no teste físico em um concurso para Bombeiro do Distrito Federal poderá refazer a prova e continuar concorrendo à vaga. A decisão é da 1ª Turma Cível do TJ do Distrito Federal.

<http://www.oabpr.org.br/esa/http://>

www.oabpr.org.br/esa/Beneficios

Não é possível acumular os benefícios de auxílio-acidente e aposentadoria. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

Por decisão da 8ª Câmara Cível do TJ do Rio Grande do Sul, Município de Porto Alegre deverá pagar a vaga de uma criança com autismo e retardo mental moderado em creche particular.

Competência

O TCU não pode pedir informações cujo fornecimento que impliquem em quebra de sigilo bancário. O entendimento é da 2ª Turma do STF.

Eletrônico

A Escola Superior de Advocacia (ESA) promove nos dias 26 e 27 de abril o curso "Laboratório Avançado de Processo Eletrônico - Turma II". Durante os encontros, o aluno receberá subsídios para uso dos sistemas processuais eletrônicos, simulando o envio de petição, distribuição da petição inicial e, nos sistemas mais conhecidos (Projudi e Escritório Digital), programas auxiliares, certificação digital, digitalização, edição de arquivos eletrônicos. Informações no site

www.oabpr.org.br/esa

DIREITO SUMAR

Súmula n. 727 do STF

Não pode o magistrado deixar de encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o Agravo de Instrumento interposto da decisão que não admite Recurso Extraordinário, ainda que referente a causa instaurada no âmbito dos Juizados Especiais.

Na trave

O Supremo Tribunal Federal rejeitou o pedido de *habeas corpus* do ex-diretor da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, que está preso desde o início de março, sob a acusação de tentar atrapalhar o processo no qual é investigado por chefiar um suposto esquema de desvio de salários de funcionários "fantasmas" da Casa.

IMPACTO PARANÁ

PERCIVAL PUGGINA 21 ABR 2012

VANITAS VANITATUM

O ministro Marco Aurélio Mello aproveitou seu voto em favor do aborto de anencéfalos para promover extenso ataque ao meu direito de opinião e ao meu direito de tentar fazer com que aquilo que penso adquire repercussão social e vigência jurídica e política no país onde nasci e onde sou cidadão no pleno exercício de meus direitos. O ministro está convencido que apenas pessoas que pensam como ele - ou que, como ele, não pensam como eu - têm o direito de opinar e mobilizar opiniões sobre assuntos em que a Moral se encontra com o Direito.

Isso ficou muito claro quando afirmou, textualmente, como argumento trazido ao seu voto, que: 1º) "dogmas de fé não podem influenciar decisões do Estado"; e que 2º) "a questão posta nesse processo (...) não pode ser examinada sob os influxos de orientações morais religiosas". Para o ministro, portanto, as opiniões que guardem relação com moral de base religiosa assemelham-se a "dogmas" e resultam impertinentes ao direito positivo brasileiro. Não há como conceder ao ministro o benefício da dúvida, supondo que ele talvez

desconheça a diferença entre uma coisa e outra. Trata-se de uma hipótese inconcebível. Ele sabe. Acerto, então, sugestões que resguardem Sua Excelência de uma severíssima reprovação junto à opinião pública brasileira. Eu não encontro qualquer que sirva a esse fim. Já vi muito tolo dizendo isso, mas o ministro não é um tolo.

Ainda que eu estivesse solitário nas minhas convicções morais; ainda que não houvesse dezenas de milhões de brasileiros que pensam como eu sobre temas relacionados à vida, à família, à ordem social, à política, aos direitos fundamentais; ainda que eu fosse o único brasileiro a perceber que já estão impressos na Constituição da República os princípios que me inspiram e os valores em que creio, jamais acertaria que me fosse recusado o direito de buscar civicamente, pelas vias institucionais, a vigência social e jurídica do meu ponto de vista. O Estado Democrático de Direito me assegura isso e mais: mesmo que a Constituição recusasse todas as minhas convicções - coisa que ela não faz e por isso suscita essas releituras tão em voga - ainda assim, ela me conce-

deria o direito de opinar e de tentar mudar o que a meu juízo devesse ser mudado, segundo a ordem instituída. O ministro sabe que é assim. E isso nada tem a ver com dogma. Tem a ver com democracia e com direitos fundamentais dos cidadãos. Sobre o tema escreve com muita precisão o filósofo espanhol e professor de Direito Andrés Ollero: "Ter em conta as convicções de todos equivale, por outro lado, a reconhecer que todos têm convicções".

Os reais adversários do pluralismo e, portanto, da verdadeira liberdade humana, são, precisamente, aqueles que se afoam em proscrever do debate político quaisquer conceitos ou convicções que possam ser associados a alguma vertente religiosa. No fundo de tais esforços vicejam o orgulho e a vaidade, dois ingredientes que fermentam e estufam a massa de rocambole do STF. Aliás, do ministro Marco Aurélio Mello ouvi, viva voz, numa entrevista em foi questionado sobre certa indicação para aquela corte: "O que mais quero é que apareça alguém para me fazer sombra". Que respeito pode uma validade dessas conceder à opinião alheia?

* Percival Puggina (67) é arquiteto, empresário, escritor, titular do site www.puggina.org, articulista de Zero Hora e de dezenas de jornais e sites no país, autor de *Crônicas contra o totalitarismo*; *Cuba, a tragédia da utopia* e *Pombas e Gaviões*.

21 ABR 2012

IMPACTO PARANÁ

ESQUECERAM DE INFORMAR AO DR. BACELAR QUE NO IMBRÓGLIO DOS COMISSIONADOS DA ASSEMBLEIA TEM EFETIVOS JOGADOS NO LIMBO

Esta foi, sem dúvida, uma semana agitada. Inclusive motivando a presença do Dr Bacelar (foto) representante da OAB do Paraná em comissão nacional da OAB que trata a respeito de uma PEC polêmica que busca resolver de vez o problema dos comissionados em Assembleias e Câmaras de todo o país.



Com a sapiência jurídica foi oportuno em seus esclarecimentos aos deputados, respondendo suas dúvidas e deixando clara sua posição em torno do assunto.

Lamentável, contudo, que tivessem esquecido de informar e, quem sabe, até saber qual a sua opinião ao fato de que, enquanto tantos comissionados passaram a ocupar cargos na nova gestão da Assembleia Legislativa, estes funcionários a seguir nominados e que são efetivos de muitos anos, estão fora de suas funções atuando no departamento de pessoal daquela casa de leis, assim como outros que estão em casa e alguns que aceitaram serem "doados" a outros órgãos do governo.

Para que o Dr. Bacelar tome conhecimento daquilo que não lhe informaram na Assembleia onde esteve nesta semana, esta é a relação de funcionários com desvio de funções no Poder Legislativo.

Também, há desvio de finalidade porque diversos são os casos de funcionários efetivos e estáveis que estão fora de suas funções, *vide*, apenas alguns exemplos: apenas os lotados na DIRETORIA DE PESSOAL: Adenir Neves Rocha, técnico em contabilidade; Alceu Ivo Costacurta, consultor legislativo; Alzeli Bassetti Prochmann, enfermeira; Antonio Alves da Costa, segurança; Antonio Batista Soares, motorista; Ari Drehmer, dentista; Claudio Nonamita, médico; Douglas Conrado Schmidt, médico; Eulda Terezinha Joly, técnica de contabilidade; Hilton Ronald Alce, procurador 3ª classe; Ivete Veronica Scariot, enfermeira; Jacinta Cardoso de Lima, dentista; Jackson Miguel Baduy, médico; João Batista Figueiredo, técnico em contabilidade; Marlene Bochnia Schaffer, jornalista; dentre tantos outros casos, *vide* o diário em anexo.

Com efetivos que poderiam estar atuando perfeitamente na Assembleia, e quem sabe até com menores salários do que aqueles que vem sendo pagos atualmente para alguns comissionados, certamente esta seria uma situação que colocada para o Dr. Bacelar poderia ter proporcionado um esclarecimento jurídico a altura.

Pena que nenhum deputado tenha lembrado disso.

Por esquecimento ou talvez conveniência com a situação criada naturalmente.

Impacto lembra apenas este detalhe antes que o Dr. Bacelar continue sem uma completa informação de ordem política, que contraria juridicamente as próprias normas constitucionais, em nossa Assembleia Legislativa.

O GLOBO

O Supremo, sob os olhos da nação

O poder que
evita o
desgoverno não
pode ele mesmo
desgovernar-se

21 ABR 2012

O país acompanhou, entre espantado e preocupado, a troca de farpas entre dois ministros do Supremo Tribunal Federal, coincidindo com a mudança de presidente na mais prestigiosa entidade da Justiça brasileira.

Ministros do Supremo são seres humanos, e portanto sujeitos a oscilações de humor e a irritações. Mas, no caso dos ministros atualmente em exercício no STF, eles precisariam fazer um pacto de bom comportamento.

O Supremo — como o nome está dizendo — é a pedra de toque de todo o sistema constitucional brasileiro. Se ele desaparecesse, o nosso organismo jurídico seria como uma casa sem teto. Além de tudo, cabe ao STF dirimir conflitos entre os poderes da República, o que lhe confere um status ainda mais especial.

Sendo assim, os ministros do Supremo podem ter os sentimentos que quiserem, inclusive em relação a seus colegas. Mas esse dado inevitável de humanidade precisa ser filtrado através de uma boa dose de compostura.

Não basta que o Supremo aja corretamente, no desempenho de suas tarefas. Seus membros precisam passar pelo menos a impressão de que são impassíveis, imparciais, objetivos — a Justiça na sua acepção mais estrita. Se não for assim, como poderão atuar na última fronteira da vida institucional?

Para citar um exemplo de agora, a nação inteira espera que o STF desembrulhe, no menor prazo possível, a assustadora questão do mensalão. Como isso pode ser feito se os ministros não estiverem solidamente

sentados em suas cadeiras, representando o melhor dos critérios de justiça, o maior conhecimento do Direito? Isto se torna ainda mais necessário numa época em que tudo

é submetido a um máximo de exposição. As câmeras da TV invadem as salas de reunião, dão conta do dia a dia dos trabalhos. Se essa rotina não passar uma impressão de respeitabilidade, é todo o sistema institucional que perde o seu fio de prumo.

O novo presidente do Supremo, ministro Ayres Britto, está consciente dessas responsabilidades. Disse ele: "O poder que evita o desgoverno, o desmando e o descontrole eventual dos outros poderes não pode, ele mesmo, se desgovernar, se descontrolar". E acrescenta: "É o poder que não pode jamais perder a confiança da coletividade, sob pena de esgarçar o próprio tecido da coesão nacional".

Tomando posse como presidente do STF, o ministro Ayres Britto propôs um pacto dos três poderes em defesa da Constituição; e aumentou a carga simbólica dessa proposta distribuindo exemplares da Constituição entre os que acompanharam a cerimônia.

Assim se faz referência à principal missão do Supremo, e a um elemento de civilização política. A Constituição tem esse caráter de pacto, de entendimento que serve de base para qualquer construção duradoura.

No Brasil, não podemos mostrar uma experiência tão longa e bem-sucedida como a dos Estados Unidos. Mas a Constituição em vigor tem prestado bons serviços, e já sobreviveu a muitas crises. É a partir desse patrimônio que podemos aspirar a melhores índices de convivência social.

Entidades criticam discussão entre ministros

Ayres Britto defende Supremo e rebate acusação de Barbosa de que Peluso teria manipulado resultados de julgamentos

• BRASÍLIA. Entidades de magistrados e advogados avaliam que é o Supremo Tribunal Federal (STF) quem perde com o bate-boca entre os ministros da Corte. Em defesa do Supremo, o presidente do tribunal, ministro Carlos Ayres Britto, negou ontem que haja manipulação no resultado de julgamentos da Corte. Em entrevista ao GLOBO, o ministro Joaquim Barbosa acusou seu colega, Cezar Peluso, presidente do tribunal até quinta-feira, de ter alterado a proclamação de julgamentos ao longo de sua gestão. Para Ayres Britto, é impossível que isso tenha ocorrido.

— Os julgamentos aqui têm uma dinâmica, uma lógica própria. O relator dá seu voto, a matéria é colocada em discussão, colhem-se os votos dos ministros. Ao proferir os resultados, acho impossível manipular o resultado. Como manipular o resultado? Manipular o resultado é alterar o conteúdo da decisão. Impossível manipular o conteúdo da decisão. Impossível manipular o resultado porque, se ele proferir um resultado desconforme o conteúdo da decisão, ele está desconsiderando o voto de cada um dos ministros. O voto é soberano — disse o novo presidente do STF.

Segundo Ayres Britto, por ser mais enfático, Peluso muitas vezes tentou convencer colegas de seu ponto de vista. Outra vez, equivocou-se ao proclamar um resultado. No entanto, jamais anunciou um resultado contrário à votação — até porque os ministros protestariam na hora.

— O que pode acontecer e tem acontecido é um presidente mais enfático às vezes, entre o voto dele e a proclamação do resultado, tentar reverter o quadro. Natural isso. Mas isso

não é manipulação de resultado. Eu nunca vi aqui e nunca vi aqui um presidente alterar o conteúdo da decisão, porque aí os outros protestariam. Outra coisa que pode acontecer é o presidente se equivocar na proclamação do resultado. Acontece muito, é involuntário isso. Aí, o presidente recua. Manipular, para mim, não é problema, nunca houve e nunca vai haver — afirmou.

Ayres Britto negou que haja racismo no STF. Ao GLOBO, Joaquim Barbosa acusou Peluso de tratá-lo de forma diferenciada devido à cor de sua pele. O presidente da Corte anunciou que na próxima quarta-feira, primeira sessão de julgamentos que presidirá, será julgada uma ação sobre cotas raciais no ensino superior.

— Nunca vi isso aqui. Somos contra o racismo por dever. O racismo é contra a Constituição — disse Ayres Britto.

Pessoas próximas a Peluso entendem que o tom forte das declarações de Barbosa dá razão ao ex-presidente do STF na querela. Já os que têm proximidade com Barbosa acham que suas palavras foram precisas e que agradou a todos atingidos pelas críticas de Peluso na entrevista ao site "Consultor Jurídico".

Fora do Supremo, a troca de farpas entre Peluso e Barbosa também teve repercussão. As declarações de Barbosa — que chamou o colega de ridículo, brega, calpina, corporativo, desleal, tirano e pequeno — foram feitas depois que Peluso concedeu entrevista ao "Consultor Jurídico". Peluso afirmou que Barbosa tem temperamento difícil, é inseguro e que tem receio de ser qualificado como alguém que foi para o STF não pelos méritos, mas pela cor.

Para o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, os

dois são "magistrados de extremo valor", mas exageraram nas críticas, fruto de um momento de tensão. Calandra destacou que muitas vezes os magistrados não estão preparados para falar com a imprensa.

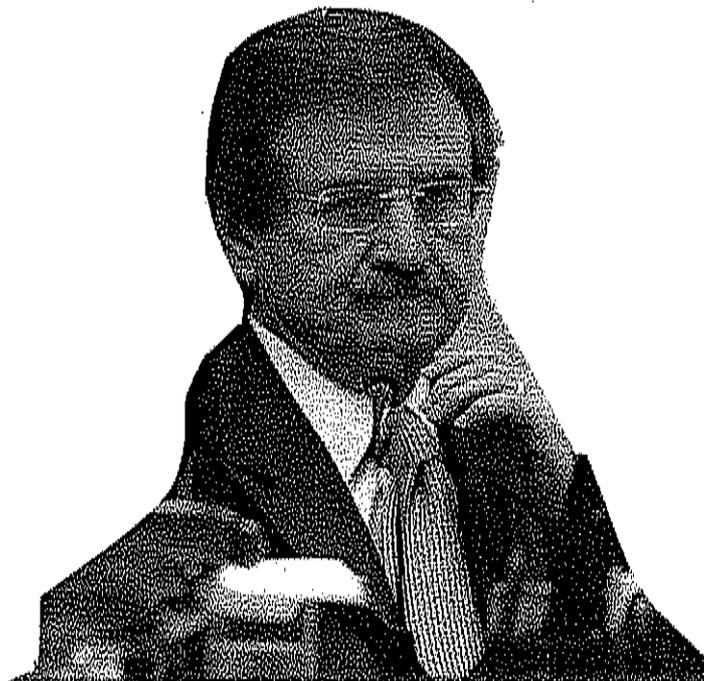
— Eu não vejo nenhuma procedência nessas críticas. Eu acho que isso está muito mais pautado pela emoção de um e outro que pela realidade. Eu acho que há um exagero. Eu costumo dizer que nós juizes nos preparamos a vida inteira para ser juiz. Mas, em instante algum, nós nos preparamos para utilizar as ferramentas de comunicação, a imprensa, a internet. E disso surge às vezes uma coisa até pouco pensada das pessoas com o repórter, e começa a falar como se estivesse dentro de casa. E isso provoca evidentemente sérios conflitos. Uma coisa é você falar a sua opinião na sua casa, outra coisa é publicar no jornal, ainda mais num jornal como O GLOBO — disse Calandra.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, lamentou a briga entre os dois ministros pela imprensa.

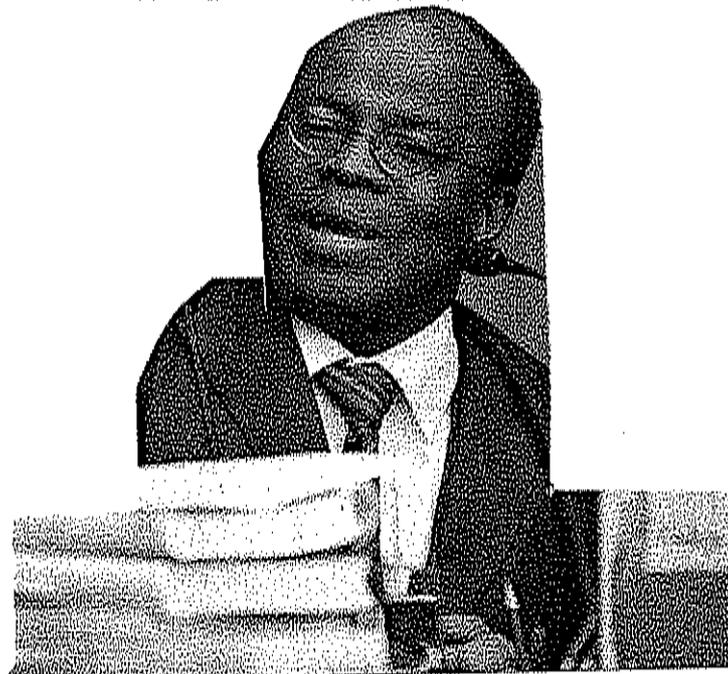
— No discurso em plenário, a respeito de teses jurídicas, onde um pode exacerbar numa colocação ou noutra, são perfeitamente admissíveis (as críticas). Entretanto, situações como essa, do ponto de vista pessoal, de agressão, não são compatíveis com a História do Supremo ou da magistratura brasileira. Por isso, a Ordem conclama que os ministros deixem essas questões, considerações pessoais para si próprios, que resolvam isso entre eles. Mas que não deem esse mau exemplo à nação. Isso efetivamente não colabora para que haja o respeito ao Supremo Tribunal Federal — afirmou Cavalcante. ●

O GLOBO 21 ABR 2012

CONTINUAÇÃO



PELUSO; JOAQUIM Barbosa tem recelo de ser qualificado pela cor



BARBOSA; PELUSO é ridículo, corporativo, desleal, tirano e pequeno

O GLOBO

CONTINUAÇÃO

Marco Aurélio afirma estar perplexo

21 ABR 2012

◆ Ao comentar a briga entre os ministros Cezar Peluso e Joaquim Barbosa, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Renato Sant'Anna, disse que divergências são naturais, mas lamentou o caso. Ele diz que discussões pessoais devem ficar restritas aos ministros, e que "é uma perda de tempo essa lavagem de roupa suja".

— Divergências pessoais devem ser vistas com naturalidade. Mas é uma pena, num momento de união com a posse do novo presidente, ficar em discussões pontuais que não acrescentam em nada ao Judiciário — disse o presidente da Anamatra, para quem os ministros não precisam ser amigos, mas têm que saber trabalhar juntos:

— É uma ilusão pensar que o ambiente de trabalho vai levar à amizade. O importante é que eles saibam trabalhar juntos.

Ao site G1, o ministro do STF Marco Aurélio Mello afirmou que está perplexo e classificou como autofagia a briga entre Peluso e Barbosa. Mas disse preferir acreditar que a discussão entre os dois seja algo episódico e que "o normal é prevalecer o amor".

— O sentimento é de estarecimento. É uma quadra difícil. Estou perplexo. Vamos ver o que o acontece agora. É péssimo porque todos nós estamos de passagem. A instituição é perene. Quando integrantes se digladiam, essa autofagia acaba enfraquecendo a instituição — disse.

Já o cientista político Fernando Antonio de Azevedo, da Universidade Federal de São Carlos, acha improvável que a briga entre os dois ministros atrapalhe o julgamento do mensalão.

— Essa briga lamentável veio a público e reflete pensamentos diferentes, além de muita picuinha. Essas divergências não devem contaminar o processo.

'Justiça está apta para filtrar os candidatos'

Primeira mulher a presidir do TSE está determinada a fazer eleições que correspondam à expectativa da população

ENTREVISTA

Cármem Lúcia

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármem Lúcia, já chama a

atenção dos funcionários pelo ritmo intenso de trabalho. Mineira de Espinosa, 58 anos completados anteontem, um dia após ser a primeira mulher a assumir o comando da Justiça Eleitoral, a ministra Cármem, por trás da fala mansa e do jeito sereno, mostra determinação em fazer eleições que correspondam à expectativa da população após a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Ela garante que a Justiça Eleitoral está apta para filtrar os candidatos pelo nova lei. Segundo ela, para moralizar a política, as pessoas devem escolher bem seus candidatos. Sobre ser tratada por presidente ou presidenta, responde: "Podem me chamar como quiserem, essa é a Casa da Democracia".

● **O GLOBO:** Este será o primeiro ano em que a Lei de Ficha Limpa vai entrar em vigor. A Justiça Eleitoral está preparada para filtrar os candidatos?

CÁRMEN LÚCIA: Os tribunais estão preparados para aplicar integralmente a Lei da Ficha Limpa. Da minha parte, vou dar prioridade. Meu primeiro ato foi um encontro com os 27 presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais para que a gente dê toda a prioridade, faça sessões extras se forem necessárias, para julgar todos os casos de impugnações a registros, para dar uma resposta ao cidadão brasileiro sobre quem está em condições de se candidatar e quem não está.

● **A senhora acha que a qualidade da política brasileira depois das eleições desse ano vai melhorar?**

CÁRMEN LÚCIA: Acho que tem tudo para que isso aconteça, porque o cidadão brasileiro é que tomou a iniciativa da lei. Se ele quis a Lei da Ficha Limpa, ele quer agora o voto limpo. Este sim é o grande passo adiante.

● **A senhora acha que os partidos vão tomar mais cuidado na hora de escolher seus candidatos?**

CÁRMEN LÚCIA: Sim, porque os partidos sabem do rigor da lei e, principalmente, da atuação firme da justiça eleitoral. Desde o primeiro momento, os órgãos da Justiça Eleitoral foram favoráveis à aplicação da lei.



Gosto muito da atuação (da presidente Dilma) firme quanto aos valores éticos

● **A senhora acha que os políticos de hoje são reflexo da sociedade?**

CÁRMEN LÚCIA:

Ela não se enxerga (nesses políticos). Se ela se enxergasse, estaria satisfeita com o quadro estatal, e não está.

● **Como a senhora avalia a classe política hoje?**

CÁRMEN LÚCIA: Não sou das que acham que só tem pessoas mal intencionadas, pelo contrário. Eu acho que há pessoas bem intencionadas, acho que há pessoas que querem que o Brasil dê certo. O cidadão escolheu todos, alguns não deram certo. Eu acho que o cidadão brasileiro sabe o que faz e acho que cada vez mais vai fazer para acertar. Isso é um processo. A cada dia que passa e a cada problema que surge o povo fica mais esperto.

● **Hoje existem 30 partidos no Brasil, muitos deles sem ideologia ou programa. A senhora não vê algo errado nesse cenário?**

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

21 ABR 2012

CARMEN LÚCIA: Apesar de achar que 30 partidos é muito, eu acho que quem tem que fazer essa seleção naturalmente é o eleitor. Se forem fazer uma reforma para diminuir o número de partidos, é preciso considerar que é princípio constitucional o pluralismo na sociedade. Isso tem que ser entregue para a sociedade discutir. Nós juízes fazemos Direto, quem faz o milagre da transformação é a sociedade.

● *Qual a avaliação que a senhora faz do governo da presidente Dilma Rousseff?*

CARMEN LÚCIA: Gosto muito da atuação firme quanto aos valores éticos e da busca da eficiência, porque já passou o tempo em que a gente podia imaginar que o cidadão ia acreditar que o serviço público podia ter escolas feias ou deficientes. Não, a gente quer cultura, a gente quer boas escolas, a gente quer o telefone funcionando e ela tem muito essa presença. Ela tem essa certeza de que, quando você chega em casa, quer saber se a criança toda está na aula. É preciso ter jantar para todos e o jantar tem que estar na mesa na hora certa. E tem que ter a mesa para colocar, porque tem a dignidade, e ela tem muito isso. Eu a avalio muito bem. Ela aprendeu que a política é para realizar fins e que esses fins são concretos.

● *Pode ser que no meio do processo eleitoral o STF tenha de julgar o mensalão. A senhora vê problema nessa mistura?*

CARMEN LÚCIA: Nunca misturará do ponto de vista dos juízes, porque nós temos as duas atividades. Um tribunal não pode parar o outro. Para mim, na hora em que o ministro Ayres Brito (presidente do STF) pautar, eu estarei habilitada a votar.

● *A senhora acha que é preciso julgar logo o processo?*

CARMEN LÚCIA: A sociedade está esperando uma resposta. Quanto antes, melhor.



CARMEN LÚCIA sobre ser tratada como presidente ou presidenta:

"Podem me chamar como quiserem"

CARTA CAPITAL



21 ABR 2012

Despedida melancólica

Cezar Peluso é um juiz respeitável, de cultura e formação sólidas, independente. Por causa dessas qualidades, eram grandes as expectativas em relação à sua passagem pela presidência do Supremo Tribunal Federal, principalmente após a gestão política, no sentido mais mesquinho do termo, de Gilmar Mendes. Peluso enredou-se, porém, e viu-se enredado em circunstâncias, debates e julgamentos que apequenaram seu mandato. Perdeu a maioria das disputas, até mesmo a mais corporativa delas, o reajuste dos funcionários do Judiciário.

É possível imaginar o tamanho de sua frustração ao entregar a presidência da mais alta corte a Carlos Ayres Brito na quinta-feira 19. Mas não se pode entender de um homem experimentado e habitualmente sereno o rancor na despedida. Peluso partiu para o ataque: contra Dilma Rousseff, contra colegas de tribunal, contra a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, Eliana Calmon. Por vontade própria, concluiu o mandato de forma melancólica.